

GEOUSP

Revista da pós-graduação em Geografia

N. 1 - 1997 - Departamento de Geografia

GEOUSP

Revista da pós-graduação em Geografia

N. 1

Humanitas FFLCH/USP

1997

Universidade de São Paulo

Reitor: Flávio Fava de Moraes

Vice-Reitora: Myriam Krasilchik

Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas

Diretor: João Baptista Borges Pereira

Vice-Diretor: Francis Henrik Aubert

Departamento de Geografia

Chefe de Departamento: Amália Inês Geraiges de Lemos

Suplente de Chefe: Mário de Biasi

Departamento de Geografia - Coordenação da Pós-Graduação

(Geografia Humana)

Coordenadora: Ana Maria Camargo Marangoni

Vice-coordenador: Eduardo Yázigi

**GEOUSP Revista da Pós-Graduação
do Departamento de Geografia da FFLCH da USP**

Coordenadora: Ana Fani Alessandri Carlos

Comissão Redatorial *

Ana Maria Marangoni

Rita de Cássia Ariza da Cruz

Eduardo Yázigi

Paulo César Scarim

Comissão Científica *

Adyr Balastrieri Rodrigues (USP)

Eliseu Spósito (UNESP P.P.)

Ariovaldo U. de Oliveira (USP)

Silvana Maria Pintaúdi (UNESP R. C.)

Amália Inês G. de Lemos (USP)

Arlete Moysés Rodrigues (UNICAMP)

Iraci Palheta (USP)

Pablo Ciccollela (Uni, Buenos Aires)

Maria Elena Ramos Simielli (USP)

Lia Osório Machado (UFRJ)

Nadia Pontuska (F.E USP)

Capa e Projeto Gráfico

Eduardo Yázigi

Editoração

Marcelo Vieira Martins

Revista publicada pelo Departamento de Geografia
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

ÍNDICE

Editorial

Ana Fani Alessandri Carlos **05**

Sobre a Pós-Graduação

- Ariovado Umbelino de Oliveira **09** Pós-graduação em geografia na Universidade de São Paulo: Meio século de história
Tatiana Schor **15** Da ciência como vocação à ciência como profissão: A institucionalização da pós-graduação no Brasil

Artigos

- Alberto Lins Caldas **23** Dialética e hermenêutica: Uma questão de método
Anselmo Alfredo **31** Crise e superação em Kurz
Bernardo Mançano Fernandes **35** A judicialização da reforma agrária
Fernanda Ester Sánchez Garcia **41** Reorganização do espaço metropolitano e marketing territorial: O caso da Grande Curitiba
Manoel Fernandes de Sousa Neto **57** Três rios. Três regiões. Três poetas.
Júlio César Suzuki **65** Na busca dos momentos, a descoberta da transição: O estudo da urbanização de Rondonópolis - MT
Denise Elias **73** Região de Ribeirão Preto: O Brasil agrícola moderno
Aldo Gomes Leandro **85** Turismo, imagem do lugar e competitividade na globalização

Nota de Pesquisa de Campo

- Rita de Cássia Ariza da Cruz **93** Os caminhos da pesquisa de campo em geografia

Resenha

- Jaime T. Oliva **101** A geografia e a conquista da maioria científica

Notícia de Encontro

Jorge José Araujo da Silva **107** VI encontro de geógrafos da América Latina

Teses e Dissertações de Mestrado Defendidas

(janeiro/abril 1997)

- | | | |
|--------------------------------------|------------|--|
| Roberto Melero | 111 | A Indústria cimenteira no Brasil |
| Maria das Graças S. Nascimento Silva | 111 | O espaço ribeirinho - migrações nordestinas para os seringais da Amazônia |
| Aparecida Lopes de Oliveira | 111 | Grandes projetos de investimentos no Mato Grosso do Sul |
| Júlio César Suzuki | 111 | De povoado a cidade: A transição do rural ao urbano em Rondonópolis |
| José Barreira | 112 | Os caminhos da indústria da confecção no país: Londrina (Paraná) |
| Sabetai Calderoni | 112 | Perspectivas econômicas da reciclagem do lixo no município de São Paulo |
| Maria do Céu de Lima | 113 | Do território desejado ao lugar possível |
| Cecília Cardoso T. de Almeida | 113 | Indivíduo e cotidiano: A formação do habitat |
| Sérgio Nunes Pereira | 113 | Geografias: Caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil |
| Mauro Cumpter Nerlany | 113 | Capacidade de uso da terra na bacia hidrográfica do Rio Arareau |
| Raquel Maria do Amaral Pereira | 114 | A Geografia e a Nacionalidade Brasileira, uma interpretação fundada nas idéias de Ignácio Rangel |
| Cleonice Gardim | 114 | Campo Grande: Entre o sagrado e o profano |

EDITORIAL

Mais uma revista do Departamento de Geografia da USP ?

Afinal já não existem duas revistas além dos boletins feitos pelos Laboratórios de Pesquisa ? Por que mais esta?

Uma revista significa, antes de mais nada a possibilidade do intercâmbio de idéias sem as quais o conhecimento não avança. Por outro lado esse processo só pode ocorrer a partir da visibilidade do conhecimento produzido e que se realiza, prioritariamente, nos cursos de pós-graduação.

Um Departamento que tem 430 alunos matriculados em seus dois cursos de pós-graduação, sendo que 283 na área de **Geografia Humana**, apresenta um volume de pesquisa não negligenciável enquanto contribuição à construção do pensamento geográfico. Uma produção que nos apresenta sempre renovadas questões, novos caminhos para a pesquisa. Um pensamento que se move no movimento ininterrupto da pesquisa. Aliás, é a partir da pesquisa que se gesta um pensamento capaz de explicitar a realidade brasileira, de levantar questões para o debate sobre os caminhos, e as perspectivas que se abrem para a análise geográfica e de uma Geografia que se recria, incessantemente, em função do momento constitutivo da realidade.

Podemos afirmar que é na emergência ou possibilidades da análise dos lugares revelados em estudos profundos; que é no debate das análises emergentes da realidade brasileira preocupada com

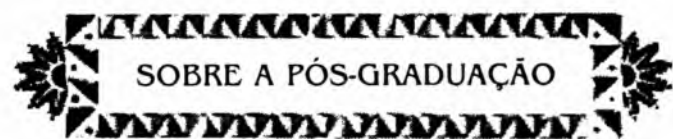
a revelação do mundo; no desvendamento das contradições que emergem do processo de reprodução do espaço, neste final de século; enfim é a partir do trabalho de pesquisa destes ainda "jovens desconhecidos" do mundo acadêmico, que a pesquisa em geografia (sob a orientação de seus orientadores; nas salas de aula, nos gabinetes, nos laboratórios) vai ganhando novos contornos, matizes. Dar visibilidade a essas pesquisas na forma de artigos ou notas de pesquisa é o objetivo profícuo desta revista, que ao contrário das outras revistas se volta, fundamentalmente à divulgação da produção acadêmica dos alunos de pós-graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

É neste contexto que esta revista ganha sentido

O primeiro número ainda é "tentativo" esperamos nos próximos ter a contribuição necessária para configurarmos uma nova seção composta pela análise crítica dos artigos aqui apresentados de modo a tornar público os diálogos que ocorrem no âmbito dos Laboratórios, salas de aula, corredores. É através da crítica que o conhecimento avança. A possibilidade da crítica é, sem dúvida um exercício de liberdade sem a qual não se produz conhecimento. O que significa que esta revista lança também um desafio.

Portanto, mãos a obra, a revista depende de todos nós

Ana Fani Alessandri Carlos



SOBRE A PÓS-GRADUAÇÃO

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: MEIO SÉCULO DE HISTÓRIA

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

A Pós-Graduação em Geografia como é conhecida na atualidade, derivou da reforma universitária de 1969. Derivou, portanto, do conjunto de reformas que o governo militar implantou no setor educacional do país, produto do Relatório Atcon e dos Acordos MEC/USAID. Estas reformas significaram a implantação a nível nacional de um “sistema de Pós-Graduação” concebido como seletivo e destinado a formar docentes para o ensino superior e “pesquisadores de alto nível”

Rompia-se assim, um processo de titulação acadêmica iniciada a partir da fundação da Universidade na década de 30. Com a formação das primeiras turmas de estudantes, procurou-se viabilizar o acesso à titulação acadêmica por parte dos interessados. Possuidores de tese original, os candidatos inscreviam-se para a sua defesa. Esse mecanismo de acesso ao Doutorado, vigorou durante as décadas de 40 e 50.

A década de 60, conheceu o embrião do sistema atual. Abria-se a possibilidade de instalação de “cursos de Pós-Graduação” articulando-se formação a partir de rol de disciplinas oferecidas e pesquisa propriamente dita. Nesta década, surgem os primeiros Mestrados defendidos na Geografia. Uma espécie de adaptação dos sistemas existentes no exterior.

Este caminho, até certo ponto construído com autonomia pela USP, representava de certo modo, a cristalização do poder da cátedra como condutora e direcionadora da pesquisa na Universidade. Mas significava também, a possibilidade da emergência de espaços democráticos de produção científica no interior de uma escola marcada pela centralização da estrutura de poder. O Departamento de Geografia conheceu naquela década, experiências que não podem ser

esquecidas. Pasquale Petrone em artigo publicado na Revista do Departamento de Geografia, nº 1, em 1982 registrou:

Um aspecto interessante relativo às modificações verificadas na ocasião refere-se ao curso de Pós-Graduação. Tendo substituído o antigo curso de Especialização, no qual os estudantes matriculavam-se sempre e unicamente sob a orientação de um catedrático, o curso de Pós-Graduação inicialmente ainda implicava na escolha obrigatória, por parte do aluno interessado, de um catedrático como orientador. Pelo Regulamento de 1963, entretanto, a ‘escolha do Orientador deverá ser feita exclusivamente dentro do quadro de professores Catedráticos, Associados, de Disciplina, Assistentes e Colaboradores do Departamento de Geografia ... De um lado percebe-se a preocupação no sentido de que os orientadores deveriam ser docentes do Departamento. De outro lado, nota-se a ampliação do quadro de possíveis orientadores, estando implícito o critério da titulação, dado que todos seriam portadores do título de Doutor. Na medida em que competia ao orientador fixar o regime escolar destinado ao aluno que estiver sob sua responsabilidade’... percebe-se que uma parte não descurável das atividades passava a escapar do âmbito das decisões próprio às cátedras. Por outro lado, ‘o regime escolar de cada aluno do curso de Pós-Graduação só entrará em vigor após ser aprovado pelo Conselho do Departamento de Geografia’... Em consequência o Conselho, como um todo, participava de forma decisiva na definição dos currículos dos estudantes de Pós-Graduação, fato que implicava numa inegável diminuição do

poder de decisão de cada docente, inclusive do catedrático.

(PETRONE, P. "Anotações sobre o Departamento e Geografia" in Revista do Departamento de Geografia nº 1, p.11, São Paulo-1982)

De certo modo, procurava-se romper o cerco imposto pela estrutura centralizada de poder expressa na figura do catedrático. Ao mesmo tempo, abria-se a possibilidade da discussão coletiva dos nortes das pesquisas em Geografia no espaço do Conselho. Conselho que conheceu na década de 60, processo de democratização que culminou no final da década com as Paritárias. A reforma universitária de 69 destrói do ponto de vista formal e jurídico, as experiências começadas, e implanta de cima para baixo o atual sistema de Pós-Graduação. Desmontou-se o poder das cátedras porém, restaurou-se o poder quase absoluto do orientador, transformando os orientadores em "neos catedráticos de si mesmo", como costumavam afirmar os mestres. Parece que esta foi uma grande perda do ponto de vista do trabalho coletivo abandonada por pressão ou por omissão daqueles que queriam ver restabelecido, por vias transversas, o poder das cátedras.

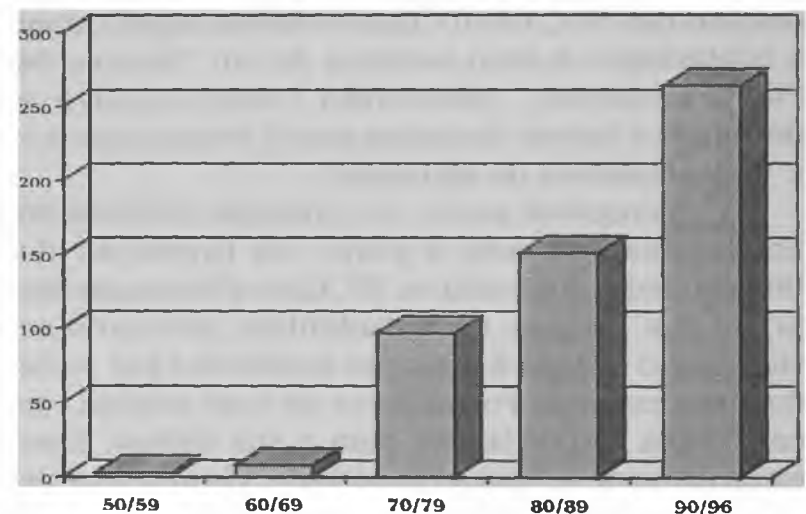
O sistema atual de Pós-Graduação tem pois, estas origens e carrega consigo problemas que os impasses políticos do final dos anos 60 e início dos anos 70, não conseguiram remover. E o acesso à Pós-Graduação passava a ser caracterizado "não como um direito mas uma oportunidade oferecida pela universidade". Tratava-se pois, de implantar um sistema seletivo que passa a restringir o acesso à titulação. Limites de orientandos por orientadores, tempo de curso, seleção, etc. passaram a se constituir nos instrumentos limitadores e limitantes do acesso. Criou-se assim o Mestrado e Doutorado em Geografia Humana e Física, duas áreas portanto, de concentração. Na realidade, dois programas de Pós-Graduação, ainda que articulados e com a participação mútua dos docentes do Departamento. O acesso contempla duas possibilidades: o ingresso primeiro ao Mestrado e depois desse ao Doutorado; ou então, o ingresso direto ao Doutorado.

50 anos de Pós-Graduação em Geografia

Em 1996, as duas áreas de Pós-Graduação

em Geografia, completaram 52 anos depois da primeira defesa de Doutorado realizada em 1944. Nesse período, um total de 556 Dissertações e Teses foram defendidas (Gráfico nº 1). A primeira tese defendida teve como título "Santos e a Geografia Humana do Litoral Paulista" e tinha como autora Maria da Conceição Vicente de Carvalho e orientador Pierre Monbeig. Na década de 40, ao todo cinco professores chegaram ao Doutorado, dentre eles: Ary França, Nice Lecoq Muller, João Dias da Silveira e Renato Silveira Mendes. Apenas o último foi orientado por Pierre Gourou, sendo que os demais tiveram a orientação de Pierre Monbeig. Em 1946, o Departamento de Geografia foi oficialmente criado, e a formação dos primeiros professores titulados com a colaboração dos professores franceses.

Gráfico 01



A década de 50, marcada pela separação entre os cursos de História e Geografia, conheceu apenas três doutorados: Elina de Oliveira Santos orientada por João Dias da Silveira, e José Ribeiro de Araujo Filho e Aziz Ab'Saber orientados por Aroldo de Azevedo. Na década de 60, oito geógrafos alcançam o título de Doutor: Pasquale Petrone orientado por Ary França, Antonio Rocha Penteado orientado por Aroldo de Azevedo, e Carlos Augusto Figueiredo Monteiro orientado por Aziz Ab'Saber. É praticamente nesta década que completa-se a formação do corpo docente que, somado a outros professores no início da década de 70, serão responsáveis pela implantação das duas áreas de concentração da Pós-Graduação em Geografia Física e Geografia Humana na USP.

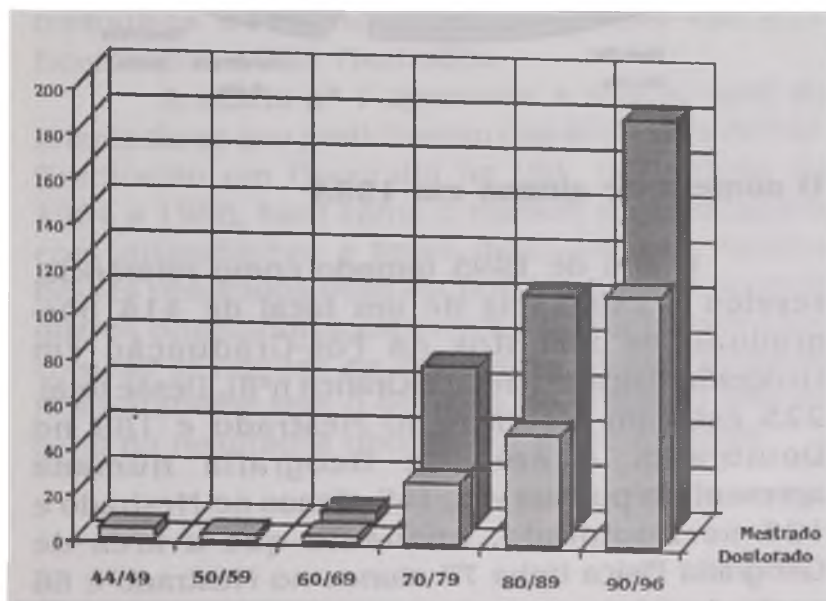
A década de 70, por sua vez, foi marcada

pelo início da ampliação da Pós-Graduação em Geografia, contraditando com os objetivos da reforma de 69, que visava manter o acesso seletivo. Quase uma centena de Dissertações e Teses foram defendidas, consolidando as duas áreas e abrindo novas perspectivas para o desenvolvimento das pesquisas em Geografia. Era como se titulado e consolidado o Departamento de Geografia, podia agora fazer “escola”, e sem dúvida alguma, fez. Novos pesquisadores, novas pesquisas, novas visões de mundo, novas metodologias, sacudiram a ciência geográfica, iniciando um movimento que na década seguinte ganhou o país todo.

Os anos 80 foram anos marcados pela crítica, às vezes, inconsistente e improcedente. Mesmo assim, possibilitou a produção de uma centena e meia de Dissertações e Teses defendidas. Já os primeiros seis anos de 90, com mais de duas centenas e meia de trabalhos defendidos, superou em mais de uma centena a produção da década de 80, abrindo perspectivas para a consolidação da massificação do programa de Pós-Graduação em Geografia Física e Humana.

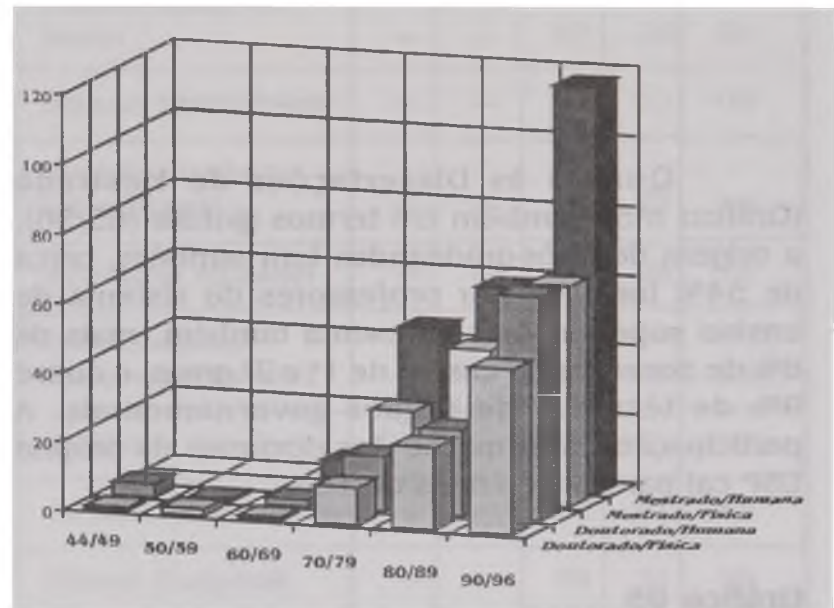
No total, este período de 52 anos, revelou a defesa de 358 Dissertações de Mestrado e 198 Teses de Doutorado em Geografia Física e Geografia Humana (Gráfico nº2). Estes resultados garantem uma produção média anual, no último período 90/96, de 26 Mestrados e 15 Doutorados.

Gráfico 02



Com relação à participação da Geografia Física e Humana no computo geral, tivemos neste período de 52 anos, 225 Mestrados e 111 Doutorados em Geografia Humana, com um total portanto de 336 defesas. A área de Geografia Física por sua vez teve no total 220 defesas, sendo 133 Mestrados e 87 Doutorados (Gráfico nº3).

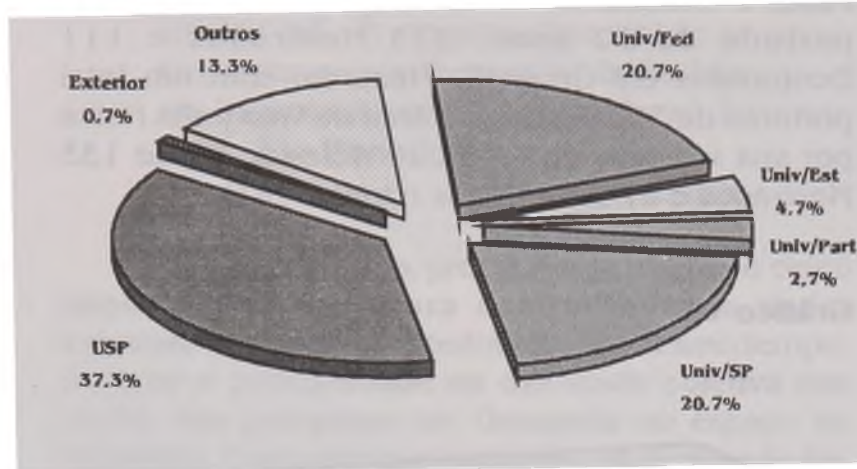
Gráfico 03



Origem dos pós-graduandos com dissertações e Teses defendidas

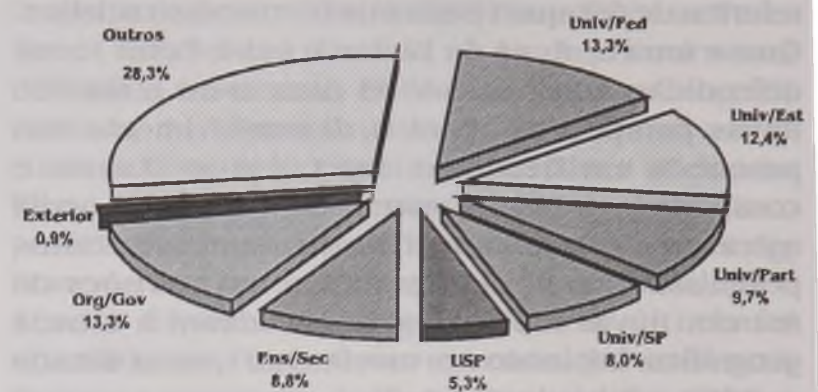
Quando tomamos, em termos globais (44/96), a origem dos pós-graduandos que chegaram à defesa de suas Teses de Doutorado (Gráfico nº4), observamos que a Pós-Graduação em Geografia Física e Humana da USP constitui-se em centro formador de professores de todo o sistema de ensino superior do País. Foi assim que mais de 20% dos titulados vieram das universidades federais, quase 5% das universidade estaduais exceto São Paulo e quase 3% de universidade particulares, o que equivale a praticamente um terço do total. A esse grupo das universidades de outros estados soma-se quase 21% das universidades estaduais paulistas e pouco mais de 37% de professores da própria USP. Isto quer dizer que 87% das defesas foram de professores ligados ao sistema de ensino superior do Brasil.

Gráfico 04



Quanto às Dissertações de Mestrado (Gráfico nº5), também em termos globais (65/96), a origem dos pós-graduandos tem também, cerca de 54% formada por professores do sistema de ensino superior, mas apresenta também, mais de 6% de docentes do ensino de 1º e 2º graus, e quase 9% de técnicos de órgãos governamentais. A participação da formação dos docentes da própria USP cai para pouco mais de 16%.

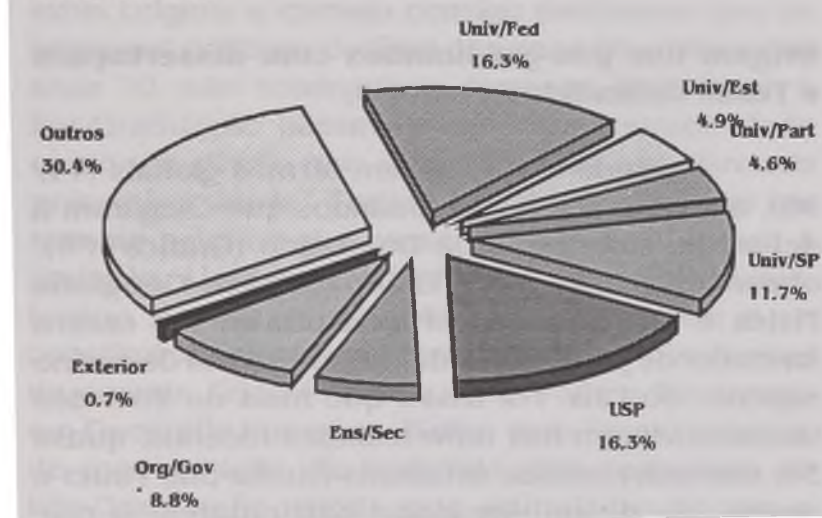
Gráfico 06



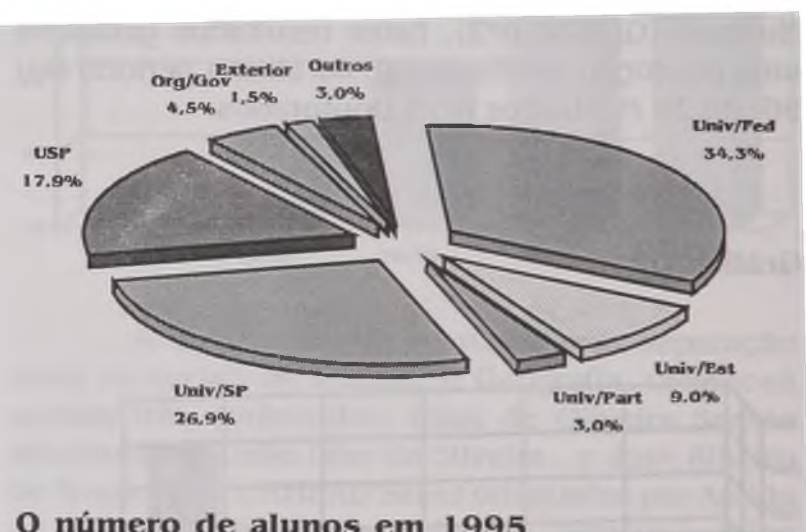
O mesmo processo de mudança ocorre com o Doutorado (Gráfico nº7), pois o quanto à origem dos pós-graduandos, aqueles pertencentes à USP, caem de 37% para 18%. Já as universidades federais sobem de 21% para 34% e as universidades estaduais paulistas de 21% para 27%.

Gráfico 07

Gráfico 05



Entretanto, se tomarmos apenas o período de 1989/1994, verificamos que quanto ao Mestrado (Gráfico nº 6) a origem dos pós-graduando apresenta mudanças significativas quanto à participação dos docentes da USP no computo geral. Assim, o percentual que era em termos globais 16% cai para 5%, enquanto que sobe as participações dos técnicos de órgãos governamentais e de professores de 1º e 2º graus, respectivamente para 13% e 9%.



O número de alunos em 1995

O ano de 1995 tomado como referência, revelou a existência de um total de 414 pós-graduandos inscritos na Pós-Graduação em Geografia Física e Humana (Gráfico nº8). Desse total, 225 estavam inscritos no Mestrado e 189 no Doutorado. A Área de Geografia Humana apresentava por sua vez, 148 alunos no Mestrado e 123 no Doutorado, enquanto que a área de Geografia Física tinha 77 alunos no Mestrado e 66 no Doutorado.

Gráfico 08

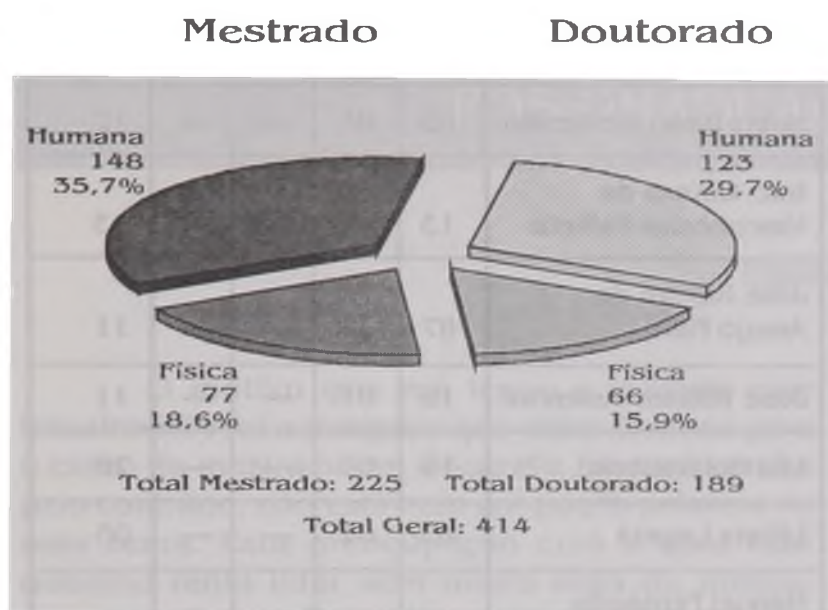


Tabela 01

USP - Geografia Pós-Graduação - 1944/1996
Orientadores e número de Orientandos
com Dissertações e Teses defendidas

(M=Mestrado - D=Doutorado)

Orientadores	Humana		Física		Total
	M	D	M	D	
Adilson Avansi de Abreu	—	—	07	14	21
Antonio Christofolletti	—	—	01	02	03
Augusto Humberto Vairo Titarelli	—	—	09	07	16
Aziz Nacib Ab'Saber	—	—	06	08	14
Carlos Augusto Figueiredo Monteiro	—	—	13	07	20
Felisberto Cavalheiro	—	—	05	01	06
Gil Sodero de Toledo	—	—	08	01	09
Helmut Troppmair	—	—	04	01	05
João Dias da Silveira	—	—	—	01	01
João José Bigarella	—	—	01	—	01
José Bueno Conti	—	—	12	10	22
José Pereira de Queiróz Neto	—	—	12	12	24
José Roberto Tarifa	—	—	12	04	16
Jurandyr Luciano Sanches Ross	—	—	07	—	07
Lylían Zuma D. Coltrinari	—	—	06	01	07
Magda Adelaide Lombardo Frauhauf	—	—	06	05	11
Maria Elena Ramos Simielli	—	—	05	01	06
Olga Cruz	—	—	14	02	16

Os Orientadores e o número de Orientandos com Dissertações e Teses defendidas

O balanço do período de 1994 a 1996 (Tabela nº 1), apresentou um total de 556 trabalhos defendidos nas duas áreas de Pós-Graduação em Geografia. A área de Geografia Física participou com um total de 220 trabalhos subdivididos em 87 Doutorados e 133 Mestrados. A área de Geografia Humana, por sua vez, conheceu um total de 336 trabalhos defendidos, subdivididos em 111 Doutorados e 225 Mestrados.

A tabela nº 1 apresenta a relação total de orientadores que participaram das atividades de Pós-Graduação em Geografia na USP, no período de 1994 a 1996, bem como o número de orientandos com dissertações e teses defendidas. A análise desses resultados deve ser ponderada pelo período que os orientadores estiveram ou estão envolvidos com as atividades de orientação. A sua inclusão neste trabalho tem o objetivo de revelar o quadro geral do resultados obtidos até o ano de 1996.

Orientadores	Humana		Física		Total
	M	D	M	D	
Renato Hertz	—	—	02	08	10
Selma Simões de Castro	—	—	03	—	03
Pierre Monbeig	—	03	—	01	04
Pierre Gourou	—	01	—	—	01
Adyr A. Balastrieri Rodrigues	05	—	—	—	05
Amalia I. Geraiges de Lemos	07	08	—	—	15
Ana Fani Alessandri Carlos	07	02	—	—	09
Ana Maria Marques Camargo Marangoni	05	—	—	—	05
Antonio Carlos Roberto de Moraes	03	—	—	—	03
Antonio Rocha Penteado	06	02	—	—	08
Antonio Olívio Ceron	—	01	—	—	01
Ariovaldo Umbelino de Oliveira	15	06	—	—	21
Armando Correa da Silva	09	06	—	—	15
Armen Mamigonian	02	02	—	—	04
Aroldo de Azevedo	01	02	—	01	04
Ary França	—	01	—	—	01
Claudete Barriguella Junqueira	06	03	—	—	09
Charles O. A. Libault	—	01	—	—	01
Dirceu Lino de Mattos	—	01	—	—	01
Eduardo Abdo Yázigí	01	—	—	—	01

Orientadores	Humana		Física		Total
	M	D	M	D	
Francisco Capuano Scarlatto	07	—	—	—	07
Heinz Dieter Heidemann	05	05	—	—	10
Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta	13	—	—	—	13
José Ribeiro de Araujo Filho	07	04	—	—	11
José William Vesentini	10	01	—	—	11
Léa Goldenstein	14	06	—	—	20
Liliana Laganá	03	02	—	—	05
Manoel Fernando Gonçalves Seabra	13	07	—	—	20
Marcelo Martinelli	02	—	—	—	02
Maria Adélia Aparecida de Souza	06	03	—	—	09
Maria Cecília França	06	05	—	—	11
Maria Regina Cunha de Toledo Sader	07	—	—	—	07
Mario De Biasi	09	09	—	—	18
Milton de Almeida Santos	02	05	—	—	07
Nice L. Müller	04	02	—	—	06
Odette Carvalho de Lima Seabra	04	—	—	—	04
Pasquale Petrone	24	14	—	—	38
Paulo Pedro Perides	06	01	—	—	07
Renato Silveira Mendes	02	—	—	—	02
Rosa Ester Rossini	09	08	—	—	17
Wanda Silveira Navarra	05	—	—	—	05
TOTAL	225	111	133	87	556

DA CIÊNCIA COMO VOCAÇÃO À CIÊNCIA COMO PROFISSÃO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Tatiana Schor

O motivo que me levou a realizar este trabalho não foi a pesquisa que estou fazendo para o curso de mestrado em Geografia Humana, muito pelo contrário, não está nem um pouco próximo ao meu tema. Esta preocupação com a qual este trabalho tenta lidar vem muito mais de minhas preocupações profissionais, como membro de uma instituição. Com o decorrer do curso fui me perguntando qual é o papel da Universidade e como se deu sua reestruturação no período pós-64. Percebi que um dos pontos importantes para começar a compreender a Universidade hoje, todos os seus problemas e debates, era entender algumas de suas mudanças históricas, principalmente as mudanças institucionais que ocorreram no período pós-1964. A minha preocupação com a institucionalização da pós-graduação no Brasil surgiu durante o período da disciplina *Temas do Brasil Pós-1964* através da leitura do texto 'A Pós-<Revolução> Brasileira' de Wanderley Guilherme dos Santos. Neste texto é discutido, entre outros assuntos, o desenvolvimento e a abrangência do sistema educacional no Brasil principalmente os seus aspectos no período pós-1964. Santos coloca que muitas das barreiras na estratificação educacional foram ultrapassadas e este fato se deve em especial à mudança do tipo de sociedade que vem à tona neste período.

Do âmago da sociedade patriarcal, das relações de parentela, compadrio e do clientelismo principia a surgir uma outra sociedade, aberta, porosa, fluída, na qual as oportunidades de cada um estão sujeitas apenas aos azares da dinâmica do mercado, para o bem ou para o mal, e não mais a atributos adscritos - (...) - característica das sociedades tradicionais. É esta nova sociedade, aberta e porosa que aparecerá como sendo também mais educada. ¹

É interessante que este novo tipo de sociedade e em especial esta nova forma de organização da educação no Brasil é consequência de um processo que não se inicia pós-1964 mas que vem permeando a sociedade há muito mais tempo e culmina em um determinado modelo neste período.

*(...) nos últimos vinte anos o país cresceu, urbanizou-se, industrializou-se, capitalizou-se, reprivatizou-se, reestruturou-se ocupacionalmente, educou-se, reordenou-se e tornou-se extraordinariamente mais complexo. **Sendo certo que vários desses aspectos não são privilégio das duas décadas recentes** e que não são claros em sua formulação sucinta, (...) ²*

Procurarei a partir dessas idéias, isto é, da mudança de modelo social e do fato que esta mudança é antes de mais nada um processo histórico no qual o modelo a ser seguido foi escolhido dado um determinado quadro político, mostrar a institucionalização da pós-graduação e o significado deste fato dentro do movimento social.

A primeira indicação histórica da constituição de um novo modelo de formação de pessoal de ensino superior pode ser datada com a implantação, no imediato pós-guerra, da CAPES (Companhia de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, em 1946), que consolida a centralização de recursos. Essa idéia de centralização de recursos é oriunda da reforma de Capanema, na qual os institutos passaram a depender de recursos federais (1938). A CAPES representa uma forma de

¹ SANTOS (1985) pág.225.

² idem pág.223 (negritos meus).

organização universitária que no futuro será generalizada para a maioria quase absoluta de órgãos de ensino superior. Esta forma tem como base os seguintes parâmetros: é um órgão federal ligado ao Presidente, com uma capacidade organizacional própria (tanto administrativa quanto financeira) e capaz de se auto-reproduzir, isto é, não depende de outro órgão externo a ela para a sua reprodução.

Esta configuração é diferente da que existia na época, pois é um órgão nacional que por isso visa a totalidade do ensino superior, enquanto que o que havia até então eram centros de pesquisa e universidades que regiam por si só toda a sua organização. Havia muito pouco controle do Estado na organização (mesmo financeira) desses Centros e Universidades.

A Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional de 1961 é o primeiro documento oficial que coloca a necessidade de uma pós-graduação de âmbito nacional, porém deixando para as próprias universidades resolverem a questão, limitando-se a dizer que estas poderiam oferecer cursos de pós-graduação.

(...) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma.³

Neste mesmo período surge a FAPESP, que é um órgão estadual de financiamento de pesquisa e o CNPq, que é um órgão federal criado com o intuito de controlar o desequilíbrio da qualidade e quantidade de ensino e pesquisa entre as regiões do país.

Em 1968, é instituída a Lei da Reforma Universitária (Lei nº5.540), que contém especificamente o Plano Nacional de Pós-Graduação, entre outras formas de regulamentação das Universidades e Centros do país. Até esta data, qualquer decisão em relação à pós-graduação cabia a cada universidade dentro de suas regras e normas. A Lei de Reforma de 1968 determina que o Conselho Federal de Educação baixaria normas para a organização da pós-graduação, com a justificativa que os recursos exigidos ultrapassam as possibilidades de ação das universidades. O CNPq é encarregado de providenciar a instalação do Centros

de Pesquisa. Além da centralização normativa, surge o controle do Estado com relação ao credenciamento desses programas: os cursos só recebem financiamento do governo se atenderem às normas da aprovação baixadas pelo Conselho Federal de Educação

O Conselho Federal de Educação conceituará os cursos de pós-graduação e baixará normas gerais para a sua organização, dependendo sua validade, no território nacional, de os estudos neles realizados terem os cursos respectivos credenciamento por aquele órgão.⁴

Por trás desta Lei, surge a concepção do que deveria ser um *modelo* ideal para a estrutura universitária brasileira. Como foi visto, este processo de procura de *um* modelo para a estrutura universitária existe antes de 1968; porém, foi nesta data que se institucionalizou uma nova modalidade de ensino regular e de modelo único, pondo fim a outras formas alternativas. O modelo escolhido para a pós-graduação foi o modelo norte-americano, que tem como requisito legal o diploma de pós-graduação (mestre ou doutor) na promoção de carreiras universitárias; até então, os graus de mestrado e de doutorado não eram concedidos (a USP seguia o padrão francês que concede o grau de doutorado somente após um certo período de estudos e pesquisas independentes).

Os programas de aperfeiçoamento de pessoal docente deverão ser estabelecidos pelas Universidades, dentro de uma política nacional e regional definida pelo Conselho Federal de Educação e promovida através da CAPES e do Conselho Nacional de Pesquisas.⁵

Este Plano, ou melhor esta Reforma Universitária, quebra com a independência das universidades em todos os aspectos. Cria-se um centralismo autoritário, concentrador de recursos nos órgãos de governo e consolida a importância crescente dos aspectos burocráticos na vida universitária. Sua legislação incorporou algumas das questões que vinham sendo debatidas, porém de uma forma transfigurada, cujas consequências

3 - Artigo 69 b da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961.

4 Artigo 24, Lei nº5.540, 28/nov./68, Capítulo I

5 Artigo 36, Lei nº5.540, 28/nov./68, Capítulo II

persistem até hoje, como por exemplo, a flexibilidade administrativa. Porém, ao mesmo tempo, institui na sociedade uma classe de cientistas profissionais e este fato contribui para o avanço da ciência no país.

*A existência de um reconhecimento, pela sociedade, da existência de cientistas profissionais é um fator essencial para a constituição de uma comunidade científica com um mínimo de estabilidade e condições de trabalho a longo prazo. Para isto, é necessário que existam carreiras abertas a quem queira se dedicar à ciência; e recursos adequados para mantê-las.*⁶

Neste período foi extinta a Cátedra⁷ como unidade básica de organização da universidade. Com isto termina um determinado tipo de poder: a cátedra se constituía de cadeiras estanques e de propriedade exclusiva do "catedrático" grau alcançado através de concursos, em que muitas vezes as ligações pessoais e políticas tinham um peso maior que o mérito acadêmico. Além da extinção da cátedra, altera-se o regime de trabalho do professor e consagra-se o concurso de provas e/ou títulos para a admissão de professores, instalando-se o princípio de "carreira docente". Naturalmente, o concurso de provas e/ou títulos também está sujeito a problemas semelhantes, em relação ao "clientelismo" mas não deixa de ser um processo mais aberto e democrático. É neste período e com estas transformações que a ciência passa a ser encarada como profissão. Antes a ciência, em muitos casos, era vista quase como um hobby; quem fazia ciência era quem tinha tal vocação e vivia através de outra profissão. A ciência como vocação com todos os seus lados, positivos e negativos, desaparece e a extinção da Cátedra é o exemplo deste fim. A ciência e por sua vez a Universidade passa agora a seguir regras institucionalizadas pelo governo federal não mais regras relacionadas a indivíduos.

Com essas alterações, o caráter administrativo e de poder básico passa para o departamento, que antes era a instância que congregava os professores de um determinado curso e que, nesta mudança, foi transformado em um

espaço de alocação de professores de uma mesma disciplina ou área de conhecimento. Surge a separação entre o curso e o departamento. O curso, após esta Reforma, é definido pelo currículo dado um determinado elenco de disciplinas (obrigatórias, optativas, eletivas) coordenado por um colegiado, a Coordenação de Curso.

*(...) operou-se uma transfiguração ao ser criado o novo Departamento se lhe definia como unidade de ensino e pesquisa, mas unidade neste caso, não significa uma união entre ensino e a pesquisa, e sim a menor fração de estrutura universitária em termos administrativos.*⁸

Acreditou-se que, com a configuração de um espaço chamado Departamento, a separação entre o ensino e a pesquisa seria resolvida pois estariam localizados na mesma unidade. Porém não foi isto o que se verificou e se verifica até hoje, pois com o regime de créditos e matrículas por disciplinas, cria-se um curso parcelado, semestral no qual o aluno não se sente parte de nenhuma turma.

Em fevereiro de 1969, surge a versão do AI5 para a educação, com a Lei nº477 na qual o governo federal passa a definir os tipos de qualidades de ensino em todos os níveis para toda a nação, criando uma parafernália burocrática que marca a estrutura universitária até hoje. A política de pós-graduação é representativa em termos de forma como a concepção e a execução das políticas nacionais de ensino pós-1968. É acima de tudo marcada pela criação de órgãos técnicos, que tomam decisões técnicas e centralizadas.

Este quadro centralizado e de âmbito nacional de institucionalização dos programas de ensino avançado, a pós-graduação, tem um fator econômico muito relevante: a centralização, em órgãos do governo externos à universidade, do financiamento para a pesquisa. Os recursos financeiros, após esta reforma, localizam-se em várias agências externas às universidades; as universidades aparecem como um espaço institucional de alocação profissional, caracterizando a pesquisa como uma compra e venda de serviços. Com a centralização do financiamento à pesquisa cria-se uma dependência a estes órgãos em relação ao sucesso ou não da pesquisa. Por um lado,

6 - SCHWARTZMAN (1979) pág. 215.

7 Lei nº 5.540, art.33, parágrafo 3º

8 PAOLI (1984) pág.41.

pesquisas que não são consideradas estratégicas podem ficar sem recursos, mas por outro e ao mesmo tempo, distribui-se melhor o financiamento em termos regionais e de conhecimento (a área de ciências humanas tem um aumento proporcionalmente maior que as outras áreas, principalmente pelo fato de que anteriormente a esta medida quase não havia financiamento para as ciências humanas, enquanto que as ciências exatas bem como as biológicas já tinham suas instituições organizadas para arrecadar recursos por exemplo o CNPq⁹).

*O Sistema de concessões (de bolsas) é determinado por um planejamento em que são considerados: o interesse prioritário de determinadas áreas, consideradas 'estratégicas' para o desenvolvimento do País; o interesses do estabelecimento de ensino a que pertence o candidato e a importância que, para a região em que está situado o estabelecimento em causa, assume o treinamento do bolsista.*¹⁰

Pode-se perceber que as modificações na organização da estrutura universitária e da formação da comunidade científica brasileira ocorrem em compasso com as formas como é financiada a atividade dos pesquisadores. Esta forma de financiamento por sua vez segue um determinado modelo político de institucionalização e controle do país. No Brasil, neste período de institucionalização da pós-graduação, vivia-se um momento de autoritarismo burocrático¹¹ que tem, entre alguns de seus fatores econômicos característicos a centralização em um órgão nacional dos recursos que devem ser passados para as outras instituições, que muitas vezes são também estatais.

A institucionalização da pós-graduação pode servir como uma representação em uma determinada área do que está acontecendo no país como um todo, pois essas características de centralização burocrático-autoritária e ao mesmo tempo uma maior democratização do acesso à carreira universitária podem ser observadas em outras áreas como, por exemplo, a saúde. Este processo não é específico do Brasil mas faz parte de um contexto histórico mais

amplo, que pode ser verificado em outros países, embora não idêntico, pois cada país se insere no contexto mundial segundo suas particularidades, mas o movimento aparentemente tem um sentido. Esta particularidade do processo, em especial na institucionalização da pós-graduação, revela um sentido. Percebe-se que tal sentido está além da situação (ou regime) autoritário¹² quando se depara com o seguinte paradoxo: Neste período houve um aumento representativo no número de bolsas para a área de ciências humanas: estava-se criando uma nova organização sem que se rompesse com o corpo já existente. A área da ciência humana que estava em franca oposição ao governo, que tinha muitos de seus membros (professores e alunos) sendo caçados, mortos, torturados, sendo agredidos em sua integridade intelectual e física, simultaneamente estava sendo estruturada por este governo em conjunto com as demais áreas. O sentido provavelmente não era de manutenção do poder tal como estava dado. A minha leitura deste sentido vem de encontro com a minha análise do movimento do capitalismo.

Observa-se que neste período o capitalismo passava por sua fase de grande indústria. No Brasil este processo é representado pela 'Substituição de Importações' esse processo que deve ser entendido não só como sendo substituição de importações de mercadorias mas também, e principalmente, substituição de importação de *know-how*. A pós-graduação, espaço de formação de cientistas de alto nível, deve ser entendida como sendo fundamental para a implementação de tal passo, tanto em termos de criação e reprodução da tecnologia necessária, mas também da produção no país de professores capazes de formar novos cientistas e reproduzir o conhecimento do país.

Há hoje (e já havia sinais naquela época) uma tendência de perda da centralidade do trabalho. A idéia de modernização já corrente no período via como sendo essencial para o desenvolvimento da nação a intensificação do ensino básico e de nível superior e da produção científica. Torna-se muito importante a modernização da formação da comunidade científica, isto é, sua profissionalização em um sentido mais amplo, pois esta será importante para a reprodução do sistema. Esta modernização era vista como sendo atingível pela centralização nas mãos do estado da formação e do desenvolvimento

9 Tabela na pág.109 do Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970, vol II.

10 idem. pág. 105.

11 CARDOSO (1975).

12 LINZ (1973).

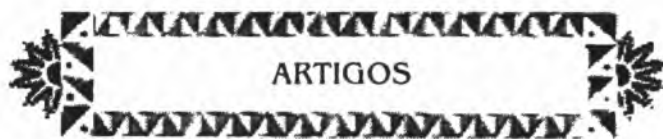
desta comunidade científica. Neste sentido, a institucionalização da pós-graduação é um fator componente do processo.

O que surge como interessante no estudo da institucionalização da Pós-Graduação no Brasil é como este processo tem como componentes as principais políticas daquele período. Esta análise é importante para compreender os problemas universitários que se revelam hoje, pois surgem em conjunto com muitos dos problemas enfrentados pela sociedade e pelo Estado no momento; é a discussão de autonomia orçamentária, privatização, diminuição dos quadros que não está relacionada

somente com a Universidade mas também com o setor de saúde, petróleo, educação, moradia, em fim, com a sociedade toda. É a sociedade discutindo o seu modelo, é o Estado atuando de acordo com o contexto histórico – busca-se neste momento desinstitucionalizar algumas instituições para quem sabe seguir um modelo mais adequado. Na pós-graduação este fato pode ser observado com as novas políticas de avaliação feitas pelos Centros financiadores de pesquisa às pesquisas e à Universidade. É a adequação do modelo de Pós-Graduação institucionalizado no pós-1964 ao mundo pós-1989.

Bibliografia

- AGUIAR, Flávio. A Pós-Graduação no Brasil. in *Anais do I Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia*, São Paulo, 16 a 18 de dezembro de 1984.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. Paz e Terra, São Paulo, Brasil, 1975.
- _____. “Desenvolvimento Associado Dependente e Teoria Democrática” in STEPAN, Alfred. org. *Democratizando o Brasil*. Paz e Terra, São Paulo, Brasil, 1988.
- COLLIER, David. “Sobre o Modelo Burocrático-Autoritário” in *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Paz e Terra, São Paulo, 1980.
- FAUSTO, Ruy. A ‘Pós-Grande Indústria’ nos Grundrisse (e para além deles). in *Lua Nova*. nº 19, nov 1989.
- LINZ, Juan. The Future of an Authoritarian Situation and Institutionalization of an Authoritarian Regime. in Alfred Stepan, *Authoritarian Brazil. Origins, Policies and Future*. Yale University Press, New Haven, 1973.
- PAOLI, Niuvenius J. Para repensar a Universidade e o Pós-Graduação. in *Anais do I Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia*, São Paulo, 16 a 18 de dezembro de 1984.
- Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970, área estratégica IX, infra-estrutura social, vol I e II, Educação e Recursos Humanos.
- QUEIROZ NETO, José Pererira de. Pós-Graduação no Brasil; Implantação, Crescimento e Crise. in *Anais do I Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia*, São Paulo, 16 a 18 de dezembro de 1984.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “A Pós Revolução Brasileira.” in org. JAGUARIBE, Hélio. *Brasil, Sociedade Democrática*. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1985.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. Editora FINEP e Companhia Editora Nacional, 1979.



DIALÉTICA E HERMENÊUTICA: UMA QUESTÃO DE MÉTODO

Alberto Lins Caldas
Departamento de História UFRO

RESUMO:

A partir da crítica sobre a insuficiência da Ciência enquanto conhecimento para compreender o homem, estabelece uma metodologia polimórfica na tentativa de instaurar “procedimentos” que possam interpretar em vez de objetificar as múltiplas realidades humanas. Reflete sobre a atuação do exegeta e os passos necessários para instaurar uma Hermenêutica que venha a substituir não somente os “métodos positivistas” nas Ciências Humanas mas, principalmente, se impor como um campo unificado. Para isso desenvolve as idéias de realidade, sujeito e objeto, impondo-se enquanto reflexão política e não em pura objetividade. Assim, tenta resgatar a Dialética do meio das concepções científicas que a deformaram.

PALAVRAS-CHAVE:

Hermenêutica, método, reflexão política, Dialética.

ABSTRACT:

Based on the critique of the insufficiency of science as knowledge to understand man, this work establisher a polymorphic methodology attempting to introduce procedures that can interpret, not only objectify, the multiple realities of human being. It reflects on the performance of the exegete and the necessary steps to establish a Hermeneutics that can not only substitute the positivist methods in Human Sciences, but mainly intrude itself as a unified field. For that reason it develops ideas of reality, subject and object imposing itself as political reflection and not as pure objectivity. Thus it tries to recover the Dialectics from the scientific conceptions that has deformed it.

KEY-WORDS:

Hermeneutics, method, political reflection, Dialectics.

Para a Ciência, método é conjunto de procedimentos lógicos e técnicas operacionais que permitirão descobrir relações causais constantes entre os fenômenos. Da sua atividade está, logicamente, excluída a criação, a contradição, a negação, a singularidade, o irrepetível, o irreal. Seu universo é o visível, jamais a interioridade do mundo (que é o mesmo que a interioridade humana e sua historicidade criativa). Criar, em Ciência, é obedecer aos princípios lógicos de determinada concepção de método, instaurada por uma visibilidade castradora. A criação científica reduz-se, na verdade, a um tipo de “criação tecnológica” ou “criação para o mercado”

Método em Hermenêutica, ao contrário da Ciência, são meios para decompor, sintetizar, compreender, criar, destruir e recriar criticamente “determinado presente” Ao mesmo tempo em que é conjunto móvel e crítico de procedimentos,

é a própria historicidade reduzindo-se e realizando-se ao nível do processo de investigação criativa. Busca tanto o como, quanto o porquê das coisas. É através do método que a Hermenêutica, entendida como filosofia do humano, superação das “Ciências Humanas” pode tentar apreender o presente, matéria básica da Hermenêutica.

É idéia geral, proporcionando orientação para a criação do conhecimento e consciência do presente. Sua “objetividade” depende do sistema sujeito-objeto em ação na pesquisa, da posição de classe e da consciência histórica do pesquisador, isto é, o método em Hermenêutica ao assumir ser uma perspectiva subjetiva compatível com a subjetividade geral do “humano” abandona a tola pretensão científica à objetividade (objetividade que só tem sentido e “objetividade” ao compreender seus limites, sua virtualidade, sua existência dependente dos

horizontes culturais e da referência central à historicidade), instaurando seu próprio modo de enfrentar, criar e recriar as realidades do seu interesse enquanto expressão de interesses coletivos.

O método não é dogmático, funcional ou aplicável universalmente como sistema mecânico e “científico” mas perspectiva filosófica de apreensão, compreensão, reconstrução, imaginação, criação e destruição de realidades. Uma das suas dimensões é precisamente entender-se e entender as Ciências Humanas como perspectivas do mundo ocidental, maneiras de ver, viver e julgar o mundo: o método hermenêutico ao assumir sua historicidade põe-se e põe as Ciências Humanas como teoria, mentalidade mítica própria das ocidentalidades cristãs.

É “acionado” por dúvidas, questionamentos, instigamentos, incompletudes, indignações, paixões, embate de consciências, diálogos e, principalmente, por necessidades vivas do presente: é o próprio presente buscando se entender e superar. Não é o método um sistema “lógico” estrutura previamente organizada para “pesquisar um objeto de estudo”

Método em Hermenêutica é inflexão livre e consciente do pesquisador sobre si mesmo, sobre seu presente e todas as suas espessuras, nódulos, brechas, mistérios, perversidades. Não é camisa de força (como se “o presente” só pudesse ser “apreendido” através de normas e ordens específicas e só existisse um-presente), mas a maneira possível do presente deixar-se seduzir e a vontade do pesquisador em criar até o fim sobre e dentro desse determinado presente: como a temporalidade é um “projeto” político, é preciso estabelecer, para uma nova reflexão hermenêutica, uma estrutura conceitual sobre o tempo compatível com as necessidades dessa dialeticidade viva, onde os tradicionais presente-passado (o tempo do capital expandindo-se como tempo da *Physis*) se interpenetrem dialeticamente numa nova visão temporal.

Mas para entender esse presente, toda pesquisa atinge contradições. Deve-se assumir então as contradições como componentes da existência humana, do pensamento, da pesquisa, das teorias, dos conceitos, das idéias, e, principalmente, do pensamento histórico. Os elementos contraditórios (assim como o

“absoluto” o “eterno” o “constante” o “verdadeiro” o “imutável” o “imortal” o “exemplar”) devem ser compreendidos e enfrentados, não anulados ou afastados como aberrações.

Após ter distinguido os aspectos ou os elementos contraditórios, restabelecer as mediações, as faltas de mediações, os becos sem saída, os elementos sem contradição e todo o amalgama que torna o presente compreensível, não o contraditório como irresponsível ou algo a ser sanado, mas uma das condições básicas para a compreensão dos nossos tipos de sociedade e maneiras de ser ocidentais.

As contradições não devem ser expurgadas, “superadas” ou pensadas separadamente. Uma pretensa pureza esconde as fissuras, as incomunicabilidades, as imperfeições necessárias ao possível entendimento, se bem que as “purezas” não podem ser descartadas como aberrações. O aprofundamento, em qualquer sentido do ser-histórico-ocidental, deve encontrar tanto grandes contradições, que pedem somente a não-conciliação para se mostrarem vivas, quanto componentes desse presente que devoram as contradições ou mesmo não as possuem. Não há nem pode haver a-realidade e suas-contradições, mas contradição criada enquanto presente, enquanto contradição histórica viva: o papel da reflexão não é solucionar as contradições, mas explicá-las enquanto momento político de superação dos fundamentos sociais desumanizantes.

Somente determinada lógica científica pressupõe um ser camufladamente metafísico, cheio e pleno de si mesmo, sem contradições e loucuras, ou mesmo um ser universal somente e repleto de pura contradição, porque as metafísicas científicas abrangem um largo aspecto e maneiras de ser compatíveis com todos os nossos presentes e seus fundamentos de classe. A “historicidade científica” parece um descascar-cebolas, processo de descobrir, arrancar conhecidos e descobrir “realidades insuspeitas” revelando sempre o já existente, somente o não-visto-mas-agora-revelado, “metafísica de superfície” apresentando-se “em-evolução” de conhecimento, mas jamais criando-se e criando.

Cada Galáxia Mítica (a grande estrutura comunitária, seus imaginários e os limites de identidade e diferença que podem vir a

caracterizá-la) cria suas “realidades específicas e universais” cria sua Natureza, seu tempo, seu Homem, seu Deus, seu Demônio, seus aliados e seus inimigos; significados e significantes, símbolos, desejos, formas, interioridade e exterioridade: apenas dentro da sua práxis histórica e socialmente específica é que tudo isso e todo o resto consegue ter coerência viva; ou um conhecimento que consiga compreendê-la a partir de suas próprias coordenadas, suspendendo criticamente suas próprias premissas teóricas e culturais.

O ser que conhecemos e vivenciamos, que nunca é um ser universal mas histórica e socialmente determinado, é contradição coagulada criando um tipo de homem que é contradição viva, só podendo compreender e compreender-se doando ao impessoal suas trágicas contradições irreparáveis. Para nossa atual Mitologia sem contradições não há razão ou saber, não há o próprio homem ou aquilo que ele entende por realidade. Ao mesmo tempo, sem “imutáveis” sem “eternidades” sem “solo-firme” ficamos apavorados, sem oxigênio, abandonados à morte num deserto de sofrimentos: A Dialética, por sua “origem burguesa” ainda não completamente superada, impõe a si mesma limites para que não sucumba ir ao terror sempre ao lado, o vácuo sempre por baixo, a espada sempre por cima: A historicidade absoluta (levada as últimas conseqüências) seria, para nossa vitoriosa metafísica científica, tão terrível quanto a imutabilidade eterna do ser. Tudo só tem significado vivo dentro do campo que gerou o próprio significado, ou para uma Hermenêutica que possa mudar de rumo, base e significado quando necessário.

Por isso é imprescindível superar a “objetividade” o olhar fotográfico, como se o concreto se resumisse ao visível (como se o visível não fosse “socialização” e historicidade viva assim como a própria concreticidade), ao descritivo, somente ao objeto e não a uma síntese histórica entre sujeito e objeto, entre subjetividade e objetividade, não esquecendo a prioridade ontológica do “social” (a prioridade ontológica não é a “natureza” a “matéria” o “espírito” a “história” mas determinada “comunidade” como práxis viva, comunidade instauradora de mundo, criadora do real e da realidade, que não é coisa-em-si, mas comunidade exteriorizada).

A reflexão (onde o pesquisador conhece seu campo, seus limites e deslimites, suas relações, suas dificuldades, as intermináveis notas, idas e vindas, brigas consigo mesmo e com o mundo, com todas as teorias e com todas as impossibilidades, abrindo uma nova matéria imaginária em si mesmo e as redações e suas loucuras de prazer e dor) deve tentar vivenciar dialogicamente os pormenores da sua matéria, criando as relações internas dos elementos e dos elementos entre si. O individual, o mental, o inconsciente, o singular, não podem ser excluídos, mas ao mesmo tempo não podem dominar como se fossem realidades autônomas ou existindo autonomamente como se fossem “instâncias do real” o que seria universalizar determinada leitura ocidental moderna tomando-a como modelo: naturalização de paradigmas e paradigmas da naturalização.

Após a reflexão (e também ao mesmo tempo) vem a exposição, que é sintética (podendo ser da mesma maneira analítica se não deformar o modo desse presente, dessa comunidade, desse modo de ser se manifestar), modo de narrar, não esquecendo que a própria reflexão é também processo sintetizante. A reflexão deve se apaixonar pelo “todo” e pelas “partes” envolvendo amorosamente, enquanto síntese e estilo, todo o mundo em questão, e a exposição deve tentar reconstituir o movimento vivo de homens vivos ou pelo menos convincentemente suas sombras porque é preferível sombras, que são de coisas vivas, a se fazer um estudo de sombras como se fossem de homens e não saber.

Cada mediação e configuração têm as suas contradições, deformações e historicidades peculiares. Portanto o método deve subordinar-se e ser o próprio conteúdo, a matéria em estudo e a vontade e criatividade do pesquisador, jamais substituindo ou antecipando os passos livres e vivos do pesquisador por prévia e condicionante construção abstrata. O pesquisador não aplica o método, ele o cria na dialogicidade viva entre a “reflexão” e a “realidade”

Depois que a reflexão cria os elementos mais simples, os conceitos, não podemos ficar satisfeitos e parar. A analiticidade de certas reflexões, componente inestirpável do próprio pensar, comporta tipos de “reconstrução sintética” que, falsamente, criam a ilusão de haver-se chegado ao final. A analítica e a própria reflexão

são apenas momentos do processo hermenêutico, exigindo sempre um ir e vir constante reencontrando a todo momento o real e o imaginário, o coletivo e o singular, os elementos, as mediações, os sistemas e o próprio pesquisador e suas faces individualizadas pelo seu presente que exige tudo isso. A meta não é uma totalidade falsa, respeitando apenas teoria e método, mas uma integralidade viva, autônoma e interessante, pois todo resultado é, antes de tudo, um sonho hermenêutico do método, um momento específico de determinado real.

Desta maneira, o método não é neutro, mas crítico, político, totalizador, histórico, vivo, negativo, devendo ser constantemente renovado e desenvolvido, sem nunca se tornar saber instituído, sem jamais se tornar estrutura estável, sem nunca ser, na verdade, tudo aquilo que se entende como método, porque, antes de tudo, método em Hermenêutica exige uma radicalização da historicidade sobre si mesmo, um se voltar sobre si que passará a ser condição dessa mesma Hermenêutica.

Para o método a questão “fato” e “valor” resolve-se na reflexão viva do pesquisador, no sentido crítico do fundamento filosófico do próprio método, compreendendo o “fato” como uma construção de valores, de subjetividades e mundo, jamais sendo confundido com o vivido como faz as mais variadas “Ciências positivistas” se é que a palavra fato deve subsistir às mudanças que exigem sua condição de existente virtual.

No entanto para se estudar “determinada realidade” é preciso também uma auto-avaliação do pesquisador com relação a sua posição de classe, sua função social, suas metas teóricas e a que destino devem ter. Posicionar-se quanto à ideologia e sua “interferência” na pesquisa. Compreender a geração de objetos na sua sociedade (alienação) e como libertar-se da cadeia ideológica que pode aproximá-lo ou afastá-lo da compreensão. É preciso uma consciência histórica que capacite o pesquisador a compreender a geração de homens e coisas no-seu “modo de produção” como pressuposto para a existência eficaz de uma Hermenêutica do Presente.

Na verdade, essa “perspectiva” possibilita uma posição crítica a si mesmo e aos fundamentos porque não há antagonismo entre Ciência e ideologia, entre a pesquisa e a criação das realidades “autônomas” da pesquisa. A

Ciência faz parte da compreensão ideológica do mundo, fazendo parte de um capítulo da lógica do capital. Ao mesmo tempo não se pode pasteurizar o conceito de ideologia aceitando tudo como ideologia. Sendo qualquer perspectiva teórica de classe, o conceito de ideologia torna-se inoperante e despolitizado, tornando-se puro conceito. Sem antítese, a ideologia torna-se campo intransponível, condição ideal para o desenvolvimento da própria ideologia.

Por isso não devemos tomar “abstratamente” os elementos abstratos obtidos pela reflexão. Esses elementos possuem sentido, existência e significado. O pesquisador deve descobrir as condições concretas destas determinações simples, em vez de isolá-las e considerá-las separadamente, atentando para um fluxo de vida.

O método não é analítico ou sintético, indutivo ou dedutivo, mas superação desses componentes numa perspectiva crítica, onde um se converte no outro, na própria realidade, no pesquisador, no seu contrário, num limite e num deslimite, criação/invenção, o método como eterna superação de si mesmo, sonho desta realidade, que jamais apresenta-se analiticamente ou sinteticamente, mas como integralidade humana viva.

O método compreende as realidades histórico-sociais como manifestação integral, isto é, não existindo em níveis, requerendo portanto, ao ser estudada, uma reflexão-investigação que procure a “realidade inteira e plena” mesmo que possa aparentemente aparecer fragmentada.

Nas sociedades ocidentais onde a divisão do trabalho dispersou e pulverizou o conhecimento (também a ação e a politicidade), há uma impossibilidade de visualização tanto do conjunto quanto do centro. Essa astúcia social “corporifica-se” modernamente na cientifização do conhecimento. A “relação interdisciplinar” faz cada Ciência manter seus estreitos limites, começando uma quando a outra termina. Cada Ciência, excluindo instâncias de si mesma apaga partes do mundo para poder existir. Dessa maneira, cada Ciência nada tem a ver com qualquer outra. Mas a questão não é criar a “Ciência sintética” porque a “soma” das Ciências nada resolveria, mas dissolver a Ciência enquanto Filosofia, interpretação e conhecimento do humano, deixando seu estatuto restrito ao milenar

pensamento e atividade “artesanal”

A realidade social não é “conjunto articulado de níveis” Essa separação faz parte de determinada visão “teórica” não da estrutura viva da sociedade. É a capitulação diante da aparência espatifada, o visível como reflexo ideológico. É ponto de partida das concepções que fragmentam o mundo e o conhecimento em “instâncias” em “objetos de estudo” em “níveis” podendo manter entre si somente discursos superficiais.

O econômico, o social, o histórico, o arqueológico, o psicológico, o antropológico, o político, o linguístico, o filosófico, o geográfico, o natural, roubam à totalidade histórica o sentido e a razão para poderem existir. Cria-se para cada “fragmento” instrumentos peculiares e uma Razão própria advinda da visibilidade enquanto falsa totalidade. As sociedades capitalistas perderam a sua unidade aparente e como seu eixo de segurança é a visibilidade, a possibilidade de compreensão integral vai dia a dia se tornando uma “proposta indecente” impossibilitando aos poucos a instauração de uma razão histórica radical que retome os fios do sentido e das razões próprias de uma Galáxia Mitológica (ocidentalidade) que perdeu sua identidade-limite por ter tornado a universalidade seu modo de pensar, de ser e de projetar o universo à sua imagem: não é o concreto que está fragmentado mas sim a visão ideológica sobre o real enquanto um dos fundamentos teóricos e imaginários da dinâmica viva da produção-reprodução social.

A questão não se resolve interdisciplinarmente (mantendo níveis e separações nos conhecimentos e nas realidades, respeitando a lógica do capital e sua expressão enquanto “a realidade”), mas com uma Hermenêutica que reúna as “Ciências Sociais e Humanas” que não as some ou as devore, mas que exerça seu domínio sobre as “realidades fragmentárias” dessas Ciências, reunindo-as enquanto prática e consciência filosófica, enquanto procedimentos úteis ao conhecer histórico. A Hermenêutica do Presente pode fazer seu todos os campos, criando um único campo.

As Ciências Humanas “transformaram-se” naquilo que deviam combater. Estão derrotadas por tornarem-se miméticas em vez de subversivas: tornaram-se discursos-sobre. Uma das maneiras de reverter esse quadro é retomar o conceito de totalidade. A totalidade, em primeiro lugar, como

a dominação e a determinação do “todo” sobre as “partes” (não confundir este princípio de pesquisa com a realidade humana e social onde a parte ou tem prioridade sobre o todo ou teremos somente totalitarismo ou democracia como direito à exploração e consumo, direito de trabalhar e devorar). A totalidade é concreta e estruturada, mas não sendo imóvel, não sendo “estrutura arquitetônica” mas dialética, as partes não são reflexos mortos, mas condições vivas da totalidade, partes da sua existência e sentido: não é preciso estudar a “totalidade total” mas as relações vivas que, se perdidas, comprometem toda a interpretação.

Buscar a totalidade é considerar e pesquisar o concreto, o presente no emaranhado de seus movimentos e contradições, na vida íntima das suas mediações, sua razão, seu aparecer, sem esquecer que desse concreto faz parte o próprio pesquisador, seu mundo, seu tempo e todos os tempos. Faz parte também “todas as ilusões do mundo” porque o concreto é, antes de tudo, compreensão criativa do real-abstrato, o real enquanto estrutura de concretos.

Um dos conceitos que tentam substituir a dialética ou o conceito de totalidade é o de estrutura. No entanto é inaceitável o conceito de estrutura como algo a ser preenchido, preexistindo à realidade. O conceito de estrutura (conceito que leva em conta e busca o conjunto, as partes desse conjunto, as relações das partes entre si e com o conjunto) é historicizado, obedecendo à constituição metodológica do pensar dialético, aceitando a contradição como componente imprescindível e que torna, sem ser superado, toda a estrutura cognoscível.

Nem toda modificação nas partes modifica outras partes ou o todo, e nem toda modificação no todo modifica mecanicamente as partes (precisamente porque a estrutura é dialética e virtual e não “estrutural” mecânica ou sistêmica). As resistências, as revoltas, as negativas, as revoluções são partes constitutivas do conceito de estrutura levado em consideração. Estrutura é conceito aberto e histórico, contraditório (que exige contradições para se tornar inteligível), e não funcional. Não há “elementos não-pertinentes” que devam ser eliminados. Essa eliminação seletiva, normalmente, descarta a dialeticidade, as contradições, as incongruências, as inconsciências, as irracionalidades, aquilo que

não constava previamente estabelecido no “projeto” no “método” na “teoria”

Cada realidade tem múltiplos significados, pois a historicidade comunga com a obra de arte a abertura infinita das interpretações e dos sentidos. Entretanto os “dados” trazem uma realidade que não se dissolve somente em puras interpretações. A relação sujeito-objeto não é relação simples. Os “dados” possuem astúcias que requerem um grau de criticidade para se transformarem em rede conceitual. Há uma realidade nos “dados” que se impõem a qualquer interpretação. Se dissolvermos tudo em pontos de vista cairemos no erro inverso da prioridade absoluta e visível dos “dados” excluindo subjetividades, do positivismo. Os “dados” não são objetos, como algo “existente naturalmente”: os “dados” são “sujeitos” Por outro lado, o pesquisador, tradicionalmente sujeito, deve avaliar sua condição de “objeto” e a própria objetificação em sua sociedade.

Os “dados” como aquilo que exprime o humano, não falam completamente por si mesmos. Além de serem “testemunhos” são “escolhidos” pelo pesquisador por interesses do presente. A mutabilidade interpretativa da Hermenêutica se dá pela modificação do presente que interpreta (o passado como dimensão do presente), pela essência humana de todo tipo de “dados” pelas perspectivas de classe, sempre expressão viva de uma perspectiva de valores.

Para essa visão nada do que é humano deve ser alheio ao pesquisador. Todas as realidades, todos os materiais, todas as linguagens, todos os símbolos pertencem ao pesquisador. Uma das suas metas é restabelecer homens concretos em relações sociais vivas e dinâmicas. A busca não é pelo estabelecimento de uma *outra Ciência*, mas pela *comunicabilidade da experiência*, pela *expressão da coletividade*, pela *repolitização das falas*, por *outra maneira de criar o conhecimento e compreender a realidade* através de novas maneiras de reflexão que consigam alcançar estas metas.

Principalmente porque são os “homens concretos” que sustentam e dão sentido aos “homens abstratos” mas sem os segundos os primeiros ficariam reduzidos ao que a estrutura produtiva simplesmente necessita e deseja.

A prática produtiva não é um ato “econômico” mas integral, para onde todas as dimensões sociais convergem, necessariamente deformam-se e ganham significado. É o fundamento real ao mesmo tempo em que é também as representações que o mistificam e estimulam. Neste campo nada se resolve com causa e efeito, reflexos ou mecanicidades. Nem mesmo as dialeticidades ingênuas conseguem escapar do seu campo deformador.

A Hermenêutica deve estabelecer as conexões entre a prática produtiva, a estrutura social, os diversos poderes de classe, as ideologias, as representações mentais. Exatamente por ser toda realidade social um amalgama de dicotomias é que o homem é um ser virtual e não um ser-em-si.

Cada “caso particular” só encontrará o mínimo de sentido e significado quando fizer parte da estrutura histórico-dialética da sociedade. Sem processo em estrutura social não temos Hermenêutica mas mistificação ou mercadoria. A aparente autonomia da “parte” esconde, num só ato, a realidade social e a si mesma. Cada “Ciência Humana” esconde a historicidade, as outras “partes” do humano que a comporiam, para poder existir, existindo apenas enquanto abstrato-castrado. Suas autonomias são anomalias, engodo e falsificação.

Somente o confronto, o diálogo entre o “sujeito” e o “objeto” (luta de mundos, concepções, tempos, realidades, eixos) é que realiza e supera a teoria, o método, os procedimentos. Nada substitui essa luta, onde interpretação e realidade se digladiam, se estimulam, se delimitam, se criam, florescem, explodem ou morrem. O “objeto” não é inocente: ele faz parte da rede seletiva que o fez existir e se perpetuar: todo “objeto” é político. Métodos, técnicas, procedimento são secundários, sendo prioritária a relação entre o pesquisador e a “realidade” Essa relação é que irá estabelecer e recriar métodos, técnicas e procedimentos. Nesse momento, método é subjetividade precavida, mas livre, sem normas e ordens que deformem em demasia. Dessa maneira, o método assume sua necessária vocação subversiva, reinstaurando o humano no seu devido lugar.

Bibliografia

- ABBAGNANO, Nicola (et al.). *La evolución de la dialéctica*. Ediciones Martínez Roca, Barcelona, 1977
- ADORNO, Theodor. *Dialéctica negativa*. Taurus, Madrid, 1975.
- _____; HORKEHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1985.
- BAUDRILLARD, Jean. *A transparência do mal*. Papirus, São Paulo, 1990.
- BORNHEIM, Gerd. *A dialética*. Globo/EDUSP, São Paulo, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Difel/Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1989.
- DAL PRA, Mário. *La dialética en marx*. Martínez Roca, Barcelona, 1971.
- ENGELS, Friedrich. *Dialectica de la naturaleza*. Editorial Grijalbo, México, 1961.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1977
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Portugália, Col. Problemas/23, Lisboa, 1968.
- _____. *Microfísica do poder*. Graal, 5ª ed., Rio de Janeiro, 1985.
- GIANNOTTI, José Arthur. *Origens da dialética do trabalho*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1966.
- GOLDMANN, Lucien. *Origem da dialética*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1967.
- _____. *Dialética e cultura*. Paz e Terra, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1979.
- GURVITCH, Georges. *Dialética e sociologia*. Vértice, São Paulo, 1987
- HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica*. Perspectiva/Edusp, Col. Estudos/77. São Paulo, 1990.
- KOPNIN, P.V. *Lógica dialética*. Grijalbo, México, 1966.
- _____. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/lógica dialética*. Civilização Brasileira, 3ª ed., Rio de Janeiro, 1983.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Ática, São Paulo, 1991.
- LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. Paz e Terra, 3ª ed., São Paulo, 1985.
- _____. *As aventuras de karl marx contra o barão de munchhausen*. Busca Vida, São Paulo, 1987
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. Publicações Escorpão, Porto, 1974.
- _____. *El asalto a la razón*. Grijalbo, Barcelona, 1975.
- _____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de marx*. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979a.
- _____. *Ontologia do ser social: a falsa e a verdadeira ontologia de hegel*. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979b.
- MARX, Karl. *O capital*. Civilização Brasileira, 3ª ed., Rio de Janeiro, 1975.
- _____. *A ideologia alemã*. Presença, 3ª ed., 2 vol., Lisboa, 1976a.
- _____. *Miséria da filosofia*. Grijalbo, São Paulo, 1976b.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. Martins Fontes, São Paulo, 1977
- MÉSZÁROS, Istvan. *Marx: A teoria da alienação*. Zahar, Rio de Janeiro, 1981.
- _____. *Filosofia, ideologia e ciência social*. Ensaio, São Paulo, 1993.
- _____. *O poder da ideologia*. Ensaio, São Paulo, 1996.
- PALMER, Richard. *Hermenêutica*. Edições 70, Lisboa, 1989.
- RYAN, Alan. *Filosofia das ciências sociais*. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1977.
- SARTRE, Jean-Paul. *Crítica de la razón dialéctica*. Losada, 2 vol., 3ª ed., 1979.
- SCHAFF, Adam. *O marxismo e o indivíduo*. Civilização Brasileira, Col. Perspectivas do Homem/23, Rio de Janeiro, 1967.
- VÁZQUES, Adolfo Sánchez. *Filosofia da praxis*. Paz e Terra, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1977
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. Brasiliense, São Paulo, 1987

CRISE E SUPERAÇÃO EM KURZ

Anselmo Alfredo
Departamento de Geografia - USP

RESUMO:

O texto busca compreender o sentido de crise que o autor (Kurz) avalia em seus diversos textos e, a partir desta, como pensar a possibilidade, ou mesmo, o processo de superação do "sistema produtor de mercadorias". Neste sentido, como seria possível uma sociedade cujo trabalho não significasse a realização de necessidades de ordens distantes, mas a reintrodução do prático-sensível como forma de negação do mercado.

PALAVRAS-CHAVE:

Mercado, prático - sensível, trabalho, superação e crise

ABSTRACT:

This paper tries the understanding of the crises meaning which the author (Kurz) evaluates in many papers of yours, and since the notion of crises, how to think the possibility, or even, the overturn process of the "goodies producer system". In this way how would be possible a society which work would not mean the realization of distant order needs, but the practical-sensitive re-introduction as a way to deny the market.

KEY-WORDS:

Market, practical - sensitive, work, overturn and crises.

Este trabalho tem como objetivo discutir as noções de crise e superação para Robert Kurz analisadas em diversos textos com principal destaque O Colapso da Modernização - onde o autor analisa o atual estágio de crise por que passa o capitalismo. É a partir deste ponto de vista que expõe a possibilidade de realização de uma nova forma de satisfazer as necessidades humanas (não somente as básicas). Para que esta se realize é fundante de seu pensamento a crítica ao trabalho abstrato dentro do sistema produtor de mercadorias.

Desta forma torna-se importante recolocar sua crítica à utopia iluminista. O desenvolver das ciências, da tecnologia, do saber a partir do século das luzes está colocado como a possibilidade de dissolução das carências humanas. Contudo, isto se dá pelo desenvolvimento das forças produtivas, que através da absorção da força de trabalho humano e imensa produção de produtos tornar-se-ia possível. Esta utopia aparece, assim, segundo uma lógica métrica, a qual negaria e escamotearia as relações produtoras destas mesmas mercadorias. A utopia iluminista, então, aparece como verdadeira aliada

do modo de produção produtor de mercadorias. Na realidade trata-se do elemento ideológico que comporia o modo de produção capitalista, pois realiza-se como o imaginário de uma época.

Assim, tomam força em Kurz os argumentos baseados na razão sensível, negada por esta ideologia. Para compreender melhor este ponto é preciso discorrer sobre o antagonismo de necessidades que o próprio modo de produção capitalista pressupõe. Em seu artigo de 11.02.96 no jornal Folha de São Paulo cujo título é O torpor do Capitalismo o autor começa a discussão com uma crítica à idéia ingênua sobre a produtividade capitalista. Esta idéia pressupõe que quanto maior a produtividade mais facilmente conseguiríamos satisfazer as necessidades da sociedade como um todo. Aqui já há uma exposição do autor de que o objetivo da produção é produzir o lucro privado, isto em dois níveis: Da economia como um todo e das empresas em particular e não a satisfação de necessidades sociais. Poderíamos, então, assim resumir este antagonismo. Por um lado temos as necessidades que são de cada indivíduo ou da

sociedade como um todo, por outro, dentro da lógica capitalista, as necessidades do capital, de sua autovalorização.

É a partir deste antagonismo que podemos pensar não só o trabalho abstrato como uma das estruturas fundamentais deste modo de produção, que deve ser entendido no seu sentido amplo, um modo de produzir não somente produtos, mas a nossa existência, já que nos sujeitamos à lógica produtivista; mas pensar também os princípios de sua própria crise. A perspectiva histórica do autor (aqui em relação ao desenvolvimento das forças produtivas) é que por princípio este desenvolvimento tem sempre o sentido de reorganizar a divisão social do trabalho cujo objetivo é a produtividade. Isto é fundamental para que se realizem as necessidades do capital. A valorização do capital se dá assim com uma produtividade que tem por objetivo o mercado. Produzir uma imensidão de produtos que serão colocados na esfera da circulação e consumo de modo a realizar a mais-valia na sua forma mais abstrata, o dinheiro. Neste sentido o trabalho vivo tem por objetivo fundamental realizar-se como trabalho morto. Toda produção capitalista tem assim como fim o seu valor de troca.

As formas de produção, baseadas na produtividade, que têm como objetivo a realização do lucro, exigem assim uma dispensa da força de trabalho. Isto teria como consequência as crises cíclicas do capitalismo, que o autor não nega. Num momento de alta produtividade a própria produção torna-se ineficaz na medida em que o consumo aparece dificultado pela dispensa de mão-de-obra. O fordismo, embora tenha como princípio a economia de energia do trabalhador, conseguiu desenvolver sua produtividade e ao mesmo tempo valorizar o capital porque, segundo o autor, teve a capacidade de conquistar novos mercados. Por este aspecto, embora o crescimento absoluto do mercado de trabalho na forma fordista de produção seja uma realidade, relativamente este mesmo mercado tem diminuído. Em relação ao aumento da quantidade de produtos menos trabalhadores são necessários para produzir cada vez mais. *A diminuição dos custos, portanto, não significa que os trabalhadores trabalham menos mantendo a mesma produção, mas que menos trabalhadores produzem mais produtos. O aumento da produtividade reparte seus frutos de forma extremamente desigual: enquanto trabalhadores 'supérfluos' são demitidos, crescem os lucros dos empresários.* (FSP 11.02.96)

A crise estrutural aparece para o autor a partir do desenvolvimento das forças produtivas baseado na microeletrônica (robotização de indústrias, por exemplo) que pela primeira vez não pressupõe o uso da força de trabalho humana. Isto se dá não apenas em um dos ramos da produção, *mas se espalha por todas as indústrias, por todo o planeta* (Idem, ibidem). A lógica produtivista encontra o seu próprio beco-sem-saída na medida em que não se pode mais pensar a crise atual como uma crise cíclica, mas que tem um novo elemento qualitativo cuja análise, feita a partir dos ciclos de Kondratief, não previu.

A crise para Kurz aparece assim sob alguns pontos principais:

- tendencialmente, o capitalismo tornou-se incapaz, pelo desenvolvimento das forças produtivas de explorar a mão-de-obra;
- paralisação de recursos nas empresas já que a rentabilidade destas só pode ser estabelecida no nível até então alcançado de produtividade;
- desaparece a capacidade aquisitiva e os correspondentes mercados que dela resultam, tirando assim dos homens as condições capitalistas da satisfação de suas necessidades;
- o desenvolvimento da força produtiva ciência que torna incapaz as formas básicas de reprodução capitalistas.

A perversidade deste modo de produção pressupõe não apenas um desenvolvimento qualitativamente desigual que se imprime no social, mas também uma apropriação desigual da natureza que ganha a forma de recursos naturais. Produzir cada vez mais para reproduzir o capital é também produzir a raridade da natureza rios que se transformam em esgotos a céu aberto, ar poluído, etc. Por que isto torna-se importante de se colocar neste trabalho. Pelo fato de isto ser a própria negação da realização de uma sociedade baseada em suas necessidades prático-sensíveis. Superar este modo de produção, para Kurz implica portanto, na negação da lógica do mercado e ter como fundamento a eliminação do dinheiro como mediador das relações sociais, ou seja, implica na desmonetização da sociedade.

Em a Terceira Força. Fim e início da neutralidade (mimeo) Kurz apresenta suas críticas às tentativas de novas vias de desenvolvimento social ocorridas no período de instalação do Socialismo Real. Para ele a crise de 1989 é encarada como *uma autêntica ruptura de época*. O fim deste socialismo

provoca uma crise que se estende para além dos parâmetros econômicos, é também uma crise do pensamento crítico em relação ao modo de produção capitalista porque tomam força argumentos que colocam a lógica do mercado como única forma de reprodução social. Assim, aqueles que criticavam o mercado se vêem sem força para pensar uma via que não seja a do próprio mercado. O papel crítico dos intelectuais que é negar a exploração social segundo a ordem econômica ganha lugar secundário na medida em que estes críticos revelam-se como reformadores. Isto é prejudicial para o pensar de um devir, uma terceira força, porque o sonho característico da modernidade que é a autodeterminação do homem, de uma produção autônoma da vida perde força, e a única saída é o eterno presente.

Neste sentido o argumento de Kurz caminha na direção de diminuir radicalmente a linha divisória entre Capitalismo e Socialismo Real. Para ele tanto uma como outra forma de produção baseia-se na produção avançada de mercadorias que tem como fim a realização da lógica do mercado. O colapso das economias do leste encontra, portanto, sua crise na forma como o Estado soviético busca negar o mercado (controle de preços e produção) quando a lógica produtivista abstrata de mercadorias está em pleno vapor. Neste sentido, tanto em um como em outro "sistema" o trabalho abstrato é o elemento fundante da reprodução social. Em sua resenha sobre o Colapso da Modernização Bresser Pereira coloca esta visão de Kurz como um erro de análise, já que não podemos pensar em mercado onde os preços são controlados pelo estado e os salários não tem seus valores baseados na lógica de oferta e demanda. Neste sentido categorias como mercadoria, preço, lucro salário, etc. que são típicas do capitalismo não podem ser encontradas no Socialismo Real. Bresser Pereira compreende, portanto, que o Socialismo Real é um outro modo de produção e não apenas a expressão estatista do capitalismo. Contudo, a análise de Kurz está posta justamente no fato de existir uma lógica de mercado que se realiza na esfera da produção, mas que é negada pelos aparatos estatais nas esferas da circulação e consumo. O Socialismo Real aparece assim, em Kurz, como um capitalismo mal formado, que produz sob a lógica da mercadoria e do mercado mas que a nega num momento posterior. Daí a sua derrocada ser antecipada com relação ao oeste, a acumulação do capital para a reprodução das

mercadorias ficou prejudicada. Neste sentido, pensar uma terceira via é pensar uma reprodução social que esteja baseada em argumentos Para além do Estado e do Mercado (FSP 03.12.95), já que esta forma de reprodução social não está assentada nas necessidades prático-sensíveis.

Cabe por último assentar a discussão do trabalho abstrato no seu sentido ontológico e buscar seu significado na sujeição do social ao econômico. O que significa, social e economicamente produzir uma sociedade baseada no trabalho abstrato? No seu movimento ontológico o trabalho como atividade tem seu fim, embora seu meio seja necessariamente a transformação do meio natural, o próprio homem. Assim a atividade humana tem por princípio a realização do próprio homem como ser autônomo e independente, emancipado. Isto porque o que a define são as necessidades historicamente construídas pela sociedade. Realizar o trabalho (não alienado) é assim a realização do próprio homem porque ele se vê naquilo que ele faz, nas suas atividades. A lógica do mercado inverte este movimento. Trabalhar não mais significa satisfazer nossas necessidades, mas obter salários. Assim, podemos nos submeter horas e horas executando tarefas que nos oprimam porque no final de cada mês podemos comprar a nossa satisfação em alguma praça de troca e finalmente realizar o lucro do capital. O social encontra-se assim sujeitado pelo econômico pela negação de nossas diferenças, ou seja, pela construção de um mundo de homogeneidades. Estas se dão sob duplo aspecto: somos homogeneizados enquanto trabalhadores homem-mercadoria - e no momento do consumo, já que nossas necessidades já estão previstas por aquilo que a mercadoria promete satisfazer. A Terceira Força aparece assim como a possibilidade de se produzir pela negação desta sujeição e pela realização das necessidades sensíveis como a existência de uma sociedade mais criativa que compreenda e respeite sua diversidade, sua não-homogeneidade.

Esta busca encontra em Kurz soluções já existentes no atual estágio do capitalismo. Trata-se da realização de comunidades autônomas que visem conter, num primeiro momento, a miséria social e a barrar a destruição da natureza. Esta forma de reprodução social já é possível naquelas atividades que para o mercado já deixaram de ser lucrativas. *Suas atividades abrangem desde a criação de cozinhas públicas, o cultivo de hortas e a coleta de lixo até serviços de creche, reforma de moradias e*

organização de escolas particulares. (FSP 03.12.95) essas atividades são realizadas sem a monetarização das relações sociais que as compõem. Contudo, cabe aqui uma questão a ser discutida: como poderíamos imaginar uma forma de reprodução social desmonetarizada que não estivesse localizada apenas em alguns setores? Ou seja, como seria possível realizar esta atividade baseada nas necessidades prático-sensíveis a nível global, sem a monetarização das relações sociais?

Este trabalho não tem por objetivo responder esta e outras questões, mas apenas demonstrar o quanto torna-se instigante a leitura de autores que pensam esta sociedade de modo radical. Radical aqui no seu sentido etimológico, ou seja, pensam-na a partir de sua raiz. Daí a

indispensabilidade de se compreender as relações sociais que produzem não apenas objetos, mas uma existência desigual. É a partir disto que podemos então compreender sem preconceitos, a aversão do autor pelos reformistas, neo-liberais e outros, já que para estes o princípio de toda idéia é não negar o existente, ou pior, mascarar aquilo que produz a miséria, as desigualdades. Buscam, cada vez mais, reorganizar o mundo do trabalho abstrato, deixando de considerar que este é a própria forma produtora da miséria. Assim, não negar esta forma é, ao mesmo tempo, reafirmar o mundo de relações de exploração e alienação em que vivemos, é negar a ruptura e reafirmar a continuidade, nega-se um possível realmente, ou melhor, radicalmente diferente.

Bibliografia

- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial* Paz e Terra RJ Rio de Janeiro, 1993.
- _____. *A terceira Força. Fim e início da neutralidade - mimeo.*
- _____. *Guerra Civil Mundial em vez de Paz Eterna - In: FSP 3/12/1992 Caderno Mais.*
- _____. *A Estupidez dos Vencedores In: FSP 6\08\1995 Caderno Mais"*
- _____. *Perdedores Globais - In: FSP 1/10/95 - Caderno Mais.*
- _____. *Guerra Civil Mundial em vez de Paz Eterna - In: FSP 3/12/1992 - In: Caderno Mais.*
- _____. *O torpor do Capitalismo, In F.S.P., 11/02/1996 Caderno Mais.*
- _____. *O Curto Verão de uma teoria do século XX In F.S.P. 21/04/1996 Caderno Mais.*
- _____. *A síndrome do Obscurantismo In: FSP - 5/11/1995 Caderno Mais.*
- _____. *Para Além do Estado e do Mercado - In: FSP - 3/12/1995*
- _____. *Luz Verde ao Kaos da Crise, In "Cadernos do Labor" Série Autores Alemães, Ano I, N.1 Abril de 1996 Laboratório de Geografia Urbana FFLCH-USP*
- _____. *Porque a União Européia pode se tornar uma ruína nova em folha. In: F.S.P. 17/03/1996 Caderno Mais.*
- _____. *Los Intelectuales después de la lucha de clases In: Mania, 05/96*
- _____. *A falta de autonomia do estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política IN: Colóquio Capital e Estado na América Latina. Rev. Indicadores Econômicos FEE - Porto Alegre, RS 05/1995*

A JUDICIARIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

Bernardo Mançano Fernandes
Departamento de Geografia - FCT/UNESP

RESUMO:

A luta pela reforma agrária tem recebido atenção da mídia, especialmente, pela violência dos enfrentamentos entre os diferentes atores do histórico conflito fundiário. Todavia, a história também tem mostrado que um desses personagens tem sido massacrado por meio de mortes e matanças anunciadas. Esses são os trabalhadores rurais sem-terra, que há séculos têm lutado pela terra sem terem conseguido, no entanto, realizar plenamente os seus objetivos. Neste texto, iniciamos uma reflexão a respeito de uma questão que vem se destacando nos conflitos fundiários: a judicialização da reforma agrária. Discutimos as diferentes respostas que o Poder Judiciário tem dado às ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), com o objetivo de contribuir com o debate a respeito da questão da reforma agrária.

PALAVRAS-CHAVES:

Reforma agrária, conflitos fundiários, poder judiciário, sem-terra, violência no campo.

ABSTRACT:

The fight for land reform has received attention of the media, specially, because of the violence in the confrontation between the different actors of the historical land property conflict. However, history has also shown that one of these characters has been massacred by the means of announced death and killing. Those are landless rural workers, that for a long time fought for the land without succeeding in accomplishing they objective.. In this text, we start a reflection about the question that is outstanding in the land property conflict: the action of the judiciary system in the land reform. We discuss the different answers that the Judiciary system has given to the action of the Movement of Landless Rural Workers (MST), with the objective of contributing to the debate about the land reform question.

KEY-WORDS:

Land reform land property conflicts, judiciary System, landless violence in the country.

A reforma agrária está colocada, mais uma vez, como uma questão emergente. Embora seja defendida por todos os setores da sociedade, a sua realização nunca foi viabilizada. Existem projetos localizados de reforma agrária, pouco representativos considerando a demanda das famílias sem terra e os intensos processos de expulsão e de expropriação que continuam ocorrendo. A reforma agrária frente ao modelo de desenvolvimento agropecuário é um devaneio. Para cada família assentada, dezenas de outras são expropriadas. É preciso transformar o modelo de desenvolvimento agropecuário. Contudo, a conjugação de forças políticas pró-reforma agrária não foi suficiente, até hoje, para desenvolver um amplo projeto que atenda às necessidades e interesses dos trabalhadores.

Nos últimos dezessete anos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se territorializou por 22 Estados, por meio da luta pela terra, reivindicando a reforma agrária e construindo a democracia. Realizando ocupações e dimensionado a luta pela reforma agrária, em luta por uma política agrícola voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar, em luta pela educação, pela saúde etc, o MST tornou-se referência obrigatória e é reconhecido e negado pelos governos federal e estaduais como interlocutor representativo das reivindicações dos trabalhadores rurais sem terra. No Estado de São Paulo, 90% dos assentamentos foram resultados de ocupações. Na realidade, a luta pela terra avançou muito mais que os projetos de reforma agrária.

Nesse avanço, os trabalhadores passaram

a enfrentar, também, o processo de judicialização da reforma agrária, que tem resultado em prisões e massacres. Esse processo possui três dimensões: o uso indevido da ação possessória, por exemplo a grilagem de terras; em caso de ocupação, a realização do despejo em defesa dos interesses e dos privilégios dos latifundiários e em detrimento da vida dos trabalhadores; o não desenvolvimento do processo discriminatório necessário para compreender a razão do conflito.

Esse processo é, hoje, questão fundamental no debate sobre a reforma do Poder Judiciário e para a criação de projetos de lei que reconheçam e diferenciem as ocupações de terra como ações que precisam ser resolvidas pela via democrática.

O processo de judicialização é histórico na luta pela terra. Só recentemente é que mostrou a sua face perversa porque os trabalhadores desvendaram uma realidade, em que o Poder Judiciário se escondia.

Esse desvendamento aconteceu pela derrubada das diferentes cercas da questão agrária. A primeira cerca é de arame, é a cerca do latifúndio, a cerca das terras devolutas. A segunda cerca é da violência programada, é a cerca dos pistoleiros, é a cerca dos massacres anunciados, é também a cerca da persistente militarização da questão agrária. E assim os sem terra enfrentam a terceira cerca: a cerca do Poder Judiciário. E esta cerca também precisa ser derrubada.

Uma dimensão importante do processo de judicialização da reforma agrária é a inoperância do Poder Judiciário no que tange ao uso indevido da ação possessória, no caso as terras griladas. Neste caso, vale exemplificar com o complexo grilento do Pontal do Paranapanema. São 110 anos de grilagem de terras que não sofreu sanções até recentemente, quando por causa das crescentes ocupações realizadas pelo MST, a Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania passou a acelerar o processo de levantamento das ações discriminatórias na região. Este é apenas um caso, existem inúmeros outros em todas as regiões brasileiras.

Nesse processo, outra dimensão da judicialização é o fato do juiz dar a reintegração de posse para o grileiro, sendo ele conhecedor do processo fraudulento de ocupação do Pontal. Em todos os casos de despejos, o juiz nem ao menos esteve nas áreas ocupadas para verificar a realidade das milhares de famílias acampadas.

Ainda, o promotor público elabora processos que são na realidade verdadeiros relatórios em defesa dos interesses e dos privilégios dos latifundiários e em detrimento da vida dos trabalhadores. Os relatórios são parciais, de cunho meramente político, que beiram ao absurdo. No caso do Pontal, o processo incompleto do promotor público não apresenta os fatos que levaram os sem terra a ocuparem a terra, nem ao menos cita a questão das terras serem devolutas. E conforme a concepção do promotor e do juiz, esse deve ser o trabalho do advogado do MST. Essa idéia revela a postura política do magistrado para com a defesa dos interesses dos grileiros.¹

O processo de Judicialização também contém escândalos. Um fato que veio a público, foi o caso de quando o advogado do MST conseguiu gravar a proposta do delegado de Sandovalina-SP, em que oferecia a liberdade para Diolinda, Mineirinho, Cláudio e Laércio, que se encontravam presos, acusados de formação de bando e quadrilha, em troca de José Rainha Júnior, que se encontrava na clandestinidade. Essa proposta foi feita dentro do Fórum de Presidente Prudente, na presença do juiz e do promotor público.

O processo de judicialização é dimensionado ainda no não desenvolvimento do processo discriminatório necessário para compreender a razão do conflito. Neste ponto temos uma questão importante que é referente a formação filosófica política do magistrado. Recentemente, a convite da ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária, participei de um debate com formandos em direito de uma faculdade do ABC paulista, falando sobre a judicialização da reforma agrária. A quase totalidade dos bacharéis não conseguiam conceber uma interpretação da lei que não seja linear e positivista, ou seja, no processo de formação eles são levados a acreditar que a lei é neutra e que o Poder Judiciário é inerte. Esta experiência apenas veio corroborar o fator da formação de magistrados, promotores e advogados.

Conforme o advogado Marcelo Lavenère Machado: *a concepção positivista predominante nos cursos de direito reduz o fenômeno jurídico a um conteúdo meramente legalista e formal, sacrificando*

¹ Esta concepção foi apresentada em reunião, a pedido e com a presença do senador Eduardo Suplicy, com o juiz de Presidente Prudente que nos apresentou o processo contra as famílias sem terra.

*os ideais de justiça, equidade, igualdade, na idolatria pela lei. Por estas duas vias, a neutralidade e o positivismo, o Poder Judiciário, veio a cair na armadilha das instâncias dominantes, funcionando com frequência, como mecanismo de controle social, de produção, reprodução e defesa de uma 'ordem jurídica' mais consagrada de desigualdades do que de liberdades. Tais desvios são detectáveis, especialmente nas áreas de conflitos fundiários, em que o direito de propriedade, o poder econômico e político, o prestígio social, de um lado, contra a posse, a ocupação, a pobreza e a exclusão social de outro, compõem uma lide desigual.*²

Essa questão pode ser analisada nos despejos violentos das famílias sem terra. É impressionante a rapidez com que um grileiro obtém a liminar de reintegração de posse. Ou até mesmo quando a liminar é expedida na calada da noite para que os sem terra não possam se preparar contra o despejo. Também, os assassinatos de trabalhadores não são apurados. A quase absoluta impunidade dos mandantes e dos executores é um fato triste para a Justiça do Brasil. Um exemplo citado no trabalho de José Vicente Tavares dos Santos é uma mostra da quase impossibilidade de acesso à justiça pelos trabalhadores. *De 1º de janeiro de 1964 a 31 de dezembro de 1992 foram registrados 1.730 assassinatos de trabalhadores rurais, religiosos, índios, advogados e outros profissionais ligados aos movimentos populares no campo. Neste período, só 29 casos foram levados a julgamento, havendo condenações em 17 deles. Nos outros 12 casos, os réus foram absolvidos. Nos 29 casos julgados, estão envolvidas 53 vítimas. Portanto, a Justiça apenas se pronunciou sobre 2,8 % dos homicídios conhecidos.*³

O processo de judicialização representa também o esgotamento do Poder Judiciário. Os conflitos agrários são apenas uma das evidências. A impunidade garante aos mandantes e executores a possibilidade de irem além da morte anunciada ou da morte jurada. Hoje já podemos falar em massacres anunciados, como demonstrou as

tragédias de Corumbiara, Xavantina e Eldorado dos Carajás. Outros massacres estão sendo anunciados em Taquaruçu no Mato Grosso do Sul e no Pontal do Paranapanema, em São Paulo.

É dessa forma que a modernização da agricultura se desenvolve: de um lado produzindo 70 milhões de toneladas de grãos, de outro produzindo 30 milhões de famintos e, ainda, de outro lado, produzindo milhares de mortos.

A judicialização da reforma agrária é também a dilaceração da cidadania. A violência no campo é produto da estrutura social. Conforme José Vicente Tavares dos Santos, são diversas as modalidades simultâneas de violências no espaço agrário brasileiro: é a violência como relação de estranhamento; como violência costumeira; como violência política, como violência programada; como violência simbólica.⁴ Essas formas de violência representam uma determinada ordem, uma tecnologia do poder constituída para selecionar e eliminar os sujeitos que colocam em questão o sentido da ordem.

A judicialização da reforma agrária também é compreendida pelos grupos de mafiosos que existem dentro do judiciário, que embolsam milhões de reais com desapropriações fraudulentas, com a super valorização das terras, etc.

A judicialização da reforma agrária é explicitada na criminalização das ocupações de terra e no descaso do governo em solucionar o problema das famílias acampadas. A criatividade dos trabalhadores sem terra no Pontal do Paranapanema é exemplar para explicar a forma encontrada para tentar superar o problema da criminalização das ocupações. Depois de várias ocupações, as famílias resolveram entrar na área para plantar. Plantaram e saíram. Acamparam nas margens da estrada ao lado da fazenda, onde haviam plantado e entravam apenas para trabalhar. Assim, quando o oficial de Justiça chegava com a liminar de reintegração de posse, não havia ocupação física dos trabalhadores, havia trabalho na terra. Marca maior de seus interesses. Esta tática fez com que muitos grileiros se manifestassem contra o MST, dizendo que eles não estavam levando a sério o enfrentamento. Todas as vezes que os grileiros destruíram as lavouras dos sem terra, tiveram os seus pastos e alguns de seus

2 - CPT - Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil 1995. p. 13. Goiânia, 1996.

3 - Tavares dos Santos, J. V. - Conflitualidades e Violências na Sociedade Brasileira. Trabalho apresentado no 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos. Curitiba, julho de 1994. (inédito).

4 - Tavares dos Santos, J. V. A cidadania Dilacerada. In Revista Crítica de Ciências Sociais, Nº 37. p. 130-148. São Paulo, 1993.

tratores queimados, além das cercas destruídas. Uma saída que o judiciário encontrou para incriminar os trabalhadores foi acusá-los de formação de bando e quadrilha.

Evidente que esse ato do Poder Judiciário não eliminou o problema, apenas acirrou a questão, o que demonstra que a judicialização representa justamente o limite do Poder Judiciário no tratamento da questão.

Esse limite também é histórico. Algumas leis são incoerentes em seus princípios e se revestem de cunho puramente liberal, que cumprem os princípios da oligarquia rural. A histórica violência no campo aponta que o Direito e a Justiça não têm sido instrumentos eficazes.⁵

Todavia, os arames da cerca do processo de judicialização da reforma agrária estão sendo cortados. De um lado pelos crescentes conflitos que exigem uma outra resposta do judiciário e de outro lado pela emergência de um movimento de juizes, denominado "direito alternativo" que querem superar a concepção de que o Poder Judiciário é neutro frente aos problemas sociais e dos anseios da cidadania.⁶ Uma diferença substancial é o tratamento a ser dado com relação as ocupações de terras que não estão cumprindo a sua função social, de acordo com a Constituição. Enquanto na concepção de um juiz tradicional a ação de reintegração de posse é determinada pela desocupação de terras improdutivas, porque a lei garante a propriedade privada, para os juizes membros do movimento "direito alternativo" o juiz reconhece os direitos dos ocupantes das terras improdutivas, porque existe o princípio da função social da terra.⁷

Esse é um passo importante no caminho da democratização do Poder Judiciário. Também existem raríssimas exceções no magistrado, o que é digno de nota. É o caso da reintegração de posse pedida pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagens DNER contra 300 famílias de trabalhadores sem terra acampadas as margens da rodovia BR 116, na altura do quilômetro 405. O Juiz

Federal Antônio Francisco Pereira, da 8ª Vara do Estado de Minas Gerais negou a liminar com os seguintes argumentos: *Não. Os 'invasores' (propositadamente entre aspas) definitivamente não são pessoas comuns, como não são milhares de outras que 'habitam' as pontes, viadutos e até redes de esgotos em nossas cidades. São párias da sociedade (hoje chamados de excluídos, ontem de descamisados), resultado do perverso modelo econômico adotado no país.*

Contra este exército de excluídos, o Estado (aqui, através do DNER) não pode exigir a rigorosa aplicação da lei (no caso reintegração de posse), enquanto ele próprio - o Estado - não se desincumbir, pelo menos razoavelmente, da tarefa que lhe reservou a Lei Maior. Ou seja, enquanto não construir - ou pelos menos esboçar - "uma sociedade livre, justa e solidária" (CF, artigo 3º, I), erradicando "a pobreza e a marginalização" (nº III), promovendo "a dignidade da pessoa humana" (art. 1º, III), assegurando "a todos existência digna, conforme os ditames da Justiça Social" (Art. 170, III), dando à família, base da sociedade, "especial proteção" (art. 226), e colocando a criança e o adolescente "a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, maldade e opressão" (artigo 227), enquanto não fizer isso, elevando os marginalizados à condição de cidadãos comuns, pessoas normais, aptas a exercerem a sua cidadania, o Estado não tem autoridade para exigir diretamente ou pelo braço da Justiça o reto cumprimento da lei.

Ora, é muita ingenuidade do DNER se pensa que vou desalojar este pessoal, com a ajuda da polícia, de seus moquiços, em nome de uma mal arrevesada segurança nas vias públicas. O autor esclarece que quer proteger a vida dos próprios invasores, sujeitos a atropelamento.

Grande opção! Livra-os da morte sobre as rodas de uma carreta e arroja-os para a sorte sob o relento e as forças da natureza... Quanto ao risco de acidentes na área, parece-me oportuno que o DNER sinalize convenientemente a rodovia nas imediações.⁸

Contrariamente a esta negativa de reintegração de posse no Estado de Minas Gerais, no Pontal, no dia 16 de agosto de 1990, o

5 - Ver, Maniglia, E. A. - Proteção Penal ao Patrimônio Imóvel Rural (Invasões Rurais). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito - USP. São Paulo, 1994.

6 - Um exemplo desse trabalho é a proposta contida na publicação "Democratizando o Judiciário" da ABRA-MOLISV. Belo Horizonte, 1993.

7 - Ver Folha de São Paulo, 12 de agosto de 1992, p. 4-4.

8 - Ver Processo Nº 95.0003154-0 - Ação de Reintegração de Posse. Poder Judiciário. Justiça Federal 1ª Região. Seção do Estado de Minas Gerais. 8ª Vara.

Departamento de Estradas de Rodagens - DER entrou com um pedido de liminar de reintegração de posse das margens da rodovia SP 613 e o juiz de Presidente Venceslau concedeu a reintegração de posse, em uma verdadeira operação militar. As famílias despejadas refugiaram-se no assentamento gleba XV de Novembro, onde ficaram acampadas até partirem para uma nova ocupação.

Veja-se que os dois casos são semelhantes, todavia, aconteceram respostas diferentes para os

mesmos problemas. Portanto, os argumentos da imensa maioria dos magistrados de que a Justiça é apolítica, são falácias que já encontram cada vez menos espaço político na sociedade brasileira.

É preciso modernizar o Poder Judiciário, romper essa cerca de concreto invisível. Com o avanço da luta pela terra, a reforma agrária também ganha uma nova face: além de ser uma questão econômica, social, etc, é também, mais do que nunca uma questão de Justiça.

Bibliografia

ABRA MOLISV. *Democratizando o judiciário*. Belo Horizonte. ABRA MLISV, 1993.

CPT. *Conflitos no campo*. Brasil, 1995. Goiânia: Comissão Pastoral da terra, 1996.

FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo. Hucitec, 1996.

FOLHA DE SÃO PAULO. Movimento de juizes que direito alternativo no país. *Folha de São Paulo*, p. 4-4, 12 de abril de 1992.

MANIGLIA, E. A. *Proteção penal ao patrimônio imóvel rural (invasões rurais)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito USP. São Paulo, 1994.

MARTINS, J. S. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis, Vozes, 1984.

OLIVEIRA, A. U. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo, Contexto, 1996.

_____. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1991.

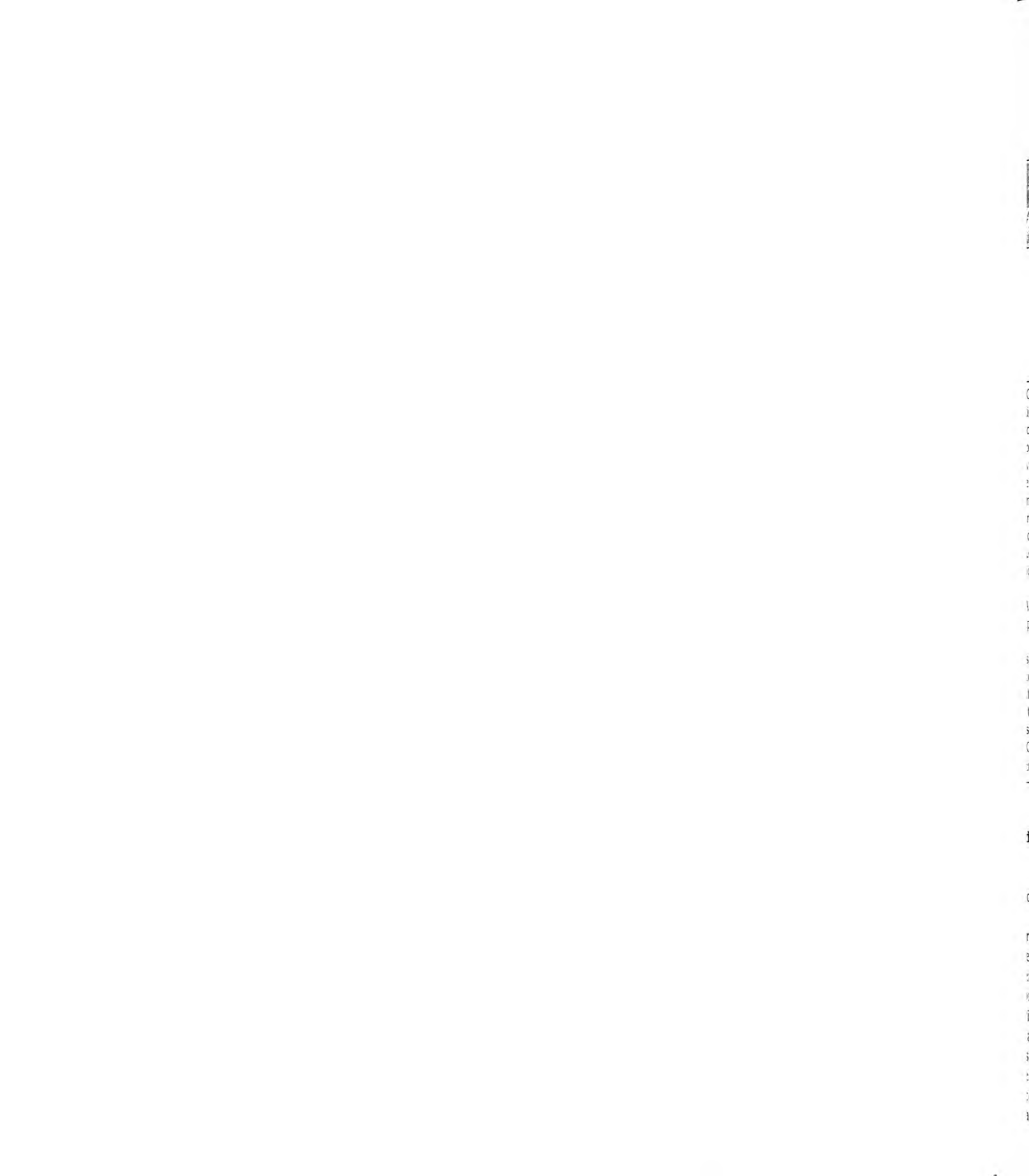
SANTOS, J. S. T. A cidadania dilacerada. In: *Revista crítica de ciências sociais*, nº 37, p. 130-148. São Paulo, 1993.

_____. *Conflitualidades e violências na sociedade brasileira*. Trabalho apresentado no 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos. Curitiba, julho de 1994.

Endereço do autor: Rua Roberto Simonsem, 305 - e-mail: bernardo@prudente.com.br

Telefone: (018) 971 9670 CEP 19060.900 Presidente Prudente SP

(Este trabalho foi apresentado na Mesa Redonda: A ordem e a violência no Brasil: a questão agrária em debate, durante o 10º Encontro Nacional de Geógrafos, organizado pela AGB- Associação dos Geógrafos Brasileiros, no campus da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 14 a 19 de julho de 1996)



REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO E MARKETING TERRITORIAL: O CASO DA GRANDE CURITIBA

Fernanda Ester Sánchez García
Departamento de Geografia USP

RESUMO:

Este artigo procura reconhecer, discutir e levantar questões acerca das profundas transformações pelas quais vem passando a Região Metropolitana de Curitiba como decorrência da chegada das grandes montadoras de veículos automotores, e dos impactos destes empreendimentos no processo de desorganização e reorganização do espaço social da metrópole. Com efeito, verificamos hoje uma marcante refuncionalização da metrópole para adaptá-la a uma nova ordem que se impõe. O poder exercido pelos novos empreendimentos, profundamente desorganizador das configurações espaciais pretéritas, nos compromete, daqui em diante, a enfrentar alguns desafios analíticos constituídos em temas principais desta abordagem. Ao debruçar-se sobre estes recentes fenômenos na grande Curitiba, o artigo registra inquietações, algumas certezas e muitas dúvidas acerca das profundas e irreversíveis modificações no cenário da metrópole.

PALAVRAS-CHAVE:

Refuncionalização, marketing territorial, metropolização.

ABSTRACT:

This paper aims at recognizing, discussing and rise up questions about the deep transformations which the Metropolitan Region of Curitiba has been experiencing as a result of the arrival of the big automotor vehicles mouneters and of the impacts of these enterprises in the process of desorganization and reorganization of metropolitan social space. In fact, we verify, today, the refuncionalization of the metropolis to adapt it to a new order that is imposed. The power realized by the new enterprices, deeply desorganizing of past spacial configurations, obligues us to face certain analytical challenges that define the main subjects of this approach. Facing these recent phenomena in the Great Curitiba, the paper registers few worries, some certainties and a few doubts about the profound and non-reversible changes in the scenary of the metropolis.

KEY-WORDS:

Refuncionalization, territorial marketing, metropolisation.

Introdução

Como pensar a grande Curitiba diante das transformações em curso?

Curitiba é conhecida nacional e internacionalmente como “cidade modelo” “planejada” “de Primeiro Mundo” Diante dessa imagem, bem presente na mídia, que constrói os contornos desta referência local atribuindo-a à experiência de planejamento urbano dos últimos trinta anos, torna-se particularmente instigante, para o pesquisador, analisar os violentos e recentes processos que caracterizam a reorganização do espaço metropolitano da grande Curitiba, à luz da chegada das montadoras de veículos automotores.

Assim, este artigo decorre deste novo esforço de interpretação exigido pelas profundas mudanças sócio-espaciais metropolitanas.

1 A chegada das montadoras: Reorganização territorial no movimento da globalização

Perante as novas realidades da globalização, a todo momento é preciso fazer o esforço de reinterpretar o mundo a partir dos dados - renovados do nosso lugar. Milton Santos sinaliza, na contemporaneidade, as possibilidades e a riqueza desta dialética: *o lugar, nosso próximo, nos restitui o mundo* (Santos, 1994).

É assim que nos deparamos, com certa perplexidade, com o que vem acontecendo à nossa volta na grande Curitiba destes últimos tempos. O lugar nos significa. Referências presentes e pretéritas, cenário de vivências cotidianas, objeto de reflexão já de alguns anos. Curitiba tem um *ethos* de cidade ordenada. Sua qualidade de vida é promovida como conquista, bandeira do ideário tecnocrático ainda dominante nas esferas governamentais. Persiste a idéia de que o urbanista faz a sua cidade e a cidade faz seus habitantes. Ai salta uma primeira questão: quais serão os reais impactos trazidos pela espacialidade dos recentes processos econômicos, especificamente as indústrias automotivas?

Torna-se necessário entender o arranjo e a dinâmica dos elementos que vêm construir o novo espaço, concebidos para assegurar a fluidez no território e a interdependência lugar/mundo. A revolução tecnológica, mas também a nova organização e gestão da produção, são motores das transformações em curso na economia mundial: a telemática, a informática, o comando centralizado dos processos de produção e circulação material e imaterial como também as múltiplas redes e fluxos das quais fazem parte as novas firmas.

Na direção de Silveira(1995) pensamos que *os novos conteúdos do espaço são mistos porque acolhem as várias escalas dos eventos; em uma palavra, são ao mesmo tempo globais e locais*. Os arranjos modificam-se pois a vinda de empresas de grande porte com a introdução de técnicas novas rompe os equilíbrios espaciais e modifica os quadros de existência.

É possível pensar que com a instalação das montadoras de veículos, as regiões alvo provavelmente tornar-se-ão mais específicas, mais endurecidas, com limitadas funções, portanto, certamente mais alienadas, uma vez que os controles das produções globalizadas são, cada vez mais, realizados de fora. Assim, através da globalização dos comandos, pode estar-se originando uma verticalização dos espaços.

O caso de Betim / MG, onde se instalou a indústria automotiva FIAT é revelador da dissociação entre a firma e o lugar, com o poder público buscando dar conta das disfunções e problemas sócio-espaciais decorrentes da reestruturação funcional produzida pela chegada da fábrica (Rocha; Costa, 1995).

Os espaços, muitas vezes descontínuos, derivados deste estágio da globalização, revelam

uma implantação de objetos e de ações próprios de sistemas mais abrangentes que transcendem os limites regionais.

Assim a espacialidade dos processos econômicos se expressa crescentemente através de fluxos que ultrapassam fronteiras anteriores. Na definição das estratégias das grandes empresas, como é o caso das automotivas, a escala internacional vem ocupando um papel central. As redes internacionais desenham, por sua vez, novas tramas de negócios formando um tecido cada vez mais complexo de interações.

A dimensão mundial assumida pelo mercado motivou os grandes grupos a procurarem maximizar suas vantagens competitivas estendendo sua atividade produtiva a pontos promissores do mercado internacional. Muito freqüentes no setor automobilístico, os oligopólios internacionais concentram a concorrência mundial em poucas empresas. O avanço nas tecnologias de informação facilita a tendência à expansão de mercados ao permitir que a produção se localize em países diferentes mantendo, entretanto, um monitoramento centralizado. Entre as empresas, intensifica-se a luta por novos mercados.

Pertencentes a setores intensivos em tecnologia, as empresas automotivas multinacionais estão entre as principais agentes do processo de desconcentração industrial, com o deslocamento espacial de suas plantas para diferentes e distantes países.

Tomando como interessante fonte arquivo de jornais dos últimos dois anos sobressai, nas matérias relativas à indústria automotiva, uma ideologia da competitividade que vem permear o Brasil todo. Verificamos, pois, que uma verdadeira guerra de lugares se instaurou no recente período.

Todavia, se existe, como vimos, uma ordem global para este tipo de empreendimentos, há também racionalidades nacionais que traduzem o país como norma, seja na forma de incentivos fiscais, flexibilidades regulatórias, liberalização comercial, suporte técnico e infra-estrutural, isenções, possibilidade de parcerias, enfim, condições favoráveis ou não para as transformações.

A hegemonia do capitalismo na reformulação mundial da economia não elimina conflitos de interesse entre os múltiplos atores, nem a necessidade de normatização dos processos. Ao contrário, mais do que nunca adquirem força e importância as dimensões institucionais e

normativas, tornadas instrumentos de poder, tanto a nível internacional quanto de cada estado-nação.

A liberalização do sistema econômico reforça a globalização, enquanto a mesma obriga a permanentes revisões e ajustes dos acordos entre os países e de suas práticas institucionais. Assim, sutis diferenças nas legislações podem ter consideráveis efeitos nos fluxos comerciais, exigindo permanentes atualizações. Enfim, as vantagens competitivas são medidas na escala mundo onde o direito também opera junto à economia e à política.

Contrariamente às teorias do livre mercado anunciadoras da dissolução do estado-nação frente ao avanço da globalização, pensamos que, para operar uma economia mundial, as empresas transnacionais dependem das intermediações determinantes dos estados nacionais, no que se refere a financiamentos, apoios e legislações normativas.

No Brasil, a legislação que cria o regime automotivo permite a redução de até 90% no imposto de importação para a compra de peças, matérias primas e bens de capital; bônus para as empresas que exportam mais poderem importar equipamentos com alíquotas reduzidas, como também redução de 50% na alíquota do imposto de importação para a compra de veículos acabados (Folha de São Paulo, 19/09/96).

As vantagens comparativas entre países ou regiões estão associadas a fatores de custo, mas também a fatores relacionados a qualidade, marketing e intervenções normativas das políticas econômicas nacionais - subsídios, taxas de câmbio, regulação de exportação e importação. Por estas razões, como afirma Arroyo (1995), hoje preferentemente se fala em "vantagens competitivas" e não apenas em "vantagens locacionais" assumindo, agora, o conceito de competitividade um papel central.

Com efeito, empresários das firmas automotivas afirmam que atualmente a prioridade é a internacionalização, sendo principalmente visadas as áreas em desenvolvimento. A América Latina e especificamente, o Brasil são definidos enquanto zonas prioritárias. Há também planos de expansão para a Ásia. A expectativa, para o caso da Renault, que está se instalando no estado do Paraná, por exemplo, é de que a América Latina represente a partir do ano 2000, o segundo maior mercado depois da França, esperando também chegar a 10% do mercado latino até 2005 (Folha de São Paulo, 19/

09/96). Os fatores apontados como decisivos para a escolha do Brasil como base das atividades industriais na América do Sul são o crescimento do mercado interno e as possibilidades que se abrirão em decorrência do Mercosul, no qual o país ocupa posição estratégica.

2 Por quê a Região Metropolitana de Curitiba? Vantagens competitivas

O Brasil vem se transformando em celeiro de marcas de carros. A guerra fiscal para atrair investimentos das montadoras vem se travando em quase todas as regiões do país. O centro-sul, entretanto, é responsável hoje por cerca de 60% dos incentivos fiscais concedidos pelo governo federal. Assim, verificamos que os investimentos vêm se concentrando nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Além das já instaladas GM, Volkswagen, Fiat e Ford, estão chegando ao país as empresas Mercedes Benz, Chrysler, Volkswagen, Renault, Toyota, Honda, Audi, BMW e Ásia Motors (Isto É, 15/01/97).

A rápida chegada das montadoras no país parece ser um fenômeno mais complexo que o tão festejado acesso do país à globalização e ao progresso. Entretanto, o fato tecnológico não se produz independente do contexto político.

Assim, no caso da grande Curitiba, além das possibilidades técnicas de controle em escala mundial das produções que explicariam esta reorientação das atividades econômicas da indústria automotiva, precisamos levar em consideração, os conteúdos das políticas governamentais visando a atração destas grandes corporações. As políticas do governo, por sua vez, estariam de fato assentadas em um planejamento setorial da economia e da região metropolitana? Ou as estratégias de planejamento, glorificadas como patrimônio local, simplesmente sucumbem à sombra dos interesses urgentes de abraçar estes empreendimentos de peso? Estas preocupações serão retomadas no decorrer do trabalho, especialmente na sessão 5.

Os estados do sul do Brasil reúnem fatores de atratividade que os habilitam para sua inserção no processo de desconcentração industrial do sudeste. Os novos espaços que vão sendo incluídos possuem funções urbanas complexas serviços modernos, dispõem de boa infra-estrutura no que se refere a sistema viário, energia e comunicações,

têm base universitária e de pesquisa como também acumulam vantagens comparativas relativas à integração internacional, atendendo às exigências dos segmentos industriais que ali se instalam.

Assim, a Região Metropolitana de Curitiba está integrada no que alguns trabalhos recentes chamam de *novo mapa industrial* (Crocco e Diniz, 1996; Corrêa, 1996), produto da reestruturação econômica e de seus impactos regionais, configuradores de uma profunda reorganização do território. Este mapa apresenta grandes alterações com relação à perda de importância das áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, antes tradicionais regiões produtoras. A Região Metropolitana de Curitiba, que até o final dos anos 80, em termos econômicos, centrava-se nos setores madeireiro, mobiliário e alimentar, emerge, nos anos 90, no setor eletro-eletrônico e, mais recentemente, transita para o setor da indústria automobilística.

As novas formas de organização espacial da indústria, como vimos anteriormente, respondem aos atuais requisitos locacionais e competitivos do mercado mundial. Vem ocorrendo, nas últimas décadas, um enfraquecimento dos processos de polarização anteriores, com a emergência de regiões de rápido crescimento industrial e, como decorrência, de acelerado crescimento demográfico.

Estudos recentes discutem a dinâmica da urbanização da região sul do Brasil apontando, no que se refere à espacialidade confrontada com indicadores demográficos, uma consolidação dos espaços metropolitanos de Curitiba e Porto Alegre, com uma dinâmica de crescimento mais intensa nos municípios periféricos que no pólo (Kleinke, 1997).

Por outro lado, estes mesmos estudos evidenciam a expansão dos espaços metropolitanos incorporando áreas de influência de outros centros dinâmicos, próximos e nem sempre contínuos, num macro-complexo metropolitano.

Sobre essa rede de cidades interferem decisivamente, na década de 90, as vantagens locacionais e competitivas frente ao Mercosul que, impulsionando a abertura externa brasileira, tem forte impacto na dinâmica regional.

A política adotada pelo Governo do Estado do Paraná, em acordos e negociações sigilosas com os empresários, acabaram definindo as decisões de instalação de novas plantas: a quantidade de anos de carência para pagamento do ICMS, a incidência ou não de juros ou correção monetária bem como as garantias e contrapartidas estaduais são

mensuradas junto com um conjunto de outros fatores de mercado.

Nos últimos meses, prosseguem as negociações de bastidores em dura competição com as ofertas de outros estados. Foram estas negociações e entendimentos e, sobretudo o leque de facilidades governamentais que consumaram a vinda da Renault, da Chrysler e da Audi à Região Metropolitana de Curitiba, e que determinaram a ampliação de investimentos de empresas como a Volvo. Estes entendimentos significam trunfos que vão sendo colocados à mesa como num jogo de xadrez. Lance por lance. Escondendo dos adversários movimentos decisivos.

Os investimentos já conquistados foram atraídos graças a financiamentos, benefícios e incentivos realizados através de mecanismos públicos como o programa Paraná mais Emprego e o Fundo de Desenvolvimento Econômico.

No movimento de reorganização da economia regional, a vinda da fábrica da Renault para o município de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, definida no início de 1996, tornou-se um marco de um novo ciclo caracterizado também pela chegada de outras montadoras, colocando agora a região na condição de segundo pólo automotivo brasileiro.

Dentre os elementos elencados pelo governo e pelos empresários como decisivos figuram:

- Avaliação favorável das vantagens competitivas de instalação da montadora na região sul, que representa, junto com o estado de São Paulo, 60% da venda de automóveis no Brasil;
- A posição estratégica com relação ao Mercosul: proximidade com o porto de Paranaguá e com o eixo infra-estrutural composto pelas rodovias BRs 277, 376 e 116;
- A contigüidade geográfica com a fronteira argentina, a caminho do pólo automobilístico de Córdoba;
- Disponibilização do Fundo de Desenvolvimento do Estado, formado essencialmente por royalties de Itaipu, como fomentador de acionistas, que financiarão até 40% do investimento da Renault de US\$ 1 bilhão na fábrica;
- Criação da "Paraná Participações" empresa

que vai ser a parceira paranaense da fábrica, com a adesão dos empresários privados à proposta de investimento na montadora;

- Formação de um “pool” de empresas do Estado, com levantamento de recursos do FDE, Companhia Paranaense de Energia COPEL e Companhia Paranaense de Saneamento SANEPAR;
- A instalação da fábrica será também financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES;
- Criação de Distrito Industrial com isenção fiscal e tributária, por um período de dez anos para empresas que ali se instalem.
- Doação de terreno por parte do Estado, localizado à margem da BR 277, que liga Curitiba ao porto de Paranaguá, com 2,5 milhões de m², localizado a 20 km do centro de Curitiba, com custo de R\$ 12 milhões;
- Além da cessão do terreno, o Estado assumirá os custos de todas as obras de infra-estrutura na área, desde terraplanagem até sub-estação e linha de transmissão de energia elétrica;
- Efetivação de obras viárias e infra-estruturais de âmbito regional: internacionalização do aeroporto, construção de contornos e desvios rodoviários, construção de terminal de containers no porto de Paranaguá, projeto de duplicação de rodovias do anel de integração do Estado e projeto de integração continental por ferrovia, construção de ramal ferroviário ligando a sede da empresa ao tronco da RFFSA na BR 277;
- Incentivos fiscais somando cerca de R\$ 200 milhões, com dilatação do prazo de recolhimento do ICMS;
- Mão de obra qualificada.

Last but not least, menos explícita que as demais razões elencadas, mas indiretamente mencionada, está a questão da relação capital-trabalho pouco conflituosa, comparativamente ao pólo automotivo do ABC paulista.

3 A “Grande Transformação” Montadoras e marketing governamental

Esse é o terreno onde a AUDI vai montar

sua fábrica de automóveis no Paraná, bem perto do lugar onde vai ficar a padaria do Seu Jonas, a favorita dos futuros empregados da fábrica. Com o dinheiro da padaria, seu Jonas vai poder, finalmente, fazer a casa que sempre sonhou. Construindo para o seu Jonas, seu João vai abrir uma oficina com o cunhado, Jeremias. Graças ao movimento da oficina, Jeremias vai fazer uma poupança e abrir uma confecção com sua mulher, Dona Lourdes, e com o dinheiro da confecção Dona Lourdes vai pagar os estudos do seu filho, Nequinho, que vai se formar em Medicina e daqui a alguns anos vai comprar um AUDI ... Feito aqui mesmo, no Paraná.

Governo do Paraná: A Transformação que a Gente Vê.

A política urbana e regional em Curitiba e no estado do Paraná tem, como uma de suas faces mais marcantes, o marketing territorial (García e Ribeiro, 1996). Com efeito, as estratégias de marketing adotadas pela administração municipal e governo de estado nas últimas gestões têm sido eficazes, não apenas como um cimento social indispensável como também para uma reorganização das atividades econômicas na metrópole e no estado.

É fácil verificar que Curitiba reúne hoje condições propícias para um abrangente reordenamento dos circuitos de produção e consumo com uma orientação para as faixas de renda de topo de mercado. Somente no ano de 1996, além da efetivação da vinda das montadoras Renault, Chrysler e Audi, três grandes shopping-centers foram inaugurados na capital, afora uma multiplicidade de novos espaços de cultura e lazer.

O espaço metropolitano está sendo reorganizado para adequá-lo às novas demandas da vida urbana e assim, concorrer com outros centros urbanos na localização de novas atividades.

Na busca de uma posição relativa de liderança da região frente a outras regiões, verificam-se fortes mecanismos institucionais de promoção e venda dos lugares. Este campo de marketing territorial, produtor de imagens como a “Capital de Primeiro Mundo do Brasil urbano” ou “Paraná: O Brasil que dá certo” “Paraná A transformação que a gente vê” é um campo de investimentos simbólicos que necessitam ser permanentemente disputados e renovados.

É nesta disputa que o tema das montadoras foi rapidamente incorporado pelo discurso dominante passando a ser o grande eixo da propaganda oficial. Por outro lado, é importante assinalar que os meios de comunicação e informação, talvez muito mais que em outras regiões, são marcados pelo servilismo ao *establishment*, com uma marcante ideologização da informação pública que obscurece o enorme vazio de cidadania que parece imperante.

É interessante observar como as imagens-síntese vão sendo renovadas, auscultando valores e temáticas da sociedade contemporânea. Em outros períodos o tema fora a "Cidade Humana" "Cidade Planejada" Recentemente houve uma reorientação com a produção de novas sínteses: "Capital Ecológica" "Capital da Qualidade de Vida" procurando uma colagem do discurso urbanístico local com temáticas mundiais como "desenvolvimento sustentável" e "ecologia urbana"

Assim, hoje novamente opera-se com uma renovação das imagens-síntese acionando a temática da geração de empregos que será promovida com a instalação das fábricas automotivas na grande Curitiba. E existe algum tema hoje mais preocupante, mais global e, ao mesmo tempo, mais local que o tema do crescente desemprego produzido pela nova ordem mundial?

Muito embora o padrão produtivo da indústria automotiva seja pautado pela revolução tecnológica poupadora de mão-de-obra cujo impacto social tem sido o aumento do desemprego formal a nível internacional a chegada das montadoras, apropriada pelo marketing governamental, é destacada, sobretudo, pela importância econômica que desencadeará na geração de empregos.

A propaganda do Governo do Estado relativa à montadora AUDI, transmitida por televisão, e aqui transcrita no início desta sessão, revela claramente a mensagem oficial através da produção de imagens especializadas, texto e entrelinhas: a chegada da empresa é promissora para a vida de todos e de cada um; parece anunciar um futuro alentador, de progresso e ascensão social. Numa corrente de empregos, parece se estender fraternalmente e abraçar os cidadãos. Quem abraça não é apenas a AUDI. É o Governo do Estado, motor da transformação.

Outros trechos selecionados, presentes na grande imprensa, também destacam a geração de

empregos que virá com a instalação das novas indústrias:

Renault no Paraná. Você ganhou. A Renault vai se instalar aqui. Pesou, e muito, a capacitação pessoal de nossa gente. Para o Paraná, o peso dessa decisão é imenso. A Renault significa a virada, a transformação de nossa economia. E a largada de uma nova era. Sozinha, ela vai investir 1 milhão de dólares em nosso território. Sabe o que isso significa para você? Empregos. Ganha o Estado e ganha quem faz desse Estado o gigante que é. Você, paranaense.
(Folha de Londrina, 29/03/96).

Nesta data tem início uma parceria feliz que vai durar muito e produzirá riquezas em nossa terra e qualidade de vida para o trabalhador.
(José Eduardo de Andrade Vieira, Senador. Folha de Londrina, 29/03/96).

Com efeito, a maioria dos paranaenses julgam a vinda das montadoras um marco da transformação da economia do Paraná, um sinal da era da modernização nos marcos da globalização. Pesquisa do Instituto Bonilha revela que 80% da população da Região Metropolitana de Curitiba considera de grande importância econômica a instalação das novas fábricas. Nesta pesquisa, o governador Jaime Lerner é apontado como principal responsável pelas conquistas (Folha de Londrina, 30/03/96). Outros fatores elencados pela população como responsáveis pelo sucesso das negociações reproduzem, em seus aspectos mais profundos, a ideologia dominante: "qualidade de vida de Primeiro Mundo" "traços europeus da população" "boa disposição para o trabalho"

Mais uma vez os técnicos urbanistas, os planejadores de uma "administração pública inteligente" parecem estar no centro da cena, fortalecidos politicamente pelas conquistas, obscurecendo as verdadeiras determinações históricas dos processos locais:

A indústria muda a história econômica do Paraná e confirma o governador Jaime Lerner como grande planejador estratégico.
(Prefeito Rafael Greca, Folha de Londrina, 13/03/96)

Para a dimensão que vem tomando no nível da opinião pública, é bastante preocupante, entretanto, que a maior montadora, Renault, irá oferecer apenas 2000 empregos diretos daqui a cinco anos e aproximadamente, 20.000 indiretos.

A migração à procura do emprego já se apresenta em ritmo intensificado no último ano, promovida pela propaganda oficial. Segundo a Fundação de Ação Social FAS chegam pela rodoferroviária mais de 2000 migrantes por mês (Folha de Londrina, 29/03/96). Numa política que, ao nosso ver, tem um viés perverso, a Prefeitura Municipal, uma das responsáveis por este marketing territorial motivador da vinda de trabalhadores, recebe-os na "Casa do Regresso" e paga-lhes a passagem de volta para seus municípios de origem.

Ao que parece, a observação destes fenômenos numa perspectiva um pouco mais complexa que a do senso comum manipulada pela mídia, a relação custo-benefício para o Estado pode não ser boa: os cerca de 2000 empregos anunciados são para metalúrgicos especializados. Devemos contabilizar, certamente também, a absorção de mão-de-obra de demitidos do setor em São Paulo, o que reduz ainda mais a margem de novos empregos para os trabalhadores da região.

O volume de investimentos públicos em terreno, infra-estrutura, bem como os acordos de parceria comercial e isenções fiscais refletirão consideravelmente na escassez de recursos do governo para projetos paranaenses na área social, tanto no campo quanto nas cidades. O comprometimento financeiro do Estado com a montadora Renault é equivalente, por exemplo, a um PEDU Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - e a um Paraná Rural inteiros, o que significa que, implementando programas como estes poderiam ser gerados muito mais empregos. (Documento do Gabinete do Senador Roberto Requião, 03/06/96).

Os limites da tão festejada chegada das montadoras parecem estar, sobretudo, no acentuado comprometimento das finanças estaduais já fragilizadas para oferecer vantagens e benefícios numa disputa insana com outras regiões do país. O movimento econômico que será gerado por estas empresas, assim como a geração de empregos pouco expressiva - talvez não compensem a renúncia fiscal e a perda de receita.

Como foi discutido na sessão 2 e 3 deste texto, um conjunto articulado de elementos tornaram

decisiva a opção pela região sul e Paraná por parte das montadoras. Por outro lado, o regime automotivo criado pelo Governo Federal passou a permitir importações na medida em que houvessem exportações equivalentes, o que se transformou também em estímulo para as indústrias interessadas no mercado brasileiro. Pensando deste ângulo, tornam-se questionáveis os benefícios e vantagens concedidos pelo Estado.

O governador Jaime Lerner, entretanto, recusa a posição de que o Estado pudesse ter sido "generoso demais" com os novos empreendimentos. Prefere construir sua argumentação dando visibilidade a outros fatores de interesse que, segundo ele, "fizeram a diferença" em relação aos demais estados:

Oferecemos as mesmas vantagens que outros estados. Porém, ganhamos pela nossa qualidade de vida, modelo para o Brasil e para o mundo. O Paraná é a esquina dos grandes corredores de ligação intercontinental, e está muito próximo dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.
(Folha de Londrina, 13/06/96)

Foram quase seis meses de um trabalho sério, dedicado e competente. Agora o Paraná já pode comemorar: a Renault vai se instalar aqui, em São José dos Pinhais. Pesou, na decisão da fábrica francesa, a nossa qualidade de vida, modelo e referência ambiental em todo o mundo. Pesaram os investimentos que o governo está fazendo para aperfeiçoar nossa infraestrutura, seja em portos, aeroportos ou rodovias.
(Folha de Londrina, 29/03/96)

Renault no Paraná. O Brasil ganhou. O Brasil está recebendo a maior prova de confiança e credibilidade que um país moderno pode receber: um investimento de um bilhão de dólares, o maior feito aqui nos últimos vinte e três anos. A Renault escolheu o Brasil. Pelo desempenho da economia e pela importância estratégica do país. No Brasil, escolheu o Paraná. E fez isto por uma combinação incomum de fatores: qualidade de vida (modelo e referência ambiental no mundo todo), investimentos em infraestrutura e capacitação de mão-de-obra. Tudo isso sem falar na localização privilegiada do Estado, na esquina do Mercosul, centro de um mercado que

movimenta cerca de um trilhão de dólares. O Paraná dá boas vindas à Renault. E aproveita para sinalizar: quando o país caminha na direção certa, a confiança vem em velocidade acelerada.
(Folha de S.Paulo, 29/03/96)

Depreende-se da leitura destes trechos, que o discurso oficial quer pôr em destaque as condições especiais do Estado, diretamente associadas à sua política de planejamento territorial e ambiental. Por isso, enfatiza os aspectos da qualidade de vida de Curitiba e do Estado, e as preocupações ecológicas do projeto com o "Adendo Verde" garantia para as montadoras de que as áreas onde irão se instalar serão absolutamente livres de poluição.

O acionamento da temática da "qualidade de vida" "superioridade dos serviços urbanos" "alto padrão de opções culturais ao lado de cidades do Primeiro Mundo" faz surgir a Região Metropolitana na mídia enquanto espaço condensado, *par excellence*, dos anseios de segmentos empresariais relacionados ao modo de vida na metrópole.

A percepção dos benefícios de estratégias bem articuladas de promoção do lugar levou a uma singular associação entre as políticas de planejamento e o marketing territorial, na luta pela atração de novas atividades, direta ou indiretamente afins à indústria automobilística.

O governo, mediante uma produção especializada de imagens e novas sínteses, rapidamente incorporou este novo viés industrial metropolitano em suas estratégias de marketing. São agora desencadeadas novas campanhas para atração de investimentos, em permanente reorganização da economia e do espaço locais:

A partir de agora os empresários passam a enxergar no Paraná uma área industrial de grande potencialidade. Nenhuma outra empresa se instalará no Brasil sem que o Paraná seja consultado.

(Ricardo Barros, deputado federal. Folha de Londrina, 13/03/96).

A presença das montadoras consolidará a posição de Curitiba como prestadora de serviços especializados, provedora de tecnologia e como centro comercial e financeiro.

(Gazeta do Povo, 13/06/96)

Diversas campanhas vêm sendo dirigidas a empresários do setor de auto-peças e afins:

Estamos convidando formalmente os empresários deste setor a escolherem Curitiba para seus novos empreendimentos, porque é um mercado em expansão e a capital brasileira que oferece as melhores opções de investimentos, com o melhor nível de qualidade de vida do Brasil e excelente infra-estrutura básica- como energia elétrica e comunicações - além de sua posição estratégica nacional e internacional.

(Gazeta do Povo, 13/06/96)

Até mesmo no comércio local podem ser percebidas as repercussões da vinda das montadoras e a incorporação da campanha oficial. Diversos anúncios já podem ser vistos em francês, como *Bien Venue, Renault, a Curitiba! Ici nous parlons français*. Também as escolas de línguas indicam um aumento das matrículas. Com uma incorporação tendenciosa, recentemente uma escola anunciava em painel: *Venha aprender francês. A Renault te espera.*

Há um último fator subjacente que, no entanto, merece também ir associado à discussão do marketing governamental com relação às montadoras: o fetiche do automóvel no Brasil. Dificilmente outro setor industrial abrigasse tantas valorações positivas no imaginário da população. Pesquisas revelam, por exemplo, que a cidade de Curitiba é a capital que tem o maior número de veículos importados proporcionalmente à sua população total, o que já confirma uma forte tendência de consumo neste setor.

A Renault sempre se preocupou com a tecnologia de ponta para seus motores na fórmula 1. Certamente, irá trazer das pistas para os carros de passeio a sua tecnologia.
(Folha de Londrina, 13/03/96)

Abriar uma indústria francesa de automóveis de alta tecnologia significa, para muitos, um passo avantajado em direção ao futuro, uma definitiva arrancada à internacionalização.

4 Da Cidade à Região Metropolitana: Novas exigências da organização espacial

Verificamos, com bastante perplexidade, que durante o ano de 1996 a Região Metropolitana de Curitiba emergiu, como questão/desafio, no discurso político, no discurso técnico da área de planejamento bem como na produção acadêmica universitária e na mídia.

Com efeito, a análise dos recentes discursos que têm sido produzidos acerca da metrópole, e que têm ganhado maior transcendência ou visibilidade pública, evidencia-nos elos muito estreitos entre os mesmos: em geral, a linguagem é muito semelhante em suas ilações, pautada numa leitura surpreendentemente uniforme, constatação que sinaliza um precário ambiente cultural e político no que tange a discussões mais consistentes das tendências metropolitanas. Exceções sejam feitas a restritos grupos técnicos, Ongs e lideranças de movimentos populares que vêm procurando, já há algum tempo, aprofundar discussões a respeito das questões sociais e ambientais metropolitanas.

É como se, de uma hora para outra, a Região Metropolitana de Curitiba tivesse sido *descoberta enquanto problema* e assumida enquanto desafio. Necessário se torna ressaltar, entretanto, que o ano de 1996 se tratava de um período singularmente rico: eleições municipais para Prefeito e Vereadores e panorama de mudanças no perfil econômico da região com a chegada das montadoras de veículos.

Assim, as campanhas políticas dos candidatos a Prefeito, das mais variadas inscrições político-partidárias, tanto em Curitiba quanto no conjunto dos 28 municípios que integram a região, incorporaram, como eixo, a questão da integração metropolitana, como mostram os seguintes trechos:

O meu plano de governo vincula as transformações do município a um desenvolvimento integrado com Curitiba. Não podemos crescer à margem, mas de forma integrada, incorporando projetos desenvolvidos com sucesso em Curitiba. Entendemos que a globalização já iniciou e temos que mudar o jeito público de administrar nossa cidade. Vamos preparar São José dos Pinhais para os novos tempos que surgem com o incremento da industrialização.

(Luiz Carlos Setim, Gazeta do Povo, 02/09/96)

Precisamos viver como uma metrópole. Eu tenho a visão de que Curitiba tem que chegar ao ano 2000 afirmando a igualdade de oportunidades para todos, concedendo a mesma infra-estrutura básica da capital aos 28 municípios vizinhos.

(Rafael Greca, Prefeito de Curitiba, Folha de Londrina, 29/03.96)

As peças do quebra-cabeças que é Curitiba já estão encaixadas. Daqui para a frente, só se pode pensar na cidade com uma visão metropolitana. Hoje, não tenho dúvidas de que, se Curitiba é a melhor cidade do país, sua região metropolitana precisa ser incorporada à fama.

(Rafael Dely, Secretário da Habitação, Folha de Londrina, 29/03/96)

Curitiba é afirmada como referência, como prova do que pode dar certo. Numa perspectiva claramente evolucionista, os projetos urbanos dos municípios vizinhos, parecem compelidos a incorporar as mesmas soluções adotadas pela capital para poderem, um dia, chegar a ser o que Curitiba é. O “exemplo da capital” como modelo de qualidade de vida, de projetos urbanísticos bem sucedidos e administração de resultados, é reiteradamente expresso, assim como a necessidade de extensão deste padrão de urbanização para os demais municípios.

Em sentido muito próximo ao discurso oficial, parte da produção acadêmica local alinha-se a esta orientação: *Como assegurar a continuidade, o avanço desta experiência, face aos desafios que a metropolização impõe?(...)O acervo de tecnologias urbanísticas é suporte de uma atuação confiante(...)Estabelece-se o confronto entre a competência acumulada nestas três décadas e os desafios futuros. A realidade dos anos 90 passou pois a reclamar uma nova concepção de planejamento urbano(...) A cidade finalmente está de encontro com a realidade da metropolização. Não há mais espaço para a manutenção de um modelo autárquico de desenvolvimento. A integração metropolitana é um imperativo* (Coelho et al, 1996).

A levar-se pela leitura dos recentes discursos produzidos acerca do “imperativo de integração das cidades vizinhas” o leitor menos avisado poderá interpretar que:

Curitiba está “pronta” “suas peças estão encaixadas”; a cidade atingiu um patamar de

urbanização que permite, aos consagrados planejadores, somente agora, em atitude voluntarista, estender-se generosamente em direção à metrópole para elevar o padrão urbano das cidades que estão na franja metropolitana; A exclusão espacial e social que caracteriza a urbanização da metrópole é um fenômeno novo ou; ao menos, somente agora a realidade metropolitana se descortina como muito próxima, fazendo parte da grande Curitiba.

Ai nos parece que está um dos mitos mas fortes que sustentam o atual discurso. Evidentemente, a complexa realidade metropolitana não é fenômeno recente. Pelo contrário, guarda relações diretas e vitais com o processo de urbanização da "capital de Primeiro Mundo" A impressão de se tratar de um novo fenômeno vem encobrir o que, de fato, é novo: a emergência da Região Metropolitana como problema para a administração pública está intimamente relacionada com a impreterível necessidade de reorganizar o espaço da metrópole para abrigar as atividades produtivas bem como os novos circuitos de produção e consumo que agora ali se instauram.

De fato, a concentração metropolitana não é processo recente. Como nos mostram alguns estudos (Ultramari; Moura, 1996), o êxodo rural dos anos 70 constituiu-se no principal fator de acelerada formação da Região Metropolitana de Curitiba. Nessa década, foi a região metropolitana que mais cresceu, mantendo um ritmo acentuado de crescimento nos anos 80.

Guardando relações diretas com a sede, o processo de ocupação da grande Curitiba foi condicionado por diversos fatores, dentre os quais destacamos: o alto preço do solo urbano em Curitiba, a retenção especulativa do solo chegando a 50% de glebas e vazios urbanos dentro de Curitiba, as fortes restrições impostas pela Lei de Zoneamento de uso e ocupação do solo, a flexibilidade da legislação urbana nos demais municípios, a grande oferta de lotes populares em áreas próximas de Curitiba, o elevado número de loteamentos aprovados antes da vigência da lei federal 6766/79 que regulamenta o parcelamento, a expressiva presença de assentamentos e loteamentos irregulares próximos aos acessos viários de Curitiba (Kleinke, 1997).

A soma destes fatores induziu à formação de extensas periferias e cidades-dormitório ao redor do pólo, que expressam o padrão excludente da modernização urbana de Curitiba e a conseqüente

segregação sócio-espacial da população. Neste sentido, podemos dizer que o projeto de modernização urbana de Curitiba foi determinante tanto na produção da "capital de Primeiro Mundo" quanto na produção das periferias de terceiro mundo da Grande Curitiba.

É preciso dizer que, mesmo a cidade de Curitiba, dentro de seus limites municipais, apresenta grandes disparidades em suas condições de urbanização. Pesquisas em andamento, baseadas em organização e análise de indicadores urbanos, revelam uma Curitiba desigual, distante do aparente padrão homogêneo da "capital da qualidade de vida" induzido pela imagem oficial.

A título de exemplo, comparação entre indicadores - condições de domicílio, do saneamento e do morador por bairro revela treze bairros em nível de maior precariedade, correspondendo a 29,27% da população total. Indicadores relativos a serviços de saúde, educação e transporte coletivo, mostram dezenove bairros em nível de maior precariedade, o que corresponde a 19,18% da população de Curitiba (IPARDES/IPPUC/UFPR, 1996).

A análise destes estudos sinaliza que, muito embora Curitiba apresente condições de vida urbana superiores à grande maioria das metrópoles brasileiras, isto não pode servir de consolo aos ufanistas que não abrem mão de suas convicções, pois há diversos problemas a serem enfrentados. Os braços afáveis do senso comum, instrumentados pela propaganda oficial (Garcia, 1994), alimentam o orgulho paroquial de que Curitiba não somente é a melhor cidade do Brasil para se viver, como também consta entre as três cidades do mundo de melhor qualidade de vida, ao lado de Roma e da americana San Francisco.

Resultado destoante surgiu em recente pesquisa do Instituto Trevisan / Exame acerca da melhor cidade. Curitiba aparece em quarto lugar (Revista Exame, 18/12/96), depois de Porto Alegre, Belo Horizonte e Campinas, resultado este que poderá servir para restabelecer o senso crítico e enfrentar novas e velhas questões.

A grande Curitiba convive e vê crescer o problema da falta de moradia, infra-estrutura, além da miséria e violência. Cerca de 8% da população na Região Metropolitana são "sem-teto" segundo o IBGE. O índice de desemprego cresceu de 9,1% para 10,8% em menos de um ano e o número de homicídios subiu mais de 100% se comparados os dados de 1992 e 1995. A face da miséria e violência

urbanas é mais visível em sua periferia, que cresce de 4 a 8 % ao ano e, obviamente, onde se dirigem os migrantes carentes e não qualificados (Folha de Londrina, 29/03/96).

Para a administração pública de Curitiba, as disparidades sociais entre a capital e sua região não se constituíram, historicamente, enquanto problemas a serem enfrentados mediante políticas públicas integradas. Pelo contrário, diversas críticas sempre foram dirigidas ao IPPUC Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - órgão vinculado à Prefeitura Municipal e responsável pelo planejamento e gestão da cidade, por fazer um planejamento "intra-muros" numa redoma que, aparentemente, preservava Curitiba de suas complexas relações sócio-espaciais metropolitanas.

Na virada do século o mundo muda e os lugares, irrecusavelmente, também. A globalização funcionaliza o mundo nos lugares. E a grande Curitiba não foge deste movimento, apresentando rápidas e profundas transformações. O poder público demonstra estar sintonizado com tão violentas mudanças e embarca neste modelo de projeto modernizador, como indicam as seguintes medidas de gestão:

- O recém eleito Prefeito Municipal de Curitiba, engenheiro Cássio Tanigushi criou, dentro da estrutura administrativa da Prefeitura, imediatamente após a sua posse, a Secretaria de Assuntos Metropolitanos;
- Prefeitura e Governo do Estado / COMEC, desde o ano de 1996 realizam a integração do transporte metropolitano, gerenciado pela URBS Companhia de Urbanização de Curitiba. Gradualmente, as linhas de transporte coletivo chegam aos municípios da região metropolitana. A linguagem arquitetônica das paradas de ônibus "estações-tubo"- o design dos ônibus "ligeirinhos" e a comunicação visual / sinalização são utilizados como suportes da integração metropolitana. Têm a função de expressar a máxima integradora: *Com o ligeirinho agora Curitiba está chegando a nós.*
- O Governo do Estado do Paraná desenvolve grandes projetos de reestruturação viária em escala metropolitana e regional: a duplicação da BR116 e o traçado dos contornos metropolitanos leste e norte obedecem à necessidade de criação de eixos pelos quais

fluirão os produtos gerados em escala crescente nos mercados que se integram no cone sul, além da maior integração com o estado de São Paulo para viabilizar o novo parque industrial.

É nesta direção que vem se dando a passagem da cidade à metrópole. O planejamento urbano e regional na grande Curitiba parece atualmente estar pautado em responder às demandas dos grandes grupos econômicos que vêm chegando à região, no sentido de reorganizar e refuncionalizar o espaço da metrópole no atual estágio de desenvolvimento industrial. Neste sentido que a metrópole é agora constituída enquanto problema e desafio.

5 Entre o Global e o Local: Alguns constrangimentos à instalação das montadoras o papel das Ongs ambientais

Ainda há lugares no mundo nos quais se pode ser seduzido pela idéia de que tudo vai bem. Nosso estado e nossa cidade são alguns destes lugares.

(Trecho de manifesto do Partido Verde, contra a implantação do Distrito Industrial da fábrica da Renault em área de manancial)

Nas primeiras seções deste artigo procuramos discutir os contornos das grandes mudanças que, a nível mundial, explicam a profunda reorganização territorial, econômica e social pela qual passa atualmente a Região Metropolitana de Curitiba.

Nesta seção procuraremos, em caminho inverso, ainda que brevemente, delinear os contornos daquelas manifestações que partindo do "local" demonstraram opor resistência às condições em que vêm acontecendo a chegada das montadoras na região.

Parece-nos de suma importância atentar para as argumentações dos movimentos liderados pelas Ongs ambientalistas, pois na grande Curitiba estes movimentos se constituíram nos únicos sujeitos coletivos que, com efeito, procuraram defender uma "ordem local" - relativa à preservação dos mananciais de abastecimento de água da metrópole frente ao que poderíamos chamar de uma "ordem mundial"

vinculada aos interesses das montadoras.

Como foi discutido na Seção 2, uma das razões político-econômicas que fez prosperar o acordo entre o Governo do Estado do Paraná e a empresa francesa Renault foi o estabelecimento de uma parceria Estado-empresa. Neste sentido, coube ao estado tomar as medidas legais e administrativas necessárias para dar efetividade ao acordo.

A primeira e mais urgente medida foi a criação do “Distrito Industrial de São José dos Pinhais” Para tanto, coube ao poder municipal propor a criação do referido distrito. Além das vantagens já elencadas, o Governo do Estado ofereceu também uma espécie de “adendo verde” à empresa, que consistia num compromisso de que a área destinada à unidade industrial seria absolutamente livre de poluição, um verdadeiro “distrito industrial ecológico”

Entretanto, já os primeiros passos do processo de instalação da fábrica esbarraram em possíveis problemas ambientais, cuja gravidade foi levantada pelas Ongs (Rede Verde, Liga Ambiental, Partido Verde, Sindi/Seab, Associação Xamã, entre outras). A problemática reside no seguinte:

O Distrito Industrial será implantado em área integrante da bacia do Alto Iguaçu, região cuja vocação principal é o fornecimento de água para o abastecimento público. O distrito, que abrigará não só a fábrica da Renault como várias outras, poderá colocar em sério risco a qualidade do abastecimento da água da região metropolitana se implantado conforme o projeto, comprometendo, inclusive, os resultados de importantes investimentos públicos realizados para a proteção da bacia em questão, como o Programa de Saneamento PROSAM, financiado pelo BIRD. O rio Pequeno, próximo a esta área, classificado como manancial de futuro abastecimento da região, será totalmente utilizado pelas indústrias.

Conforme exigências da Constituição Federal, foi realizado um Estudo de Impacto Ambiental EIA. Entretanto, este estudo foi encomendado à Universidade Livre do Meio Ambiente UNILIVRE instituição que apresenta evidentes vínculos com o Estado. Segundo técnicos especializados o EIA realizado para implantação do Distrito Industrial apresenta várias deficiências: trata somente da bacia do rio Pequeno e não de toda a bacia do Alto Iguaçu, o que gera distorções de análise ambiental; aborda insuficientemente as alternativas locais e tecnológicas para o

empreendimento, falha ao avaliar a compatibilidade do empreendimento com os planos e programas previstos para a área e não aponta as medidas a serem tomadas para atenuar os impactos da grande pressão urbana que deverá ocorrer associada à implantação do parque industrial. (Documento da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. Câmara Federal, 23/04/96).

Os técnicos e ambientalistas que participaram da audiência pública para debate do EIA/RIMA do distrito industrial são uníssomos ao afirmar que a análise ambiental apresentada foi incompleta em vários aspectos. Uma crítica unânime é a não explicitação, no EIA, das questões atinentes especificamente à implantação da fábrica da Renault, tratando, de forma genérica, de um Distrito Industrial, e não de um Parque Industrial Automotivo. Outro ponto destacado pelos ambientalistas foi o atropelo aos procedimentos legais, com a convocação da audiência pública em tempo extremamente reduzido o que, segundo eles, afrontou os princípios de publicidade e de participação pública em decisão ambiental de tamanha importância.

Um terceiro eixo de crítica é que o EIA não desenvolveu avaliação de outras alternativas locais para o empreendimento, desrespeitando as leis ambientais. Neste caso o EIA ateve-se, claramente, a uma imposição básica dos empreendedores, de manutenção do terreno escolhido. Ambientalistas destacam, porém, que a cidade de Curitiba tem uma Cidade Industrial - CIC - e que também existem outros municípios da Região Metropolitana, longe dos mananciais mais importantes, onde já há atividade industrial, que poderiam receber os novos empreendimentos.

Do próprio EIA extraem-se questões preocupantes sobre a implantação do Distrito Industrial: pressão por ocupação urbanas em regiões impróprias; aterramento de nascentes; incremento do volume de enchentes; aumento da poluição atmosférica; alteração da qualidade da água e aumento da poluição dos aquíferos subterrâneos.

Outro tema não tratado no EIA de forma clara é a não compatibilidade do empreendimento com o Zoneamento da Região Metropolitana de Curitiba. Todos os planos regionais elaborados até o momento consideram a área em questão como área de preservação de manancial, fundamental para garantir a qualidade do abastecimento de água para milhões de habitantes. Também nenhum estudo foi realizado no sentido de projetar os impactos na urbanização

dos municípios vizinhos que abrigariam novas populações vinculadas às atividades industriais.

Em seus justos termos, a legislação metropolitana, além de diversos planos desenvolvidos pelos órgãos públicos como o “Plano Diretor de Águas da SANEPAR” não permitem a implantação do empreendimento no local e, portanto, estão sendo desrespeitados.

Coibido pelos constrangimentos legais levantados pelas Ongs ambientalistas, o Governador do Estado reduziu a área de manancial em São José dos Pinhais para beneficiar a Renault, mediante assinatura de decreto que altera a delimitação da bacia do Alto Iguaçu (Folha de S.Paulo, 6/06/96).

Além do abuso de poder que caracteriza esta rápida mudança na legislação, a autorização do Distrito Industrial de São José dos Pinhais irá dificultar toda a política de preservação de mananciais no Estado, pois *os municípios que se considerarem prejudicados por abrigarem áreas de mananciais, usarão este precedente como argumento para fugir das limitações impostas pela legislação* (Rede Verde, 1996).

A vinda da Renault à Região Metropolitana de Curitiba, no entanto, parece que é razão suficiente para a colocação dos problemas ambientais em plano secundário. Sem dúvida, um paradoxo, tratando-se da grande Curitiba, nacional e internacionalmente conhecida como a “capital Ecológica” ou “Capital da Qualidade de Vida”

De fato, com a produção da imagem-síntese “capital ecológica”, a onda verde deste complexo final de século invadiu o discurso político e ideológico dos planejadores curitibanos no início dos anos 90. É certo que hoje o meio ambiente constitui tema particularmente favorável àqueles que buscam justificar a intervenção reguladora do estado.

Entretanto, na direção que aponta Vainer (1993) é preciso perguntar-nos: mas de quê meio ambiente se está falando? Meio ambiente de quem ou de quê? O meio ambiente do “Protocolo Verde” assinado entre o Estado e a Renault seria o mesmo meio ambiente das Ongs que, enquanto sujeitos coletivos, discordam da decisão de implantação da fábrica em área de mananciais e procuram dar visibilidade a suas posições?

A nosso ver, meio ambiente, longe de ser uma realidade empírica, um dado natural, é em si uma construção social que incorpora representações diferenciadas dos grupos sociais. Assim sendo, tentamos chamar a atenção para os riscos que se

escondem por detrás da mitificada construção da síntese “capital ecológica” pois em muitos momentos nos parece um simples e confortável *aggiornamento* semântico que transforma a capital planejada em capital ecológica, embarcando em valores tão caros à nossa cultura de final de século.

As Ongs ambientalistas, assim como técnicos especialistas que emitiram pareceres acerca do assunto, alertam para a possibilidade de que a instalação das novas fábricas automotivas, não funcione como foco difusor de modernidade e progresso como prometem as belíssimas propagandas que circulam na mídia. Para eles, o reordenamento territorial resultante da chegada destas fábricas pode vir acompanhado pela multiplicação de carências de diversas ordens, a ocupação desenfreada de áreas do entorno e, principalmente, problemas futuros de abastecimento de água para toda a região metropolitana.

Faz parte das representações positivas do Governo, quando se refere aos novos empreendimentos, a crença de que eles são portadores de uma grande transformação social que a população, despreparada, seria incapaz de realizar. Esta crença é particularmente forte e, por isso, tão facilmente incorporada pelo senso comum, numa sociedade local em que o planejamento tecnocrático produziu a idéia de que é o planejador o verdadeiro sujeito que faz a cidade. Neste contexto, a resistência que caracterizou as manifestações das Ongs ambientais para nós, neste caso, sujeitos contra-hegemônicos passou a ser lida e veiculada, como uma resistência “do atraso” à mudança social “progresso”

As autoridades passaram como um trator sobre os movimentos e manifestações de resistência à localização da fábrica da Renault em área de manancial. Estes foram lidos como a recusa dos empreendimentos em si, e não das condições em que estes viriam a ser implantados. O fato denuncia a concepção, tão cara ao universo do planejamento, de que os quadros técnicos institucionais definem os limites e contornos do meio ambiente sobre o qual se está planejando. Há aqui implícita uma recusa da possibilidade de presença de um outro, que se contraponha à localização do empreendimento, enquanto sujeito político do meio ambiente que quer preservar.

Obviamente, entre Estado e Ongs, frente à noção de “ambientalmente correto” não são equivalentes suas respectivas eficácias, nem

tampouco as respectivas estratégias ideológicas ou, mais imediatamente, políticas, no contexto das quais esta noção vem sendo acionada. Parece-nos, portanto, que ela não pode ser trabalhada em abstrato, à margem dos conflitos de nossa sociedade. Explicitar o que seria, neste caso, ambientalmente correto, é tomar partido num processo social conflituoso que coloca em foco os diferentes modos de apropriação do ambiente (Vainer, 1993).

Curitiba, com seus mais de 50 metros quadrados de área verde por habitante, seus premiados programas ambientais, seus parques, é proclamada *urbi et orbi* "capital ecológica". Quando na grande Curitiba presenciamos conflitos como este e tantos outros nos perguntamos: aonde está e para onde caminha a capital ecológica? E quais serão os impactos espaciais destes grandes empreendimentos, violentamente desorganizadores de um espaço até então sempre referenciado pela sua organização e desenvolvimento planejado?

6 Desorganizando e reorganizando o espaço da metrópole: Algumas conclusões

Entender a produção do espaço na periferia metropolitana de Curitiba, no atual processo de desenvolvimento industrial, é interpretar o impacto destes grandes projetos industriais no processo de desestruturação e reestruturação do espaço social da metrópole.

Assim, este texto busca reconhecer, discutir e levantar dúvidas acerca de tão complexo e tão novo universo de transformações pelas quais passam os nossos lugares em configurações que desorganizam e reorganizam o espaço para adaptá-lo a suas novas funções.

De fato, o poder profundamente desorganizador das configurações espaciais pretéritas pelos novos empreendimentos e, ao mesmo tempo, o poder de reorganização do espaço metropolitano para abrigar os novos circuitos de produção e consumo que ali se instauram, nos comprometem, daqui em diante, a enfrentar os seguintes desafios analíticos:

Como se constituem as novas relações entre Estado e as grandes empresas montadoras de veículos? E, como decorrência desta questão, qual é o conteúdo do novo discurso do planejamento, tão glorificado como patrimônio local?

Desenvolvemos, neste artigo, a idéia de que

o planejamento urbano de Curitiba e as estratégias de planejamento de sua Região Metropolitana das últimas décadas encontram-se hoje seriamente comprometidos, à sombra dos interesses urgentes de abraçar os novos empreendimentos de peso.

Mostramos também como governo e mídia, mediante uma produção especializada de imagens e novas sínteses acerca da vida metropolitana, incorporaram rapidamente este novo viés industrial de sua região nas renovadas estratégias de marketing, contribuindo, desta forma, para o movimento de reorganização da economia e do espaço que está em curso.

Assim, pensamos com Ribeiro (1991) e Santos (1996) que a cultura urbana, a produção de imagens permeada de valores da vida metropolitana, têm um papel motor e estrutural nesta refuncionalização da metrópole. E, se esta refuncionalização é tornada objeto de reflexão crítica, devemos dar especial atenção às novas formas de exercício do poder, inscritas entre o mercado, a política e a cultura.

Como foi abordado, o movimento de mudança do espaço metropolitano - produzido pela chegada das montadoras - modifica violentamente o significado de todas as suas variáveis constitutivas. E o símbolo, a linguagem presente no discurso oficial, acompanha este movimento: diante da transformação há, paralelamente, uma exigência de renovação dos universos simbólicos que também criam e constroem esta nova realidade metropolitana.

O artigo procura mostrar alguns elementos interpretativos destas mudanças que, quando entendidos em sua abrangência, revelam conflitos entre a estruturação sócio-espacial local e as novas espacialidades impostas pelas novas ordens. E há rugosidades, resistências no tecido social, na ordem do lugar, que precisam ser melhor entendidas e mais fortemente evidenciadas.

Com efeito, às vésperas do século 21 a aldeia global nos parece uma realidade complexa e contraditória. A série de acontecimentos destes últimos tempos na grande Curitiba parece acarretar irreversíveis modificações no cenário da metrópole e no cotidiano da população. Múltiplas e complexas inter-relações entre condições e variáveis sociais/espaciais e os desafios do desenvolvimento econômico predominam nesta nova etapa. Um tempo novo, que nos desafia.

Bibliografia

- ARROYO, Mônica. A espacialidade do futuro. Além das fronteiras nacionais? In : *6º Encontro Nacional da ANPUR*. Anais. Brasília, 1995.
- COELHO, Gilberto Bueno; CHIESA, Paulo. *Curitiba: da cidade à metrópole*. Trabalho apresentado ao Congresso da União Internacional de Arquitetos UIA. Barcelona, julho, 1996 (mimeo).
- CORRÊA, Roberto Lobato et al. (orgs). *Brasil: Questões Atuais de Reorganização do Território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- DINIZ, Clélio Campolina e CROCCO, Marco Aurélio. *Reestruturação Econômica e Impacto Regional: o novo mapa da indústria brasileira*. Nova Economia, v.6, n.1, julho. Belo Horizonte, 1996.
- GARCÍA, Fernanda Sánchez e RIBEIRO, Ana Clara Torres. City Marketing: a nova face de gestão da cidade no final de século. In: *Cultura e Política: Visões do Passado e Perspectivas Contemporâneas*. São Paulo: Hucitec / ANPOCS, 1996.
- _____. Curitiba anos 90: cultura e política na produção da imagem da cidade. Trabalho apresentado ao *XVIII Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambú, 1994.
- IANNI, Otávio. *A era do globalismo*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1996.
- IPARDES / IPPUC / UFPR. *Curitiba: Mapa da Pobreza*. Curitiba, 1996.
- LEFÉBVRE, Henri. *A Produção do Espaço*. São Paulo, 1989.
- KLEINKE, Maria de Lourdes et al. *Dinâmica Demográfica da Região Sul*. Curitiba: IPARDES, 1997 Documento integrante do projeto: Tendências da Urbanização e do Crescimento Populacional Brasileiro: população em idade escolar, 1991/2010. Convênio MEC / FNDE / FCAMP / NESUR.
- REDE VERDE. *Subsídios para discussão sobre a instalação da fábrica da Renault em São José dos Pinhais*. Curitiba, Rede Verde, 1996.
- ROCHA, Vicente Eustáquio e COSTA, Geraldo Magela. Produção do Espaço na Periferia Metropolitana: Reflexões a partir do caso de Betim / MG. In: *6º Encontro Nacional da ANPUR*. Anais. Brasília, 1995.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Matéria e Espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. In: *Brasil: Território da Desigualdade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1991.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- _____. *O Lugar: Encontrando o Futuro*. São Paulo: USP (mimeo).
- SILVEIRA, Maria Laura. Ordem Global, Geografia dos Controles e Modernidade Territorial na Patagônia Norte Argentina. In: *6º Encontro Nacional da ANPUR*. Anais. Brasília, 1995.
- ULTRAMARI, Clóvis; MOURA, Rosa (org). *Metrópole. Grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba: IPARDES, 1994.
- VAINER, Carlos B. Planejamento e Questão Ambiental: qual é o meio ambiente que queremos planejar? In: *5º Encontro Nacional da ANPUR*. Anais. B. Horizonte, 1993.

Endereço da autora: Rua Euclides Bandeira, 500 ap 704 Telefone (041) 253 41 87

e-mail: fsanchez@usp.br CEP: 80530-020 Centro Cívico Curitiba PR

(Este artigo foi apresentado ao 7º Encontro Nacional da ANPUR, "Novos Recortes territoriais, Novos Sujeitos Sociais: Desafios ao Planejamento" Recife, Pernambuco, maio de 1997. Para a elaboração deste artigo foram fundamentais as discussões com a geógrafa Rosa Moura e com a jornalista Teresa Urban)

TRÊS RIOS. TRÊS REGIÕES. TRÊS POETAS.

Manoel Fernandes de Sousa Neto
Departamento de Geografia UFPB

RESUMO:

A escolha pelos rios dos poetas de três regiões distintas, reflete a necessidade de perceber, por intermédio de uma análise comparativa, como a poesia pode ser importante para a construção de certas identidades geográficas ou de como podemos dela nos assenhorar, no sentido de apreender aquilo que despercebido às vezes passa: os rios e seus mais diversos signos.

PALAVRAS-CHAVE:

Identidade, rio poesia, região, geografia.

ABSTRACT:

The choice of rivers by poets from three different regions, reflects the necessity of understanding, by a comparative analysis, how poetry can be important for the construction of some geographical identities, or how can we be possessed by it, in a sense of apprehending about something we may let pass away: the river and diversity of signs.

KEY-WORDS:

Identity, river, poetry, region, geography.

Esse rio é minha rua.

Rui Barata

O rio, para Cirlot, é um símbolo ambivalente por corresponder à força criadora da natureza e do tempo. Por um lado, simboliza a fertilidade e a progressiva irrigação da terra; por outro, o transcurso irreversível e, em consequência, o abandono e o esquecimento.

(CIRLOT, 1984: 499)

O rio está na origem da agricultura, do comércio, da sedentarização do homem. Desde a sua vida progressivamente nômade até a civilização baseada na produção de alimentos, artes e leis, há para a humanidade o Nilo, o Tigre e o Eufrates. O rio guarda elementos muito distintos entre si e pode caracterizar lugares, servir de muitos modos para a produção de alimentos, expressar muitos significados.

O rio que fala para Vasudeva e para Sidarta é o mesmo que guarda em si múltiplas possibilidades. Ele ri e chora enquanto corre. Corre com sua fluidez. Lava e conduz os homens no seu dorso. Ensina e aprende. Guarda em si todos os

mistérios da natureza e é de uma simplicidade sem par.

- O rio tem muitas vozes, um sem número de vozes; não é meu amigo? Não te parece que ele tem a voz de um rei e as de um guerreiro, a voz de um touro e a de uma ave noturna, a voz de uma parturiente e de um homem que suspira, e inúmeras outras ainda?

(HESSE, 1985:116)

Ao lado de uma corrente qualquer de água, que escoe à superfície do chão, que encha o olhos da gente de luz e de sombras, haverá sempre uma possibilidade de traduzir nela a nossa visão de mundo. Assim como se tivéssemos no espelho da água uma espécie de reflexo das coisas que pensamos sobre o cosmo. O que será possível ver por intermédio da poesia no rio?

Se para Rubem Alves a poesia é o esforço desesperado para dizer o que não pode ser dito (ALVES, 1993: p.29), como poetizar o rio? Ou o que dizer de um rio, já que ele não é nada mais que aquilo que é, simplesmente um rio?

Eis a questão: os poetas buscam as palavras

que moram no silêncio (ALVES, 1993: p. 31), nos silêncios do que quer que seja, como diz o *Patativa* quando fala sobre o mar: *O mar tem um quer que seja/que só Deus sabe o que é.*

Pensando assim, por onde poderíamos fluir?

Que tal se percorrêssemos a imagem do Rio em outros poetas? Seria interessante, quem sabe, comparar poetas de regiões diferentes. E se comparássemos o *Tietê* de Cassiano Ricardo, com o *Capibaribe* de João Cabral de Melo Neto e o *Amazonas* de Thiago de Melo? *Três rios, três regiões, três poetas.* Três visões de mundo por intermédio do correr das palavras sobre o leito da dura pedra, que a água da poesia com o seu carinho amacia e transforma.

Pois bem. Os rios que se entrecruzam nesta análise, menos poética e mais geográfica, situam-se em diferentes regiões da palavra e da Geografia. O *Tietê*, o primeiro deles, nasce na Serra do Mar e corre para o interior, guarda em si a característica de fluir de modo inverso à natureza dos rios, que na sua trama descendem buscando o abrigo do mar. O *Capibaribe* é um rio de regime intermitente, *como os rios lá de cima,/é tão pobre que nem sempre/pode cumprir sua sina/e no verão também corta,/com pernas que não caminham.(...)* (MELO NETO, 1993:77), mas chegando ao Recife ele se transforma em mangue e entra em contato com o mar, misturando doce e sal. O *Amazonas* é um rio de muitos rios e muitas águas, o maior do mundo em extensão e volume, podemos dizer brincando, que o *Amazonas* em si mesmo já é um outro e maravilhoso mundo.

O Tietê de Cassiano Ricardo

O Cassiano Ricardo foi de um grupo conhecido como *verde-amarelo*, participou ativamente das transformações sugeridas pela semana de arte de 1922 e escreveu em 1928, entre outros livros, um que trata da reinvenção da identidade brasileira a partir de São Paulo: *Martin Cererê*. O livro fala da forma como o Brasil foi colonizado pelos portugueses; como se deu a relação entre índios e lusitanos; como aqui chegaram os negros e finalmente como vieram para cá os migrantes da Ásia e da Europa, formando uma nação que na sua expressão é um *grande baralho humano*.

Para Cassiano Ricardo, foram os Bandeirantes, que a partir de São Paulo, mais

especificamente, pelo *Tietê* adentro, fizeram a descoberta de um Brasil ainda menino no sentido oeste. Se à altura da cana-de-açúcar e do gado já havíamos entrado pelo leste e um pouco nos sertões do Nordeste, é pelo *Tietê* que os *heróis nacionais de bandeiras à mão* vão buscar a riqueza do país, vão expandir de modo real nossas fronteiras e possibilitar nosso crescimento em direção ao futuro.

A poesia que melhor coloca esta perspectiva e associa o rio à imagem de predestinação dos Gigantes paulistas para a (re)descoberta do Brasil, fazendo o rio aparecer com a sua natureza distinta, e fundamental para a tarefa histórica, de outros rios do País, é justamente a poesia *O Sem-Fim*. Senão vejamos:

O Sem-Fim

*A barraca ambulante,
as arrobas de pólvora e balame,
os enxós, as enxadas,
as bateias, as cuias,
as foices, as redes de embira,
as bruacas de couro, os anzóis,
os gibões de algodão,
os facões, os machados,
e uma viola de pinho ...
e que mais?*

*E chumbo com armas de fogo
mosquetões, escopetas,
pra espantar o selvagem;
batelões pra transpor quantos rios topassem
na viagem
provisões nas sacolas de couros pra cinco
jornadas,
sapatões pra duzentas estradas,
chapelão pra dez anos de sol e de chuva;
e o Tietê, que nascera correndo pra dentro
da terra e de costas voltadas pro mar
conduzindo pirogas morenas
com homens de bronze formando bolotas
de músculos
no peito e nos braços,
pra onde vão? não sabemos
é uma voz que nos chama
e é esta voz que dirá nosso fim.
E os Gigantes partindo pro mato
um por um: vocês rezem por mim!
Longe apenas um canto de pássaro
dizendo "sem-fim" ...*

*e o Tietê, que nascera correndo pra dentro/
da terra e de costas voltadas pro mar/conduzindo*

pirogas morenas/com homens de bronze formando bolotas de músculos/no peito e nos braços,/pra onde vão? não sabemos/ é uma voz que nos chama/e é esta voz que dirá nosso fim. Nesta passagem fica muito clara a função do rio, sendo que na existência de tudo mais indumentária, armas, coragem, instrumentos não fosse o *Tietê* e os homens não seriam conduzidos pelas águas em direção ao interior do território. O *rio*, neste sentido, é quase que o símbolo da própria índole paulista, ou seja, enquanto o restante da nação está bordejando o litoral com os olhos voltados para o mar e para a Europa, o *Tietê* está como o povo de São Paulo com os olhos voltados para dentro da terra e dos seus segredos. O *rio* assume assim o signo do desbravador e se inscreve como alegoria de um povo que diz ter construído a nação, como se a nação tivesse seu berço em São Paulo e ele representasse a locomotiva que conduz o resto dos vagões, como no caso do rio, o caminho de dentro da nossa própria identidade.

A técnica da enumeração de coisas, imagens e sons se coloca como eixo da construção de *O Sem-Fim*, assim como se o próprio rio, de que fala Cassiano, descesse com as mesmas águas, se recriando nos encadeamentos das palavras que nomeiam os objetos. Esta não é a técnica utilizada por João Cabral de Melo Neto em *O Rio*, onde a poesia se fundamenta pelo uso permanente de imagens, paralelismos e comparações, e a sua proposição poética flui por dentro as condições de vida, objetos e paisagens que caracterizam a diversidade do Nordeste a partir de Pernambuco.

O Capibaribe de João Cabral

O *Rio* tem um tamanho imenso, são ao todo sessenta estrofes de dezesseis versos. As águas que dele vão-se multiplicando, pelas palavras, têm a intenção de narrar a viagem que o *Velho Capiba* faz desde de sua infância até a velhice, desde o sertão à cidade estuarina do Recife, desde as terras que vêem pouca chuva até a lama dos mangues que se abraçam com o Atlântico.

Já de início *O Rio* revela sua intenção ou aquilo que em essência a poesia é: *relação de viagem que o Capibaribe faz de sua nascente à cidade do Recife*. Neste sentido, estamos falando de um rio narrador, que atravessando paisagens, vai contando o que vê ao longo do caminho. Associando o poético

ao prosaico e a cultura erudita à tradição oral dos cantadores - contar histórias longas, com rimas ricas, versos em redondilha menor e imensa musicalidade -, o poeta rompe com os limites entre poesia e prosa, entre erudito e popular.

Assim, explica-se a invasão do prosaico na medida em que o discurso refletirá, isomorficamente, a miserável cotidianidade do espaço que irá abarcar. Essa relação de homologia foi destacada por Benedito Nunes, ao falar da repetição dos versos penta e hexassilábicos, das dissonâncias e estridências, das incompletudes e redundâncias tributo voluntário a uma linguagem oral transposta ao texto, ao estilo dos cantadores. (SECCHIN, 1985:86)

Utilizando-se de uma série de metáforas e comparações, *O Rio* vai se assemelhando aos seres e objetos com os quais convive no seu cotidiano. Essa similaridade se dá em relação àquilo que fundamenta a ação desses seres e objetos ou os caracteriza: *Sempre pensara em ir/caminho do mar./ Para os bichos e rios/nascer já é caminhar.(...)* (1ª &, p. 114); *Deixando vou as terras/de minha infância primeira./Deixando para trás/os nomes que vão mudando./Terras que eu abandono/porque é de rio estar passando./Vou com passo de rio,/que é de barco navegando.(...)* (6ª &, p. 116); *“(...) Sou viajante calado./para ouvir histórias bom,/a quem podeis falar/sem que eu tente me interpor;/junto de quem podeis/ pensar alto, falar só./Sempre em qualquer viagem/ o rio é o companheiro melhor.* (11ª &, p. 119); *“(...) um menino bastante guenzo/de tarde olhava o rio/como se filme de cinema;(...)* (46ª &, p. 136); *Conheço toda a gente/que deságua nestes alagados./Não estão no nível do cais,/vivem no nível da lama e do pântano./Gente de olho perdido/ olhando-me sempre passar/como se eu fosse trem/ ou carro de viajar.(...)* (58ª &, p., 142) e, dentre os exemplos que podemos elencar, quicá um dos mais interessantes seja justamente aquele que compara o *curso de água narrador* aos outros meios/vias de transporte utilizados no transcurso que liga o sertão ao litoral.

*Agora vou deixando
o município de Limoeiro.
Lá dentro da cidade
havia encontrado o trem de ferro.
Faz a viagem do mar*

*mas não será meu companheiro,
apesar dos caminhos
que quase sempre vão paralelos.
Sobre seu leito liso,
com seu fôlego de ferro,
lá no mar do Arrecife
ele chegará muito primeiro.
Sou um rio de várzea,
não posso ir tão ligeiro.
Mesmo que o mar os chame,
os rios, como os bois, são ronceiros.
(OR, 18ª &, p. 122)*

O Rio, ao assumir para si, em primeira pessoa, a tarefa de narrar os acontecimentos que vivencia, apresenta-se como um retirante, como os demais retirantes para os quais faz companhia, que são aqueles que migram da Caatinga para o Mangue, passando pelo Agreste e pela Mata com suas *terras femininas*.

Neste sentido, poderíamos dizer que este, dentre os muitos rios cabralinos, é um rio Severino. Porque entre o poema *Morte e Vida Severina* e *O Rio*, as semelhanças são imensas e o uso de certas imagens e recursos poéticos são sobremodo idênticos, como se João Cabral propusesse a indissociabilidade entre rios e homens. Em ambos, Severino e Capibaribe, o destino parece ser o de ir até o mar; o caminho, *como contas de um rosário*, passa pelas mesmas vilas e bordeja paisagens que lhe são comuns; a denúncia social está presente com a mesma força e se apresenta como eixo do discurso, posto que homens e rios passam pelos mesmos espaços geográficos; há momentos em que orgânico e inorgânico mudam seus papéis, e um assume a *vida* do outro ou conjuga o universo da vida.

Senão vejamos a fala de Severino retirante e depois o que nos diz o Capibaribe:

*— Nunca esperei muita coisa,
digo a Vossas Senhorias.
O que me fez retirar
não foi a grande cobiça;
o que apenas busquei
foi defender minha vida
da tal velhice que chega
antes de se inteirar trinta;
se na serra vivi vinte,
se alcancei lá tal medida,
o que pensei, retirando,
foi estendê-la um pouca ainda.
Mas não senti diferença
entre o Agreste e a Caatinga,
e entre a Caatinga e aqui a Mata*

*a diferença é a mais mínima.
Está apenas em que a terra
é por aqui mais macia;
está apenas no pavio,
ou melhor, na lamparina:
pois é igual o querosene
que em toda parte ilumina,
e quer nesta terra gorda
quer na serra de caliça,
a vida arde sempre com
a mesma chama mortiça.
Agora é que compreendo
por que em paragens tão ricas
o rio não corta em poços
como ele faz na Caatinga:
vive a fugir dos remansos,
a que a paisagem o convida,
com medo de se deter,
grande que seja a fadiga.
Sim, o melhor é apressar
o fim desta ladainha,
fim do rosário de nomes
que a linha do rio enfia;
é chegar logo ao Recife,
derradeira ave-maria
do rosário, derradeira
invocação da ladainha
Recife, onde o rio some
e esta minha viagem se fina.
(MVS, p.91/92)*

e

*Parece que ouço agora
que vou deixando o Agreste:
'Rio Capibaribe,
que mau caminho escolheste.
Vens de terra de sola,
curtidas de tanta sede,
vai para terra pior,
que apodrece sob o verde.
Se aqui tudo secou
até seu osso de pedra,
se a terra é dura, o homem
tem pedra para defender-se
Na Mata, a febre, a fome
até os ossos amolecem'
Penso: o rumo do mar
sempre é melhor para quem desce.
(OR, p.123)*

Deste modo, tanto em *O Rio* quanto em *Morte e Vida Severina*, utilizam-se termos e expressões que servem para caracterizar as sub-regiões nordestinas. O Sertão com sua *dureza de pedra e sua sede de palha*; o Agreste como região

de passagem, onde nada pára; a Mata com sua pele macia e abundância de água, onde só a cana é que vive, onde a morte também não falha e, finalmente, o mangue onde a vida se confunde com a lama, lama de onde a vida é pescada pelos homens caranguejos.

No Recife, o fim da viagem, local onde o rio quase pára e se entrega ao oceano, a cidade tem suas contradições reveladas. O Recife parado, o rio parando, o Capibaribe expressão maior da pobreza de uma cidade que há séculos vive a decadência da economia açucareira. Expressão também das palafitas que se erguem sobre a lama, como aquela do mestre Carpina, em oposição aos prédios do hospício, da cadeia, das catedrais da antiga cidade, como se tudo lá, como o próprio rio houvesse estancado no tempo. É um rio de lama, de toda a lama que há advinda da brancura do açúcar.

*Casas de lama negra
há plantadas por essas ilhas
(na enchente da maré
elas navegam como ilhas);
casas de lama negra
daquela cidade anfíbia
que existe por debaixo
do Recife contado em Guias.
Nela deságua a gente
(como no mar deságuam rios)
que de longe desceu
em minha companhia;
nela deságua a gente
de existência imprecisa,
no seu chão de lama
entre água e terra indecisa.*

*Mas deixo essa cidade:
dela mais tarde contarei.
Vou naquele caminho
que pelo hospital dos Coelhos.
Por cais de que as vazantes
exibem gengivas negras,
leva àquele Recife
de fundação holandesa.
Nele passam as pontes
de robustez portuguesa,
anúncios luminosos
com muitas palavras inglesas,
passa ainda a cadeia,
passa pelo Palácio do Governo,
ambos robustos, sólidos,
plantados no chão mais seco.
(OR, p. 138)*

Assim, João Cabral, constrói *O Rio* como um curso de água discurso, que denuncia as diferenças

a partir da percepção da espacialidade geográfica. A paisagem, para o poeta serve para lembrar o que na paisagem já está escrito. Já o rio *Amazonas*, de Thiago de Melo, *Pátria das Águas*, difere imensamente dos rios do Nordeste como o Capibaribe, como também não tem as costas viradas para o mar, como o Tietê paulista. O Amazonas é também brasileiro, mas não nasce no Brasil, sua extensão o torna água de muitos países e línguas, não é como os outros dois rios, expressão de paisagens nordestinas ou ainda de uma idéia de nação.

O Amazonas de Thiago de Mello

Agora é na poesia de Thiago que vamos mergulhar, mas não o faremos sem antes oferecer, por intermédio do próprio autor, uma idéia de rio, já que as águas da sua história de vida se misturam com nascentes e foz amazônicas.

Como Um Rio

*Ser capaz, como um rio
que leva sozinho
a canoa que se cansa,
de servir de caminho
para a esperança.
E de lavar do límpido
a mágoa da mancha,
como um rio que leva,
e lava.*

*Crescer para entregar
na distância calada
um poder de canção,
como o rio decifra
o segredo do chão.*

*Se tempo é de descer,
reter o dom da força
sem deixar de seguir.
E até mesmo sumir
para, subterrâneo,
aprender a voltar
e cumprir, no seu curso,
o ofício de amar.*

*Como um rio, aceitar
essas súbitas ondas
feitas de águas impuras,
que afloram a escondida
verdade nas funduras.*

Como um rio, que nasce

*de outros, saber seguir
junto com outros sendo
e noutros se prolongando
e construir o encontro
com as águas grandes
do oceano sem fim.*

*Mudar em movimento,
mas sem deixar de ser
o mesmo ser que muda.
Como um rio.*

Como se fosse um rio, Thiago de Mello constrói a sua poesia de modo fluente, como que fluindo levemente por dentre as margens de terra, na doçura da pedra, como um rio. Em *Amazonas, Pátria da Água*, poesia tão grande como o próprio Amazonas, temos uma perfeita descrição sócio-ambiental da região amazônica, uma caracterização geográfica minuciosa de múltiplos aspectos: geológicos, geomorfológicos, climatológicos, hidrológicos, antropológicos, históricos e culturais.

As primeiras estrofes falam do modo como o rio se conforma, a localização da sua nascente e as diversas contribuições que recebe para de fino fio de lâmina d'água se transformar em rio caudal, ainda descreve o seu tamanho, a área que ocupa e a diversidade natural que comporta dentro e fora de si. Senão vejamos:

§. Da altura extrema da Cordilheira, onde as neves são eternas, a água se desprende e traça um risco trêmulo na pele antiga da pedra: o Amazonas acaba de nascer. A cada instante ele nasce. Descende devagar, sinuosa luz, para crescer no chão. Varando verdes, inventa o seu caminho e se acrescenta. Águas subterrâneas afloram para abraçar-se com a água que desceu dos Andes. Do bojo das nuvens alvíssimas, tangidas pelo vento, desce a água celeste. Reunidas elas avançam, multiplicadas em infinitos caminhos, banhando a imensa planície cortada pela linha do Equador.

§. Planície que ocupa a vigésima parte da superfície deste lugar chamado Terra, onde moramos. Verde universo equatorial que abrange nove países da América Latina e ocupa quase a metade do chão brasileiro. Aqui está a maior reserva mundial de água doce, ramificada em milhares de caminho de água, mágico labirinto que de si mesmo se recria incessante, atravessando milhões de quilômetros quadrados de território

verde. É a Amazônia, pátria das águas.

§ É a Grande Amazônia, toda ela no trópico úmido, com a sua floresta compacta e atordoante, onde ainda palpita, intocada e em vastos lugares jamais surpreendida pelo homem, a vida que se foi urdindo em verdes desde o amanhecer do Terciário. Intocada e desconhecida em muito de sua extensão e de sua verdade, a Amazônia ainda está sendo descoberta.

(APA, p.67)

A partir deste maravilhoso início, Thiago de Mello vai mergulhando Amazônia adentro. Descrevendo as paisagens; revelando os nomes que já deram ao rio Amazonas *Mar Dulce, Orellana, Marañon, Guieri, Parauçu*, nas mais diversas línguas; enumerando as formas das águas se comportarem e se relacionarem com os homens; narrando a história da região e de seu povo; chamando atenção para a importância que a Amazônia tem para a humanidade inteira.

Esta poesia, pode ser nomeada pelo que nela há de denúncia, mas ela é também de esperança. O poeta, grávido que está das paisagens ribeirinhas, caboclo que é das selvas amazônicas, sente a necessidade de dizer que não é possível continuar desmatando, poluindo, genocidando.

§. Eles eram mais de um milhão quando aqui chegou o colonizador europeu. De extermínio em extermínio, depois de quatrocentos e tantos anos, hoje eles não chegam a cinqüenta mil. E desses, quase todos já perderam, feridos fundamente na essência dos valores de sua etnia, a sua própria condição de índios. Uns poucos ainda resistem, escondidos nas últimas lonjuras da selva, fugindo ou evitando ao máximo, quando podem, o contacto com os chamados agentes da civilização. O que desejam esses pequenos resíduos tribais ainda espalhados pelo chão da Amazônia, como de outros raros lugares do Brasil, é simplesmente poder ser e seguir sendo simplesmente índios. Querem o direito de ser o que são.

(APA, p.93)

A pátria água, desnudada pela imensidão de rios que comporta e de águas que nela se desdobram, tem o Amazonas como rio e símbolo maior, fio condutor daquilo que compõe o poema e

permite ao poeta dizer. Daí, talvez, sua imensa riqueza geográfica, porque as paisagens; os processos inerentes ao ciclo da água; a ocupação do território amazônico; a intervenção do Estado na região com seus mega-projetos; os ciclos econômicos; a luta pela terra; são ofertados ao leitor no próprio curso do rio.

No fundo, o rio faz um convite, na voz do poeta, para que nós conheçamos melhor a região e a defendamos:

*Eu venho desse reino generoso,
onde os homens que nascem dos seus
verdes
continuam cativos esquecidos
e contudo profundamente irmãos
das coisas poderosas, permanentes
como as águas, os ventos e a esperança.
Vem ver comigo o rio e suas leis.
Vem aprender a ciência dos rebojos,
vem escutar os cânticos noturnos
no mágico silêncio do igapó
coberto por estrela de esmeralda.*
(APA, p. 73/74)

O rio é a certeza de que existe lugar: ¹ Tietê, Capibaribe, Amazonas

O que é ser-rio, e correr?
Fernando Pessoa

Os homens seguiram os cursos correntes de água ou foram conduzidos por eles, por toda parte.

Através desses caminhos líquidos povoaram o mundo com as marcas indelévels da história humana. Às margens dos rios floresceram e se arruinaram cidades, impérios, leis, religiões.

O rio, entre a ficção e a realidade, foi usado para muitos fins. Quando José Arcádio, juntamente com os outros habitantes, construiu as casas da Macondo de *Cem Anos de Solidão*, preocupou-se para que a distância delas em relação ao rio fosse a mesma. O *Sidarta* de Hesse encontrou nas vozes do rio o fim da sua busca e o acesso ao Nirvana. Os fenícios fizeram dos rios seus mercados. Os egípcios, nos deltas do Nilo, edificaram uma civilização que ainda hoje guarda segredos.

O rio é ao mesmo tempo algo universal, porque existem rios em todo lugar, e particular, porque individualizado pela relação que com ele estabelecemos histórica e culturalmente. O que significa dizer que a cultura se esboça na água, naquilo que ela correntemente oferece. Como falar de *Paris* sem o Sena, de *Lisboa* sem o Tejo, de *Buenos Aires* sem o Prata?

Os rios são como documentos feitos de água, como se fossem pergaminhos meandrados. Um poeta já não dissera ser o Amazonas um *rio palimpsesto*? Como imaginar São Paulo sem meter o Tietê no meio do território da história? Como ler o Nordeste sem os rios irmãos do Capibaribe, com a sua intermitência: cheios quando há chuva, entrecortados quando chuva não há?

O rio é um mar de signos. É preciso desvendá-lo.

¹ - Parafraseando Adélia Prado, que no poema "Legendas Com a Palavra Mapa" diz: *O mapa é a certeza de que existe o lugar.*

Bibliografia

Livros

- ALVES, Rubem. *O poeta, o guerreiro, o profeta*. 2ª ed. Petropolis: VOZES, 1993.
- CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. Trad. Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo: Moraes, 1984.
- HESSE, Herman. *Sidarta*. Rio de Janeiro: Record, 1985.
- MELLO, Thiago. *Mormaço na Floresta*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- MELO NETO, João Cabral. *Morte e vida severina e outros poemas em voz alta*. 33ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- RICARDO, Cassiano. *Seleção em prosa e verso*. Organização, estudos e notas da Professora Nelly Novaes Coelho. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- _____. *Martim Cererê*. 17ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- SECCHIN, Antonio Carlos. *João Cabral: A poesia do menos*. São Paulo: Duas Cidades, 1985.

Poesias

O Sem-Fim (OSF), de Cassiano Ricardo
O Rio (OR) e *Morte e Vida Severina (MVS)*, de João Cabral de Melo Neto

Como Um Rio (CR) e *Amazonia, Pátria da Água (APA)*, de Thiago de Mello.

NA BUSCA DOS MOMENTOS, A DESCOBERTA DA TRANSIÇÃO: O ESTUDO DA URBANIZAÇÃO DE RONDONÓPOLIS-MT

Júlio César Suzuki
Departamento de Geografia USP

RESUMO:

No estudo de caso sobre a urbanização de Rondonópolis, procurou-se compreender a gênese da ocupação do espaço rondonopolitano, diferenciar as formas de apropriação privada da terra nesse processo, marcar a importância do Estado na urbanização de Rondonópolis e relacionar a influência que as transformações na apropriação privada da terra, bem como nas relações sociais de produção, tiveram no modo de vida dos moradores do aglomerado; superando reducionismos presentes em estudos sobre a transição do rural ao urbano, que em grande parte, focalizam apenas o crescimento populacional e a expansão da malha urbana, ao incorporar a expansão da propriedade privada, as relações sociais de produção e a ação administrativa do Estado na transição do rural ao urbano e de povoado a cidade, indicando que o processo de urbanização é marcado por rupturas, heranças do passado e germes do futuro.

PALAVRAS CHAVE:

Campo-cidade, rural-urbano, Mato Grosso, urbanização, frente pioneira.

RÉSUMÉ:

Étudiant le cas de l'urbanisation de Rondonópolis, on a cherché à comprendre la genèse de l'occupation de l'espace rondonopolitain; à faire la différenciation des formes d'appropriation privée de la terre dans ce processus; à marquer l'importance de l'État dans l'urbanisation de Rondonópolis et à relacioner l'influence que les transformations dans l'appropriation privée de la terre et dans les relations sociales de production ont eu dans le mode de vie des habitants de l'agglomération. On a essayé de refuser les réductionnismes des études sur la transition du rural à l'urbain, qui en majeure partie, envisagent seulement l'augmentation de la population et l'expansion du tissu urbain, au moment d'incorporer l'expansion de la propriété privée, les relations sociales de production et l'action administrative de l'État dans la transition du rural à l'urbain et du village à ville, indiquant que le processus de l'urbanisation est marqué par des ruptures, héritages du passé et germes de l'avenir.

MOTS CLEF:

Champ-ville, rural-urbain, Mato Grosso, urbanisation, front pionnier.

A busca de se compreender o processo de urbanização de Rondonópolis, aglomerado surgido às margens do rio Vermelho (um afluente do rio São Lourenço que pertence à bacia do Paraguai) iniciou-se, ainda, durante a graduação, quando realizei alguns levantamentos que foram apontando para uma completa inexistência de uma explicação que desse conta do processo de urbanização de Rondonópolis como um todo. Não havia ainda um trabalho acadêmico centrado na gênese da cidade de Rondonópolis nem no processo de ocupação regional.

Esses levantamentos realizados durante a graduação me possibilitaram perceber que Rondonópolis passara por um crescimento demográfico bastante acentuado de 1950 a 1980. No discurso corrente, esse crescimento demográfico foi relacionado ao crescimento econômico do lugar, sem haver um estudo mais aprofundado que constituísse a relação entre o plano da demografia e o das atividades econômicas.

Quanto às atividades econômicas, era salientado que Rondonópolis passara por momentos importantes na produção agrícola, ora

na produção de arroz, ora na produção de algodão, ora na produção de soja. Não fora feito ainda a reconstrução histórica da produção agrária do lugar, valorizando a articulação dessa história com a transformação de seu volume e ampliação de sua área de comercialização.

Naquele momento da graduação, pouco ainda se conhecia sobre a expansão urbana de Rondonópolis, pois nenhum estudo havia considerado esse aspecto do crescimento da cidade, mas saltava aos olhos que deveria haver alguma razão para tantos loteamentos, tantos lotes vazios e a existência às vezes de loteamentos inteiros sem edificações.

O grande problema dos estudos até então realizados era a completa ausência de um aprofundamento da História do lugar, anterior ao desmembramento municipal. A grande desculpa era a de que não havia fontes disponíveis.

Essa lacuna na reconstituição da História de Rondonópolis conduziu a uma interpretação evolucionista, não sendo possível perceber que não havia um único ritmo no desenvolvimento demográfico e econômico do lugar.

No entanto, no trabalho de Luci Léa Lopes Martins Tesoro, *Rondonópolis-MT: um entroncamento de mão única; O processo de povoamento e de crescimento de Rondonópolis na visão dos pioneiros (1902-1980)*¹ descortinou-se um contraponto às discussões demográfica e econômica correntes, pois se provou que nem sempre houvera crescimento no número de moradores do aglomerado nem das atividades econômicas. Marcara, a autora, ter havido, até a década de 40, grande oscilação demográfica e econômica, apontando que o processo de urbanização de Rondonópolis não fora contínuo, homogêneo ou linear².

Somente após o final da década de 40, não há mais redução no número de moradores nem no

volume da produção agrária total, mesmo havendo alterações quanto às espécies cultivadas que vão se adequando ao mercado que se amplia.

As transformações pelas quais passou o aglomerado ainda foram reconhecidas por Tesoro através da identificação de “duas formas de vida”, sendo que na primeira os moradores buscavam apenas sobreviver, enquanto na segunda, novos moradores, migrantes procedentes de vários lugares, pretendiam enriquecer-se e fazer crescer o povoado de Rondonópolis.³

Partindo, então, da existência de “duas formas de vida” procurei relacioná-las ao processo de urbanização, preocupando-me em distinguir categorias de análise que pudessem instrumentalizar a pesquisa, já que apenas a quantificação da variação demográfica, do crescimento das atividades econômicas, ou a expansão urbana, não poderiam elucidar a determinação da ocupação das terras rondonopolitanas nem explicar o processo de urbanização.

Fugindo então das explicações correntes, incorporei à pesquisa a análise da ação administrativa do Estado, da expansão da propriedade privada e da transformação das relações sociais de produção.

Nesse momento da pesquisa, já tinha em mente distinguir a urbanização em dois momentos: o de povoado e o de cidade. Para tanto, foi necessário utilizar uma noção mais abrangente que incorporasse esses dois momentos. A noção escolhida foi a de aglomerado, pois assim poderia salientar a concentração de moradores e atividades no lugar, podendo então discutir as transformações demográficas e econômicas, inseridas no processo de expansão da propriedade privada da terra e de mudanças nas relações sociais de produção.

O sentido da análise, como se pode perceber, não estava fechado no início da pesquisa, foi se reestruturando no desenvolvimento da compreensão do processo de urbanização de Rondonópolis.

Não tinha em mente, no início da pesquisa, quais seriam as categorias que me ajudariam a interpretar a realidade em que me debruçava. O encontro com as categorias foi se dando lenta e progressivamente. O ponto de partida foi a tomada de conhecimento das noções de frente de expansão

¹ Luci Léa Lopes Martins Tesoro, *Rondonópolis-MT: um entroncamento de mão única; O processo de povoamento e de crescimento de Rondonópolis na visão dos pioneiros (1902-1980)*, São Paulo, FFLCH-USP, 1993, 2.v., Tese de Doutorado.

² - Henri Léfèbvre afirma que: *O historiador e o sociólogo não podem admitir a hipótese de uma evolução contínua (...)* (Na tradução espanhola: *El historiador y el sociólogo no pueden admitir la hipótesis de una evolución continua (...)*) (Henri Léfèbvre, *De lo rural a lo urbano*, Barcelona, Península, 1975, p.33).

³ - Luci Léa Lopes Martins Tesoro, *op. cit.*, p.197

e frente pioneira, com a leitura de autores como: Pierre Monbeig ⁴ Leo Waibel ⁵ Otávio Guilherme Velho ⁶ e José de Souza Martins ⁷ que me possibilitaram perceber que a análise da frente de expansão e da frente pioneira nada mais é do que a análise da expansão da fronteira interna, através do movimento de expansão demográfica e econômica, distinguindo essa expansão, por Arthur Neiva, como fronteira demográfica e fronteira econômica ⁸

Uma importante observação é necessária. A frente de expansão foi mais estudada pelos antropólogos que salientaram em seus estudos o confronto interétnico. Os geógrafos estudaram mais a frente pioneira e tiveram como referência o confronto entre o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor ⁹

A distinção das categorias de frente de expansão e de frente pioneira alcançou uma construção mais elaborada em José de Souza Martins, para o qual a frente pioneira está vinculada à incorporação de novas terras pela economia de mercado, havendo mercantilização da terra, enquanto que a frente de expansão se integra pela absorção de excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realiza como

mercadoria, havendo o uso privado de terras devolutas. ¹⁰

Essa distinção entre frente de expansão e frente pioneira foi bastante significativa em aguçar meu olhar para perceber que as relações mercantis, a mercantilização da terra e o trabalho assalariado não se estabeleceram quando da chegada dos primeiros migrantes, oriundos de Goiás.

Nas terras rondonopolitanas, em um primeiro momento, os migrantes chegavam e se apropriavam das terras devolutas. Esses migrantes, por não produzirem tudo de que necessitavam, precisavam ir a Cuiabá trocar parte da produção agrária por outros produtos, como o sal. Esses migrantes, que eram goianos, realizaram economia do excedente ¹¹ com o uso de trabalho familiar.

As relações mercantis foram se ampliando com a ação de pequenos comerciantes, a presença de balsas e a comercialização com a Capital. No entanto, o retrocesso demográfico posterior a 1930, foi restringindo a ampliação das relações mercantis que só voltaram a se estabelecer após o final da década de 40.

Contribuindo para melhorar a comunicação entre o povoado de Rondonópolis e outros lugares, possibilitando a comercialização da produção agrária que também passava a se ampliar a partir do final da década de 40, são melhorados os caminhos construídos e as estradas de rodagem; estas com base em caminhos outrora abertos.

Esse momento, de final da década de 40 até 1960, é bastante significativo no crescimento demográfico de Rondonópolis, tanto da cidade, quanto do município. Esse crescimento demográfico foi motivado pela doação de terras nas colônias agrícolas, o que também contribuiu para o aumento na produção agrária.

Esse momento, também, é bastante significativo no que toca à expansão urbana, pois é na década de 60 que foram aprovados os primeiros loteamentos privados de Rondonópolis, sendo que até então havia apenas um quadrilátero inicial,

4 - Pierre Monbeig, *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*, São Paulo, Martins, 1940; Pierre Monbeig, *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*, São Paulo, Difel, 1957; Pierre Monbeig, *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, São Paulo, Hucitec, 1984.

5 - Leo Waibel, *Capítulos de Geografia Tropical*, 2.ed., Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

6 - Otávio Guilherme Velho, *Frentes de expansão e estrutura agrária; Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

7 - José de Souza Martins, *Capitalismo e Tradicionalismo*, São Paulo, Pioneira, 1975; José de Souza Martins, A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil, *Tempo Social*, São Paulo, FFLCH-USP, 6 (1-2):1-25, junho de 1995; José de Souza Martins, O tempo da fronteira — Retorno à controvérsia sobre o tempo da frente de expansão e da frente pioneira, *Tempo Social*, São Paulo, FFLCH-USP, 8(1):25-70, maio de 1996.

8 - José de Souza Martins, *Capitalismo e tradicionalismo*, *op. cit.*, p.45.

9 - José de Souza Martins, O tempo da fronteira — Retorno à controvérsia sobre o tempo da frente de expansão e da frente pioneira, *op. cit.*, p.27-8.

10 - José de Souza Martins, *Capitalismo e tradicionalismo*, *op. cit.*, p.45-53.

11 - A análise da economia do excedente foi muito bem posta por José de Souza Martins em duas de suas publicações: '*Capitalismo e tradicionalismo*' e '*O tempo da fronteira — Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*', ambas anteriormente citadas.

definido, em 1918, por Otávio Pitaluga, e ampliado, em 1947-48, por Domingos de Lima, e a Vila operária, loteada por Daniel Martins Moura, no final da década de 50.

Na década de 60, são registrados vários loteamentos, apontando para a constituição de um mercado imobiliário. No entanto, havia ainda doação de terrenos na cidade, como atrativo para incentivar a migração.

Ao mesmo tempo que isso acontecia na cidade, as relações de trabalho no campo começam a se alterar com a presença de arrendatários e de trabalhadores assalariados, mas ainda predominando o trabalho familiar.

Dessa forma, pude perceber que Rondonópolis estava passando, desde o final da década de 40, pela sobreposição da frente de expansão pela frente pioneira.

No entanto, essa sobreposição não se dava de forma brusca, mas com a transposição lenta de características: doação e mercantilização de terras, trabalho familiar e trabalho assalariado, economia do excedente e economia comercial. Assim, mesmo aceitando que o momento de frente de expansão fosse gênese do momento de frente pioneira, não podia olvidar essa coexistência de características, resíduos de outros tempos e germes do futuro.

Foi então que percebi não serem as frentes tão distintas como pensara na primeira fase da pesquisa. Havia tempos históricos que se misturavam em um mesmo tempo cronológico, ou seja, coexistiam temporalidades diferenciadas.

A temporalidade ou tempo histórico se identifica com o tempo da experiência, ou seja, é marcado pela subjetividade. Por outro lado, o tempo cronológico é identificado com o tempo do relógio, portanto abstrato.¹²

As temporalidades que coexistiam em Rondonópolis, no entanto, não destruíam a separação entre dois momentos da urbanização, mas os redimensionavam na compreensão do processo de expansão da propriedade privada da terra.

Os dois momentos da urbanização de Rondonópolis são bastante díspares, um em que era um simples povoado, com poucas edificações,

algumas ruas e a vida dos moradores bastante vinculada ao rural; e o outro momento em que Rondonópolis era já uma cidade, com vários loteamentos, ampla área loteada e com edificações e bastante separada do rural.

Era então necessário compreender a urbanização de Rondonópolis nessa transição de povoado a cidade e de rural a urbano. No entanto a compreensão da urbanização de Rondonópolis, na transição de povoado a cidade e de rural a urbano, não podia olvidar essa coexistência de temporalidades diferenciadas. Nesse sentido, vale ressaltar que, nessas transições, não se pode considerar que a urbanização tenha dois momentos distintos e separados, constituídos cada um deles com características particulares e puras, já que há a existência de temporalidades diferenciadas.

A existência de várias temporalidades em um mesmo tempo cronológico é muito bem explícito quando se tem a presença do camponês, ainda existente nas pequenas propriedades; do pequeno agricultor próspero produzindo para o mercado; do grande empresário rural, produzindo em grandes propriedades e com ampla mecanização; do índio Bororo integrado, mas não assimilado; do grande proprietário de terra, interessado no ganho com a comercialização da terra; e do pistoleiro a seu mando.

A transição de povoado a cidade não se deu de um dia para o outro, foi se gestando desde a chegada de migrantes goianos, em 1902, até o início da década de 60.

O período que se estende do final da década de 40 até o início da de 60 é o momento de transição na forma de apropriação da terra. Em vez de doação de terras, passa a predominar a compra e venda, ou seja, a mercantilização como forma de apropriação privada.

A transição de povoado a cidade vai se constituindo no período em que o aglomerado foi adensando suportes, tanto alguns que já existiam, como pequenas casas comerciais, olarias, escolas e caminhos, quanto desenvolve novos, como as revendedoras de máquinas agrícolas, a ampliação e melhoria dos caminhos, construção de pontes e abertura de agências bancárias. O adensamento desses suportes foram fundamentais para a realização e circulação das atividades agrárias. Esse período em que o aglomerado de Rondonópolis está adensando esses suportes, considere-o ainda como povoado.

12 - Paulo Roberto Arruda de Menezes, A questão do herói-sujeito em *Cabra marcado para morrer*, filme de Eduardo Coutinho, *Tempo Social*, São Paulo, FFLCH-USP, 6(12):107-26, junho de 1995, p.112.

No entanto, é necessário salientar que a transição povoado-cidade só pode ser compreendida na intrínseca relação que há entre agricultura e urbanização — que uma visão dualista (campo-cidade) não consegue abarcar —, já que as atividades agrárias só podem se desenvolver com os suportes adensados na aglomeração. Essa compreensão da cidade enquanto materialização das condições gerais de produção e consumo foi utilizada por Sandra Lencioni para o estudo da urbanização em área agrícola; em que reconheceu que para a reprodução ampliada do capital é fundamental a existência da cidade ¹³

A constituição das condições gerais de produção e reprodução do capital se gestou, então, na transição de povoado a cidade, que só foi possível com o desenvolvimento da divisão do trabalho entre campo e cidade e o desenvolvimento da relação cidade-campo; fomentados pela capitalização das relações sociais.

A transformação nas relações sociais de produção está intimamente relacionada à expansão da propriedade privada da terra. Dessa forma, a divisão do trabalho que foi se constituindo na expansão da propriedade privada da terra, contribuiu para a separação entre o campo e a cidade.

A expansão da propriedade privada possibilitou a transformação da terra em mercadoria, tanto na cidade, quanto no campo. Isso corrobora a interpretação de que o processo de urbanização, ao invés de separar o rural e o urbano, une-os na discussão da propriedade privada da terra.

Tal discussão tinha em seu bojo a análise da atuação administrativa do Estado, grande responsável pela integração econômica e política de Mato Grosso, em especial da porção Centro-Leste, já que é o Estado que integra os espaços, possibilitando a expansão do capital e da propriedade privada da terra.

A integração da porção Centro-Leste de Mato Grosso — atualmente Sudeste do estado — foi de suma importância para a transição de povoado a cidade de Rondonópolis, pois só assim ocorreu a

ampliação da produção de excedentes, necessária para a divisão do trabalho entre campo e cidade, que só é possível a partir do momento em que o sistema produtivo gera um excedente para além das necessidades de consumo imediato. No entanto, conforme assegura Paul Singer, não somente a produção de um excedente alimentar possibilita o surgimento da cidade, mas é necessário que se criem instituições sociais, uma relação de dominação e de exploração, que se assegure a transferência do excedente do campo à cidade¹⁴

Assim, a distinção entre campo e cidade acontece a partir do momento em que há um excedente de produção agrária, sem esse excedente não haveria possibilidade de manter alguns moradores do aglomerado desenvolvendo atividades não agrárias. Mas para que esse excedente seja transferido para o aglomerado, foi necessário que houvesse instituições sociais que viabilizem essa transferência, tais como a prefeitura, a Escola e a Igreja.

Dessa forma, pode-se distinguir dois momentos da urbanização, um em que o aglomerado é um povoado, e outro em que já é cidade, pois só há cidade quando há divisão do trabalho entre campo e cidade, já que no momento de sua produção, a cidade não pode surgir com uma atividade produtiva própria ¹⁵

Em resumo, posso então afirmar que a transição de povoado a cidade foi se gestando no adensamento de suportes necessários à realização de atividades agrárias, bem como na constituição da divisão do trabalho entre campo e cidade e no estabelecimento de atividades explicitamente urbanas.

No entanto, a gênese da cidade de Rondonópolis não se desvincula, também, de seu contexto regional: a realidade mato-grossense. Dessa forma, para se compreender a determinação da produção da cidade de Rondonópolis foi necessário adentra-me um pouco na história do estado de Mato Grosso, já que para ocorrer a integração econômica foi necessária a integração política dessas terras. Além do mais, o capital não chega apenas em Rondonópolis, mas em todas as terras mato-grossenses, que foram ocupadas, inicialmente, por luso-brasileiros, com incentivo e

¹³ Sandra Lencioni, *Agricultura e urbanização; A capitalização no campo e a transformação da cidade — Jardimópolis, o estudo de um lugar*, São Paulo, FFLCH-USP, 1985; Sandra Lencioni, *Agricultura e urbanização; A intensificação do capital no campo e a nova relação rural urbano no estado de São Paulo*, *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, USP, (4):41-51, 1985.

¹⁴ Paul Singer, *Economia política da urbanização*, São Paulo, Brasiliense, 1990, p.13.

¹⁵ Paul Singer, *op. cit.*, p.13.

apoio da Coroa portuguesa, interessada na expansão de seu domínio no continente americano sobre terras pertencentes ao domínio espanhol após o final do século XV.

As descobertas de veios auríferos, no começo do século XVIII, contribuíram para que se aglomerassem as atividades extrativas e os primeiros moradores.

Dessa forma, interesses geopolíticos da Coroa portuguesa, aliados à busca de trabalho na extração aurífera e de enriquecimento com essa atividade conduziram à gênese das primeiras aglomerações no século XVIII. Nesse momento, a extração diamantífera contribuiu, ainda, para o surgimento de aglomerações.

No entanto, com a crise da extração aurífera e diamantífera, no final do século XVIII, os moradores da capitania de Mato Grosso desenvolveram outras atividades extrativas, bem como algumas atividades produtivas subsidiárias àquelas.

É então, no final do século XVIII, que começam a se desenvolver a produção de aguardente e de açúcar, a produção pecuária de rebanhos e de charque, a extração de poaia, de látex e de erva-mate.

As riquezas extraídas ou produzidas em terras mato-grossenses, no entanto, precisavam ser transportadas para completarem o circuito da mercadoria. Os meios de transporte eram de suma importância.

No século XVIII e XIX, os meios de transporte mais utilizados foram o fluvial pelos rios Guaporé-Mamoré-Madeira-Amazonas, pelos rios Tiete-Paraná-Pardo-Taquari-Cuiabá e pelo rio Paraguai (via bacia do Prata); e o terrestre pelo caminho Cuiabá-Goiás. Já no século XX, começa a ser, também, utilizado o transporte ferroviário na circulação da produção de rebanhos e de charque.

Em resumo, posso afirmar que o entendimento da gênese e constituição dos aglomerados, no século XVIII e XIX, está fundado no desenvolvimento da atuação geopolítica e administrativa da Coroa portuguesa e posterior do Estado brasileiro, e no desenvolvimento de atividades extrativas e produtivas.

Já o entendimento da gênese e constituição dos aglomerados, no século XX, está fundado em uma nova determinação que passa a interferir no direcionamento dos fluxos migratórios para as terras mato-grossenses: a busca de terra de negócio e de

terra de trabalho.

A distinção entre terra de negócio e terra de trabalho foi cunhada por José de Souza Martins, para o qual a terra de negócio se caracteriza por ser instrumento de exploração do trabalho de outrem, ou para ser vendida por alto preço, com o objetivo de lucro, direto ou indireto; enquanto a terra de trabalho é aquela apossada pelo trabalhador, que nela se dedica para retirar o seu sustento e de seus familiares.¹⁶

Essa nova determinação da ocupação das terras mato-grossenses teve sua origem na Lei de Terras de 1850, com a qual se estabelece, na voz de Roberto Smith¹⁷ a possibilidade da absolutização da propriedade fundiária, com a qual se condiciona a existência da propriedade mercantil da terra.

Quanto a Rondonópolis, a propriedade jurídica da terra não se estabeleceu como predominante desde a chegada dos primeiros moradores do aglomerado, surgido às margens do rio Vermelho, ou seja, a forma de apropriação predominante nesse momento de fixação foi o da posse da terra, sendo que o confronto entre os migrantes interessados em terra de negócio e os migrantes interessados em terra de trabalho só vai existir quando as terras vão sendo fechadas a novos migrantes interessados em terra de trabalho que vão chegando.

Nessa transição do predomínio do uso privado de terras devolutas para a propriedade privada da terra, também, começam a se constituir as bases para que o aglomerado reunisse condições para assegurar o desenvolvimento das atividades agrárias.

Foi, também, ocorrendo a melhoria e ampliação dos meios de transporte, o crescimento da produção agrária, a constituição de relações comerciais mais estáveis, expansão e aumento no tamanho das casas comerciais, a migração do capital agrário e comercial para a constituição do mercado imobiliário, o aumento do ritmo de expansão urbana, a abertura de agências bancárias e de

16 - José de Souza Martins, *Expropriação e violência; a questão política no campo*, São Paulo, Hucitec, 1991, p.45.

17 Roberto Smith, *Propriedade da terra e transição; Estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1990.

revendedoras de máquinas agrícolas, e a construção de lugares destinados ao lazer; ocorrendo, então, a transição de povoado a cidade e de rural a urbano.

A capitalização ocorreu, tanto no campo, quanto na cidade, criando novas condições para dar continuidade ao ciclo de reprodução ampliada do capital.

Com a instalação e desenvolvimento dessa lógica capitalista, não só o lugar se transformou, mas também o modo de vida dos moradores de Rondonópolis. Na cidade, os moradores não mais passeiam montados a cavalo, raramente fazem serenatas, poucos se visitam para um cafezinho e

um pedaço de bolo, os rios não são mais lugares sadios para o descanso e a recreação, as galinhas já não mais ciscam pelas ruas, a chuva não faz mais tanta lama, as carroças não são mais um meio de transporte de grande valia. O movimento do aglomerado, agora, é marcado pelo uso do dinheiro, pelo trânsito de carros, pelo asfaltamento de grande parcela das ruas, por danceterias, por festas de grande porte que transformaram tradições folclóricas em mercadoria.

A expansão da propriedade privada transformou o povoado em cidade e produziu a transição do rural ao urbano.

Bibliografia

- LÉFÈBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona, Península, 1975.
- LENCIONI, Sandra. *Agricultura e urbanização; A capitalização no campo e a transformação da cidade — Jardinópolis, o estudo de um lugar*. São Paulo, FFLCH-USP, 1985.
- LENCIONI, Sandra. *Agricultura e urbanização; A intensificação do capital no campo e a nova relação rural urbano no estado de São Paulo*. *Revista do Departamento de Geografia*. São Paulo, USP, (4):41-51, 1985.
- MARTINS, José de Souza. *A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil*. *Tempo Social*. São Paulo, FFLCH-USP, 6(1-2):1-25, junho de 1995.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo, Pioneira, 1975.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência; a questão política no campo*. São Paulo, Hucitec, 1991.
- MARTINS, José de Souza. *O tempo da fronteira — Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*. *Tempo Social*. São Paulo, FFLCH-USP, 8(1):25-70, maio de 1996.
- MENEZES, Paulo Roberto Arruda de. *A questão do héroi-sujeito em Cabra marcado para morrer*, filme de Eduardo Coutinho. *Tempo Social*. São Paulo, FFLCH-USP, 6(1-2):107-26, junho de 1995.
- MONBEIG, Pierre. *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo, Martins, 1940.
- MONBEIG, Pierre. *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo, Difel, 1957.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 1984.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição; Estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- TESORO, Luci Léa Lopes Martins. *Rondonópolis-MT: um entroncamento de mão única; O processo de povoamento e de crescimento de Rondonópolis na visão dos pioneiros (1902-1980)*. São Paulo, FFLCH-USP, 1993. 2.v. (Tese de Doutorado).
- VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária; Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical*. 2.ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

Endereço do autor: Rua da Reitoria, 109 CRUSP Bloco E Apto. 407 e-mail: suzukijc@usp.br
Cidade Universitária São Paulo SP

(Este artigo foi apresentado, em 03.02.97, na sessão de defesa de dissertação de mestrado do autor, ocorrida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana. O curso de mestrado foi orientado pela Prof^a Dr^a Sandra Lencioni)

REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO: O BRASIL AGRÍCOLA MODERNO

Denise Elias
Departamento de Geografia - UEC

RESUMO:

A Região de Ribeirão Preto, composta por mais de 80 municípios à nordeste do Estado de São Paulo foi, no quadro brasileiro, uma das primeiras a ser largamente exposta à produção e às trocas globalizadas das atividades agrícolas. A etapa de desenvolvimento econômico que se inicia em meados do presente século conheceu seu impulso definitivo na década de 70. Com as metamorfoses desencadeadas pela revolução científico-técnica e com as novas formas de produção material e não material por ela apropriadas, a região se transformou num palco de modernizações sucessivas, o que modificou toda sua geografia, dando novo sentido ao seu tempo e ao seu espaço. Uma de suas novas características, é um processo acelerado de urbanização e crescimento urbano, promovidos entre outros, pelas novas relações entre a cidade e o campo, desencadeadas pelas novas necessidades do consumo produtivo da agropecuária moderna.

PALAVRAS-CHAVE:

Meio técnico-científico-informacional, complexo agroindustrial, consumo produtivo, cidade do campo, urbanização corporativa.

ABSTRACT:

The region of Ribeirão Preto, composed of more than 80 cities in the Northern of São Paulo State was, in Brazil, one of the first cities to be largely exposed to global production and exchanges of agricultural activities. The stage of economic development that starts in the beginning of this century knew its definite impulse in the 1970s. Through the metamorphosis provoked by the technical-scientific revolution and through new forms of material and non-material production provided by it, this region has been transformed into a scene of successive modernization, what has changed all its geography, attributing a new sense to its time and to its space. One of its new characteristics is a quick process of urbanization and urban growth, promoted, among other factors, by new relations between city and countryside, provided by the new necessities of productive consumption of modern agriculture.

KEY-WORDS:

Informational-scientific-technical means, agroindustrial complex, productive consumption, countryside city, corporate urbanization.

A Região de Ribeirão Preto (SP) ¹ foi, no quadro brasileiro, uma das primeiras a ser largamente exposta a modernização inerente ao *período técnico-científico*. Desde o primeiro

momento de mecanização do território, a região tem se mostrado um verdadeiro campo de provas para a difusão de inovações, especialmente associadas às novas demandas da produção e das trocas globalizadas das atividades agrícolas. A etapa de desenvolvimento econômico que se inicia em meados do presente século conheceu seu impulso

1 - Consideramos aqui a divisão político-administrativa da Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, que dividia este estado em 11 regiões administrativas até meados da década de 80, entre as quais a de Ribeirão Preto, composta por 80 municípios a nordeste do Estado de São Paulo. Considerando a divisão utilizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para a

divulgação dos dados censitários, a Região de Ribeirão Preto seria composta pelas microrregiões homogêneas de Barretos, Serra de Jaboticabal, Ribeirão Preto, Araraquara, Planalto de Franca, Serra de Batatais e Alta Mogiana.

definitivo na década de 70. Desde então, a região tem acumulado progressivamente recursos técnicos e financeiros, aumentando a composição técnica e orgânica de seu território, transformando-se numa das principais manchas de modernização agropecuária do país.

As transformações foram substanciais quanto a forma, o tipo e a intensidade das relações de toda a natureza, metamorfoseando o espaço antigo e criando um novo, no campo e nas cidades, caracterizado pela grande quantidade e diversidade de *fixos artificiais e fluxos* de todos os tipos e intensidades, assim como pelos novos nexos presididos pelas cidades e produzidos tanto no campo, quanto fora da própria Região de Ribeirão Preto. Com as metamorfoses desencadeadas pela revolução científico-técnica e com as novas formas de produção material e não material por ela propiciadas, a região se transformou num palco de modernizações sucessivas, o que modificou toda sua geografia, dando novo sentido ao seu tempo e ao seu espaço. Uma de suas novas características, é um processo acelerado de urbanização e crescimento urbano, promovidos, entre outros, pelas novas relações entre a cidade e o campo, desencadeadas pelas novas necessidades do consumo produtivo da agropecuária moderna.

1 A modernização agropecuária

Na Região de Ribeirão Preto, o processo de modernização agropecuária inerente ao atual sistema temporal foi um dos mais intensos do Brasil em geral e do Estado de São Paulo em particular. A adoção de novos *sistemas técnicos* e de novos *sistemas de ação* (Santos, 1994) aumentou sua produtividade e sua produção, transformando-a numa das principais produtoras agrícolas de São Paulo ² Considerando

2 Se considerarmos a produção média da região e do Estado de São Paulo, no triênio 1979/80 - 1980/81, teríamos a Região de Ribeirão Preto como a principal produtora de soja (62%), assim como de laranja (41%), cana-de-açúcar (40%), milho (25%), amendoim (23%), tendo ainda participação importante na produção de algodão (29%), café (20%) e arroz (18%). No ano de 1983/84 detinha 27% de toda a área agrícola deste Estado, 34% da sua produção e 27% do valor da produção (Seade, 1988, p. 41-42).

ser este Estado o *núcleo do padrão agrário moderno* (Muller, 1985 e 1988), a modernização da atividade agropecuária da região considerada foi uma das mais importantes e complexas de todo o país, atingindo índices de difusão de inovações dificilmente comparáveis aos de outras áreas.

Antes mesmo da generalização do atual período histórico, a região já merecia destaque pelo seu dinamismo econômico propiciado pela produção cafeeira, quando no final do século XIX, firmava-se como a principal produtora do Estado de São Paulo e, conseqüentemente, do país. A acumulação de capital propiciada com o café deu-lhe o dinamismo capaz de vencer a crise do final da década de 20, advinda com a queda internacional do preço deste produto, e de diversificar sua produção, dando lugar ao desenvolvimento de outras culturas, como a de cana-de-açúcar, arroz, milho, feijão, algodão etc.

Desde os anos 60, a região vem conhecendo um processo dinâmico de modernização agrícola, que se intensifica sobremaneira na década posterior, passando por mudanças radicais. Desde então, acumula, progressivamente, recursos técnicos e financeiros, que foram capazes de mudar sua base técnica e organizacional. O uso intensivo de ciência, tecnologia, informação, capital financeiro e industrial foram os principais vetores de sua modernização. As diversas políticas públicas empreendidas pelo Estado federal, sejam inerentes à pesquisa tecnológica, ao crédito agrícola, à implantação de infra-estrutura, entre outras, foram também imprescindíveis ao processo que se sucedeu.

A magnitude do capital constante e financeiro implantado, o elevado grau de acesso às políticas agrícolas, assim como o contingente de força de trabalho, braçal e especializada, que se deslocou para a região deram os sustentáculos de sua modernização, atendendo aos propósitos da burguesia nacional e das grandes holdings que passaram a dominar os setores associados à agropecuária moderna.

A modernização da agropecuária da Região de Ribeirão Preto implicou num processo de utilização intensiva de capital e tecnologia, com intuito de aumentar a intensidade e o ritmo do trabalho e, conseqüentemente, aumentar a velocidade de rotação do capital das principais empresas agrícolas e agroindustriais. Inúmeras pesquisas tecnológicas voltadas para a produção agropecuária, envolvendo vários setores industriais como o químico, o mecânico, o de engenharia

genética, entre outros, desenvolveram uma gama muito grande de novos produtos na tentativa de suprir as deficiências do solo; as doenças das plantas; de conseguir um maior rendimento por hectare; de produzir, no laboratório, sementes mais produtivas; de construir máquinas para irrigar o solo; produzir venenos para as pragas das plantações; vacinas para o gado e uma quantidade incomensurável de outras inovações capazes de diminuir a dependência dos fatores naturais para a realização da produção.

O aspecto tecno-econômico da modernização agropecuária reside na alteração da parte fixa do capital constante, ou dos meios fixos de produção (tratores, arados com tração mecânica, caminhões, colheitadeiras), e na parte circulante do capital constante, ou dos elementos de custeio da produção (fertilizantes, defensivos, antibióticos, carrapaticidas), que passaram a participar de forma cada vez mais pesada na estrutura de custos da agropecuária (Muller, 1990 b, p. 111). Com a introdução destas variáveis à produção da região, processou-se uma contínua renovação das suas forças produtivas.

Com um número muito grande de inovações para a produção agrícola foi possível mudar a base técnica desta atividade, que passa a utilizar, cada vez mais, produtos industrializados como fatores fundamentais para a produção, adaptando-se às necessidades de maior rentabilidade dos capitais investidos no setor. A partir da década de 60 de forma intensiva, grande parte dos insumos utilizados para a realização da produção agropecuária não mais provém do laboratório natural, mas sim da produção social comandada pelo capital industrial, mostrando que, na região, nada mais acontece somente de acordo com as forças da natureza, ou seja, é necessário muito mais do que terra e trabalho para sua realização.

Outra importante característica da modernização da produção agropecuária da região é sua especialização. A rapidez das transformações técnico-econômicas propiciou que, em pouco mais de uma década, sua atividade agropecuária se reorganizasse, especializando-se na produção de algumas poucas culturas, que possibilitam uma maior rentabilidade financeira, assim como uma maior integração com modernas agroindústrias, substituindo a tradicional produção de alimentos pelas matérias-primas agroindustriais, colaborando, assim, para a erosão genética não apenas regional,

mas mundial ³

Processou-se, assim, uma desvinculação crescente da produção agrícola regional do consumo alimentar, uma vez que foi dada prioridade para o atendimento das demandas das agroindústrias, que passaram a constituir o motor principal da agricultura regional, eixo central dos processos emergentes desde então. A cana-de-açúcar e a laranja foram as culturas que mais cresceram em área plantada, em produtividade, que mais absorveram inovações, que receberam crédito agrícola, que mais tiveram a divisão do trabalho aprofundada etc, sendo responsáveis por grande parte da renda total gerada na região, assim como pelas metamorfoses sociais e territoriais nas últimas três décadas ⁴

As agroindústrias altamente capitalizadas e tecnologicamente avançadas, em especial as citrícolas e sucroalcooleiras, mas também as de óleos vegetais, carnes, laticínios, conservas e doces, bebidas, biscoitos, calçados, papel e celulose, etc, emergem concomitantemente à evolução das novas formas de produção e gestão que passam a dominar

3 Segundo Pat Roy Mooneu (1987, p. XXII), desde os primórdios da agricultura, cerca de 500 tipos de vegetais foram cultivados e em mil anos houve redução para 200, dos quais apenas 80 foram comercializados. Atualmente, apenas 20 vegetais são cultivados, representando 90% da dieta humana; desses, o trigo, o arroz e o milho representam mais de 75% do consumo de cereais

4 No início da década de 70, a produção de alimentos ainda ocupava uma parte significativa da área plantada da região, sendo o milho a cultura que ocupava a maior parte desta (28,5%), seguido pela cana (21%), o arroz (13,5%) e o algodão (11%), que ocupavam 74% da área cultivada. Dez anos mais tarde a cana despontava como a mais importante cultura (33%), seguida pela soja (20%), cuja produção era insignificante dez anos antes; a produção de citrus (14,5%) vinha em terceiro lugar e a de café (10%) em quarto lugar em ocupação de área plantada (Toyama, 1982, p. 74).

Desse modo, em 1980, a maior parte da área plantada (67,5%) encontrava-se ocupada com produtos destinados principalmente às agroindústrias: a cana-de-açúcar para a produção de açúcar e álcool combustível; a laranja para a produção de suco concentrado e a soja para o óleo comestível, farelo e rações.

Dados dos Censos Agrícolas (1970 e 1980) indicam que, durante a década de 70, o arroz, o algodão e o milho foram as culturas que mais tiveram suas áreas plantadas diminuídas, respectivamente, 59,5%, 49,5% e 36,5%. Durante a mesma década, a área ocupada com matas e florestas naturais diminuiu 35,5% (ou 87.817 ha)

a agropecuária da região nas últimas três décadas. Desenvolvem-se mantendo inúmeras relações com os demais setores da economia, seja o agropecuário para a obtenção de matéria-prima; o industrial para obtenção de máquinas e equipamentos, conservantes, etc, além de influenciar o desenvolvimento de inúmeras atividades comerciais e de serviços, localizadas não somente na região.

Podemos afirmar que, na Região de Ribeirão Preto, a ênfase ao desenvolvimento econômico voltado para a conquista de mercados internacionais de produtos alimentares industrializados ou semi industrializados acabou criando as condições técnicas e econômicas para uma organização de atividades agrícolas integradas à indústria e, assim, propiciando o desenvolvimento de grande número de atividades industriais modernas, sejam agroindustriais, de insumos para a agricultura ou ainda de máquinas e equipamentos para ambos os setores. O resultado é um significativo volume de produção industrial associado à atividade agropecuária, culminando num processo intenso de fusão ou integração de capitais destes dois setores econômicos, que passam a ser controlados por grandes empresas nacionais e multinacionais.

2 A aceleração da urbanização

O impacto de todas essas transformações econômicas na dinâmica populacional e na estrutura demográfica foi intenso. Concomitantemente a uma verdadeira revolução tecnológica da produção agropecuária e agroindustrial, ocorreu uma revolução demográfica e urbana, marcada por um grande crescimento populacional, principalmente urbano. Em comum com todo o Terceiro Mundo, a região tem apresentado um acelerado processo de urbanização e um notável crescimento urbano.

Uma das características do processo de modernização das atividades agropecuárias na Região de Ribeirão Preto é o desenvolvimento de uma gama muito extensa de novas relações entre o campo e as cidades. Isto se deve à integração crescente destas atividades ao circuito da economia urbana, uma vez que a cidade passa a ser o seu local de realização da regulação da agropecuária.

Isto se dá tanto pelo fato de seus produtos serem cada vez mais entregues aos mercados urbanos para serem processados e consumidos, mas, principalmente, porque a agropecuária

moderna tem o poder de impor especializações territoriais cada vez mais profundas. Dessa forma, as demandas das produções agrícolas e agroindustriais modernas têm o poder de adaptar as cidades próximas às suas principais demandas, convertendo-as no seu laboratório, uma vez que fornecem a grande maioria dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão-de-obra e de todos os demais produtos e serviços necessários a sua realização. Quanto mais modernas se tornam estas atividades, mais urbana se torna sua regulação.

A cada sopro de modernização das forças produtivas agrícolas e agroindustriais, as cidades da região se tornavam responsáveis por responder às demandas crescentes de uma série de novos produtos e serviços, dos híbridos à mão-de-obra especializada, o que fez crescer a urbanização, o tamanho e o número das cidades. As casas de comércio de implementos agrícolas, sementes, grãos, fertilizantes; os escritórios de 'marketing', de consultoria contábil; os centros de pesquisa biotecnológica; as empresas de assistência técnica, de transportes; os serviços do especialista em engenharia genética, veterinária, administração, meteorologia, agronomia, economia, administração pública, entre tantas outras se difundiram por todas as cidades da região. Diante disso, a modernização agropecuária não apenas ampliou e reorganizou a produção material, agrícola e industrial, mas foi determinante para a expansão quantitativa e qualitativa da produção não material.

O resultado é uma grande metamorfose e crescimento da economia urbana das cidades próximas das produções agrícolas modernas, paralelamente ao desenvolvimento de um novo patamar das relações entre cidade e campo, que pode ser vislumbrado mediante os diferentes *circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação* (Santos, 1986) que se estabelecem entre estes dois espaços. O crescimento da produção não material é devido ainda ao crescimento populacional e à revolução do consumo, erigida sob os auspícios do consumo de massa, que impõe inúmeras necessidades como se naturais fossem, associadas à existência individual e das famílias.

A Região de Ribeirão Preto é um exemplo importante de que, nas condições brasileiras, os lugares que mais rapidamente responderam aos apelos de uma produção agrícola e agroindustrial globalizadas estão entre os que mais fizeram surgir inúmeras atividades que escapam às classificações

mais tradicionais das atividades econômicas, particularmente do terciário. Nesta região, para melhor entendermos sua urbanização, temos que nos preocupar com a existência das novas atividades comerciais e de serviços, nem sempre disponíveis em forma de estatísticas, mas fundamentais para o reconhecimento da realidade.

Os anos 70 foram de radicais transformações para inúmeras velhas e novas atividades terciárias, com a instalação de muitos novos fixos e, conseqüentemente, a constituição de muitos novos fluxos, de matéria e de informação, seja internamente nas cidades, seja entre as cidades e o campo, seja entre as cidades. A intensificação e especialização da produção aumentou as trocas, assim como as possibilidades de fluxos internamente à região, da mesma forma que possibilitou a maior integração com o território nacional. Nesse processo, intensificaram-se as relações com a cidade de São Paulo, a metrópole mais completa do Brasil (Santos, 1990), assim como com o porto de Santos, por onde escoava grande parte da produção regional.

Com a fluidez possível graças à construção dos modernos *sistemas de engenharia* dos transportes e das comunicações, intensificaram-se as trocas de todas as naturezas, com grandes impactos na vida social e no território, reformulando o sistema urbano antigo. A expansão dos complexos agroindustriais (Muller, 1989) não teve repercussão apenas na estrutura técnica das suas respectivas atividades econômicas, mas causou profundos impactos nas relações sociais de produção, transformando o conjunto de normas e padrões que regulavam tais relações. O resultado é uma nova divisão social e territorial do trabalho, com grandes impactos na estrutura demográfica e do emprego, que culminam com um processo acelerado de urbanização.

O aprofundamento da divisões social e territorial do trabalho agrícola regional, possíveis a partir das condições de instantaneidade e de simultaneidade que se verificam com a revolução tecnológica, fez com que as relações entre as cidades da região se transformassem, aumentando as diferenças entre as mesmas, as quais se tornam cada vez mais distintas umas das outras, muito embora inúmeras características similares existam, dadas pelo processo uníssono que as gerem.

Uma vez que se organizaram para atender às demandas das atividades econômicas, o resultado

é uma total remodelação do território e a organização de um novo sistema urbano, hoje muito mais complexo do que há 30 anos, com uma veloz e incessante substituição do meio natural e do meio técnico pelo meio técnico-científico-informacional (Santos, 1985). Cada vez que o território da Região de Ribeirão Preto era reelaborado para atender à produção dos complexos agroindustriais, superpunham-se novos fixos artificiais sobre a natureza, aumentando a complexidade dos seus sistemas técnicos. O território tornava-se, assim, cada vez mais rígido, mais rugoso, promovendo uma *urbanização corporativa* (Santos, 1993), isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas. Dessa forma, o conhecimento do processo de expansão do meio técnico-científico-informacional na Região de Ribeirão Preto parece ser, a partir da análise do fenômeno espacial a nível regional, uma das vias de reconhecimento da sociedade e do território brasileiros atuais.

A Região de Ribeirão Preto constitui-se, dessa forma, numa das áreas mais modernas do *Brasil agrícola* (Santos, 1993), com grande desenvolvimento de áreas urbanas, cujos nexos essenciais devem-se às interrelações cada vez maiores criadas no contexto da globalização da produção e do consumo de produtos agrícolas industrializados. A modernização da atividade agrícola e agroindustrial, em especial, redefiniu o consumo do campo, que deixou de ser apenas consumptivo para ser cada vez mais *produtivo* (Santos, 1988), criando demandas até então inexistentes, ampliando o processo de urbanização.

As cidades da região têm, assim, se desenvolvido atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão, em grande parte, de forma globalizada. No período técnico-científico, as cidades se multiplicaram na região e passaram a desempenhar muitas novas funções, transformando-se em lugar de todas as formas de cooperação erigidas pela produção agrícola e industrial associadas aos complexos agroindustriais hegemônicos, notadamente associados à cana e à laranja.

Na Região de Ribeirão Preto não é apenas a cidade que tem força para receber e emitir numerosos e variados fluxos. Hoje, muitas das atividades realizadas no campo não são mais apenas agrícolas, mas também industriais, uma vez que

parte considerável das agroindústrias se localizam no campo, junto à produção de suas matérias-primas. Essas agroindústrias têm o poder de criar muitas novas relações, próximas e distantes, cujos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação buscam nexos distantes, criando uma gama de novas relações sobre o território, transformando radicalmente as tradicionais relações cidade-campo, sendo que estes dois espaços passam a emitir e receber uma grande quantidade de fluxos de matéria e de informação. O resultado foi uma total reorganização do território regional, urbano e rural, onde se destaca a expansão do meio técnico-científico-informacional no campo e nas cidades.

Tudo isso fez da urbanização da Região de Ribeirão Preto um fenômeno bastante complexo, dado a multiplicidade de variáveis que nela passam a interferir, como a modernização agrícola associada ao setor industrial, com a conseqüente especialização destas produções; o crescimento da produção não material, seja associada ao consumo produtivo ou ao consumo consumptivo; o aumento da quantidade e da qualidade de trabalho intelectual; intenso processo de êxodo rural; a existência do agrícola não rural; a migração descendente, etc. Tudo isso torna inviável considerar apenas as antigas relações cidade-campo, uma vez que até mesmo o urbano é diferente do que havia há 30 anos atrás. A medida que se aprofundava a divisão do trabalho agrícola e agroindustrial, mais intenso e complexo se tornava o processo de urbanização.

A intensa difusão de capital, tecnologia e informação nas atividades econômicas da Região de Ribeirão Preto aumentou a divisão das tarefas e funções produtivas e administrativas. Paralelamente, processou-se uma alteração qualitativa e quantitativa de antigas funções, promovendo grandes transformações no mercado de trabalho regional e na repartição dos empregos, assim como no volume e na distribuição da população na superfície regional, com a ocorrência de um acelerado processo de urbanização e de multiplicação e crescimento das cidades.

3 A Urbanização recente

A Região de Ribeirão Preto faz parte do Brasil agrícola moderno, cuja urbanização se deve diretamente ao crescimento e modernização das atividades agrícolas e agroindustriais. A expansão

destas atividades desenvolveu áreas urbanas de grandes dimensões, cujos vínculos se devem às interrelações, cada vez maiores, entre o campo e as cidades. As cidades se desenvolvem atreladas às atividades agrícolas modernas circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão de forma globalizada.

O crescimento do consumo produtivo e consumptivo; as novas possibilidades de instantaneidade e simultaneidade da informação e do capital financeiro; o aumento da demanda de trabalho intelectual; o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho, etc, levaram ao fortalecimento e aumento do número de cidades locais e intermediárias, fazendo avançar a sua urbanização. A medida que a agricultura se modernizava, o número e o tamanho das aglomerações urbanas ficavam maiores.

As novas qualidades do espaço geográfico da Região de Ribeirão Preto, advindas com a expansão do meio técnico-científico-informacional, são tanto causa quanto efeito do processo de modernização científico-técnica da produção agropecuária e agroindustrial. O dinamismo destas atividades se dá, desde então, associado ao circuito superior da economia, gerando a difusão de inúmeros fixos e fluxos, promovendo importantes taxas de crescimento econômico e urbano.

Os dados relativos à população total da Região de Ribeirão Preto nos dão um contingente de 985.617 habitantes em 1950 e de 2.380.010 habitantes em 1991. O crescimento da população foi, assim, superior a 1.394 mil habitantes num período de 40 anos, equivalendo a um percentual de 141,5%. No mesmo período, sua população urbana passou de 384.373 para 2.157.587 habitantes, perfazendo um crescimento de 1.773.214 pessoas vivendo em aglomerações urbanas, ou de 461% se quisermos considerar em termos relativos. Dessa forma, em quatro décadas, enquanto a população total cresceu 2,4 vezes, a população urbana se multiplicou 5,6 vezes, evidenciando um crescimento muito superior da população urbana em relação a população total.

Somente na década de 70, o incremento urbano foi em torno de 50%, equivalendo a cerca de 492 mil novos habitantes. Um crescimento bastante significativo, que pode, num primeiro momento, passar despercebido para a grande maioria dos brasileiros, para os quais o gigantismo

do crescimento vegetativo e dos movimentos migratórios já são dados culturais. Paralelamente, a realidade da Região de Ribeirão Preto mostra ainda uma redução relativa e absoluta da população rural, em benefício da população urbana, outra condição importante da urbanização acelerada. Em meados do presente século, cerca de 601,2 mil pessoas ainda residiam na zona rural da Região de Ribeirão Preto, número que diminuiu para 222,4 mil pessoas em 1991.

População da Região de Ribeirão Preto 1950-1980

Ano	População Total	População Urbana	População Rural
1950	985.617	384.373	601.244
1960	1.204.411	637.518	557.159
1970	1.428.029	1.023.668	404.361
1980	1.796.925	1.515.414	281.511
1991	2.380.010	2.157.587	222.423

Fonte: dados de 1950 e 1960 - Trabalho na Agricultura Paulista, Governo do Estado de São Paulo; 1970, 1980 e 1991 - Censos Demográficos do IBGE.

Variações da População da Região de Ribeirão Preto 1950-1980

Ano	População Total	%
1950-60	218.794	22,20
1960-70	223.618	18,57
1970-80	368.896	25,83
1950-91	1.394.393	141,47

Ano	População Urbana	%
1950-60	253.145	65,85
1960-70	386.150	60,57
1970-80	491.746	48,04
1950-91	1.773.214	461,32

Ano	População Rural	%
1950-60	44.085	7,33
1960-70	152.798	27,42
1970-80	122.850	30,38
1950-91	378.821	63,00

Entre 1950 e 1980, um pouco mais da metade de toda população rural deixou o campo, o que somou um total próximo a 320 mil pessoas. Se considerarmos somente a década de 70, a que registrou os maiores índices de crescimento da economia, com uma difusão sucessiva de inúmeras inovações, reorganizando a produção e o espaço agrícola e urbano da região, cerca de 123 mil pessoas, ou 30% da população rural, deixaram de residir no campo, engrossando o contingente de urbanos. Em alguns municípios, o campo se esvaziou quase completamente, passando a ter um número muito pequeno de população residente, ficando ainda mais livre à difusão científico-técnica e ao aumento da composição orgânica do território, o que permitiu o aumento da produtividade e do valor da terra.

A taxa de urbanização da região era de 39% em 1950, tendo alcançado um índice superior a 90% em 1991, ocorrendo mais do que uma inversão da relação entre população urbana e rural: se em 1950, 61% da população regional ainda viviam no campo, nele residiam menos de 10% em 1991.

Os números supracitados deixam evidenciar, se comparados aos do Brasil, que o ritmo de urbanização da região foi ainda mais veloz do que o do país, sabidamente de grande velocidade. Poderíamos usar o estudo de Francisco Vera e Eliseu Alves (1985), que fizeram um paralelo entre a urbanização dos Estados Unidos e do Brasil e chegaram à conclusão que no primeiro país, foram necessários cem anos para que o percentual de urbanização se elevasse de 30% para 70%, enquanto no Brasil, o mesmo ocorreu em aproximadamente 40 anos, entre 1940 a 1980.

A Região de Ribeirão Preto precisou de apenas 30 anos, de 1940 a 1970, para passar de um índice a outro. A urbanização galopante ocorrida no região fez com que sua taxa de urbanização, em 1980, já estivesse entre as maiores do Estado de São Paulo, de longe um dos mais urbanizados do país⁵. Em 1980, dos 80 municípios que formavam a região considerada, 69 possuíam a população urbana superior à população rural, sendo que em 1950 a relação era de 59 para 5 municípios.

5 Somente a Região Metropolitana de São Paulo, a Região Administrativa do Litoral e a Região Administrativa do Vale do Paraíba apresentavam índices superiores, que eram de, respectivamente, 96,78%, 92,85% e 86,91%, para o ano de 1980 (Fonte: Seade, Informe Demográfico n 1, 1982).

A formação de importantes complexos agroindustriais fez crescer o número e o tamanho das cidades, generalizando-se a urbanização do território e da sociedade. A modernização tecnológica da produção agropecuária, geradora de inúmeras novas demandas, teve forte impacto no espaço, acelerando não somente a urbanização⁶ mas também multiplicando o número de cidades, como meio mais eficaz para satisfazer suas necessidades de produtos e serviços especializados. Em 1940, a região possuía 48 cidades, contra as 80 cidades existentes em 1980 e as 85 em 1993.

Desde a década de 70, a urbanização da Região de Ribeirão Preto mostra uma tendência à aglomeração da população e da urbanização, com um importante crescimento do número de cidades locais, aqui consideradas como as que possuem mais de 20 mil habitantes. Em 1940, apenas quatro cidades atingiam este patamar populacional, número que chega a 16 cidades em 1980 e a 25 em 1991.

Taxas de Urbanização (%)

Ano	Região de Rib. Preto	Brasil
1940	32,1	31,2
1950	39,0	36,1
1960	53,7	44,6
1970	71,7	55,9
1980	84,3	67,5
1991	90,6	77,0

Região de Ribeirão Preto - Número de Cidades

1940	48
1950	59
1960	72
1970	80
1980	80
1993	85

Região de Ribeirão Preto - Número de Cidades com mais de 20 mil Habitantes

1940	4
1950	5
1960	6
1970	9
1980	16
1991	25

⁶ A chamada urbanização da sociedade foi o resultado da difusão, na sociedade, de variáveis e nexos relativos à modernidade do presente, com reflexos na cidade. A urbanização do território é a difusão mais ampla no espaço

Considerações finais

A Região de Ribeirão Preto é uma das principais representantes do Brasil agrícola moderno e um dos exemplos mais importantes de que o processo de inovações científico-técnicas na produção agropecuária desenvolve formas novas de desenvolvimento urbano, cujos vínculos principais associam-se diretamente aos sistemas técnicos e de ações que passam a dominar as atividades agropecuárias.

As cidades da região se desenvolvem atreladas às atividades agrícolas circundantes e dependem, em graus diversos, destas atividades, cuja produção e consumo se globalizam. Com o processo de modernização agropecuária e agroindustrial, as cidades passam a realizar todo o tipo de regulação necessária a sua concretização, seja técnica, financeira, de mão-de-obra, jurídica, permitindo a participação da região no novo sistema alimentar globalizado.

Nas últimas três décadas, a região de Ribeirão Preto tem se mostrado altamente permeável ao novo, difundindo rapidamente inúmeras inovações tecnológicas, adaptando-se rapidamente às novas demandas da produção e das trocas globalizadas, notadamente no tocante à atividade agropecuária e agroindustrial.

A etapa de desenvolvimento econômico que se inicia no período técnico-científico conhece seu impulso definitivo na década de 70. Desde então, a região tem acumulado progressivamente recursos técnicos e financeiros, aumentando a composição técnica e orgânica de seu território, que adquire grande fluidez, transformando-se numa das principais manchas de modernização agropecuária do país, não somente difundindo inovações, como também com poder de produzir novas tecnologias, novas formas organizacionais, ocupacionais e espaciais.

A evolução das forças produtivas atuantes na atividade agropecuária possibilitou uma radical transformação de seus sistemas técnicos, que se acompanhou de mudanças radicais nos seus sistemas de ações. Os insumos naturais e o trabalho

das variáveis e dos nexos modernos. Trata-se, na verdade, de metáforas, pois o urbano também mudou de figura e as diferenças atuais entre a cidade e o campo são diversas das que reconhecíamos há alguns poucos decênios. (M. Santos, A Urbanização Brasileira, 1993, p. 125).

do homem foram largamente substituídos pelos insumos industriais, que possibilitaram o aumento da produção e da produtividade da terra. Por outro lado, especializou-se na produção de culturas voltadas às demandas de modernas agroindústrias, especialmente cana e laranja, respectivamente, para a produção de açúcar, álcool combustível e suco concentrado de laranja.

Com a introdução da ciência, da tecnologia e da informação à produção agropecuária e agroindustrial, processou-se uma contínua renovação de suas forças produtivas, que passaram a responder com velocidade às necessidades colocadas pelos agentes econômicos hegemônicos do setor, refletindo numa interrelação crescente com as demais atividades econômicas.

As transformações foram substanciais quanto à forma, ao tipo e à intensidade das relações de todas as naturezas, transformando o espaço antigo e criando um novo, no campo e na cidade, caracterizado pela grande quantidade e diversidade de fixos e fluxos, assim como pelos novos nexos presididos pelas cidades e produzidos tanto no campo, quanto fora da região. Com as metamorfoses desencadeadas pela modernização agropecuária, a expansão dos complexos agroindustriais e de novas formas de produção não material, a região se transformou num palco de modernizações sucessivas, dando novas formas e funções ao espaço geográfico.

A expansão do meio técnico-científico-informacional, na cidade e no campo, a aceleração da urbanização e o crescimento numérico e territorial das cidades foram, em termos espaciais, os impactos mais contundentes do processo de modernização da atividade agropecuária e da organização dos complexos agroindustriais, motor principal das transformações, já que só se realizam integradas ao circuito da economia urbana. Destacariamos, assim, a organização das *cidades do campo*, que se organizam de forma corporativa, em função das demandas destas atividades, assim como as agroindústrias como aglutinadoras de circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação que unem campo e cidade num processo uníssono de produção.

Os setores industriais associados à transformação da cana e da laranja exercem a hegemonia na região. São estes ramos da agroindústria que mais têm provocado a difusão de fixos e fluxos, respondendo por parte muito

significativa do dinamismo econômico, social e pela expansão do meio técnico-científico-informacional. São motor de inúmeras outras atividades em todos os demais setores econômicos, assim como responsáveis por um processo corporativo de organização do espaço, uma vez que tanto os espaços agrícolas quanto os urbanos são organizados de acordo com seus interesses.

O que se deu na região foi a construção de um lugar propício ao exercício de capitais hegemônicos. Sua adaptação progressiva e eficiente aos interesses destes capitais, especialmente associados à modernização da produção agrícola e agroindustrial, vincularam-na à globalização do sistema alimentar, transformando-a numa das áreas agrícolas que mais têm desenvolvido a urbanização e cidades de vários tamanhos.

A urbanização tem se dado de forma aglomerada e concentrada, avolumando-se com o êxodo rural, a migração descendente, com a expansão da produção não material, com o trabalhador agrícola não rural, com a nova divisão social e territorial do trabalho na região, entre outros.

A Região de Ribeirão Preto é um dos exemplos brasileiros mais importantes de que o processo de modernização da agricultura desenvolveu formas novas de organização espacial. Com o patamar de integração interna e com o resto do país, possibilitado com a construção de estradas vicinais, rodovias e toda sorte de um numeroso conjunto de sistemas de engenharia, chegou-se a uma qualidade superior de seu sistema urbano. Hoje, a *espessura do sistema espacial* (M.Santos, 1993 a, p. 125) da região é muito maior do que há 20 ou 30 anos atrás, exatamente pela expansão da ciência, tecnologia e informação, que criou as condições para a maior divisão social e territorial do trabalho e maior solidariedade organizacional, culminando em grandes mudanças na hierarquia entre as cidades que a compõem.

A modernização tecnológica da sua produção agropecuária demonstra que partes do campo brasileiro acolheram e difundiram rapidamente grande quantidade de novos capitais. A evolução das forças produtivas, assim como as transformações das formas de organização do trabalho e do emprego foram intensas e acabaram por promover mudanças substanciais à produção do território da área pesquisada, resultando uma nova organização espacial, com estrutura, função e forma distintas dos períodos anteriores.

A modernização da produção agropecuária não provocou mudanças apenas no espaço rural da região, visto que foi determinante para o desenvolvimento dos demais setores econômicos, seja o industrial, comercial ou o de serviços, tanto públicos quanto privados. A economia urbana cresceu paralelamente à modernização da agricultura, respondendo com presteza às suas necessidades.

A expansão do meio técnico-científico-informacional foi necessária para que fosse estabelecida a solidariedade organizacional entre as organizações hegemônicas que passaram a gerir as principais produções da região, uma vez que oferece os meios para a coesão entre as empresas. A globalização da produção agrícola da região pressupõe a existência da segunda natureza, cada vez mais artificial. O espaço inteligente/luminoso hoje existente é, assim, tanto causa quanto consequência do processo de globalização, pré-condição e resultado, capaz de oferecer os meios técnico-espaciais para a produção e o consumo globalizados.

Dessa forma, poderíamos afirmar que a Região de Ribeirão Preto passou por um processo acelerado de globalização de sua economia e de seu espaço, com grande difusão das variáveis inerentes ao período técnico-científico, promovendo um processo intenso de urbanização, que se mostra caótico uma vez que as cidades são organizadas para servir aos interesses das grandes empresas que

compõem o circuito superior da economia agrícola e agroindustrial.

As cidades passam a ter sua unidade devido principalmente à interrelação com o campo, com as atividades agrícolas e agroindustriais, sendo campo e cidade participantes de uma mesma corrente de relações uníssonas, desenvolvendo-se inúmeros circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação entre estes dois espaços. Na região considerada, as atividades agrícolas e agroindustriais modernas têm o poder de comando da vida econômica e social das cidades e do sistema urbano, o que faz com que cada cidade se organize com a feição do seu campo, aumentando, dessa forma, a distinção entre as cidades, considerando que cada cultura agrícola, cada indústria tem necessidades específicas em momentos determinados.

A expansão dos *sistemas de engenharia* dos transportes, das comunicações, da eletrificação e de toda sorte de infra-estrutura urbana deu-se com grande velocidade e de forma complexa na Região de Ribeirão Preto. O resultado foi o aumento da composição orgânica e técnica deste território, com crescente substituição do meio natural e do meio técnico pelo *meio técnico-científico-informacional*, facilitando a penetração do novo e do externo e a difusão de nexos técnicos e econômicos mais complexos, geridos por uma cooperação estranha à história local, que desde então aumenta sua conexão com *circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação* distantes da organização regional.

Bibliografia

- ELIAS, Denise. *Meio técnico-científico-informacional e urbanização na Região de Ribeirão Preto*. Tese de doutorado, Depto de Geografia - FFLCH / USP, 1996.
- _____. "Expansão do Meio Técnico-Científico-Informacional" in: *Ensaio de Geografia Contemporânea Milton Santos: Obra Revisitada*. SP, Hucitec, 1996 (p. 210-219).
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. "População Urbana e Rural do Estado de São Paulo: Resultados do Censo de 1980" e "Evolução da População Urbana e Rural nas 11 Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, 1940-70" SP, Seade, *Informe Demográfico nº 1*, 1983 (Reimpressão).
- _____. *Características gerais do processo de industrialização paulista*. São Paulo, Seade, 1988.
- MOONEY, Pat Roy. *O escândalo das sementes: O domínio na produção de alimentos*. SP, Nobel, 1987.
- MULLER, Geraldo. *A Dinâmica da agricultura paulista*. SP, Seade, 1985 (Série SP 1980, v. 2).
- _____. "O Núcleo do Padrão Agrário Moderno" *SP em perspectiva*, 2(4): 50-56, SP, Seade, out/dez 1988.

- _____. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. SP, Hucitec: Educ, 1989 (Estudos Rurais; 10).
- _____. "Emprego, Renda e Capitalização: Diagnóstico e Tendências da Dinâmica Agrária Paulista" *rascunho*, Araraquara-Unesp/FLC, nº 10, 1990.
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo, Hucitec, 1982.
- _____. *Espaço e método*. SP, Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton e SOUZA, Maria Adélia A. (org). *A construção do espaço*. São Paulo, Nobel, 1986.
- _____. "A Região Concentrada e os Circuitos Produtivos" Texto apresentado como parte do relatório de pesquisa do projeto 'O Centro Nacional: Crise Mundial e Redefinição da Região Polarizada', 1986 (datilografado).
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. SP, Hucitec, 1988 (coleção Geografia: Teoria e Realidade, série Linha de Frente).
- _____. "A metrópole: modernização, involução e segmentação" Comunicação ao *Simpósio "Trends and challenges of urban restructuring"*, ISA IUPERJ, Rio de Janeiro, 26 a 30 de setembro de 1988(c) (datilografado, 12 pag).
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1993(a).
- _____. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo, Editora Hucitec, 1994(b).
- TOYAMA, Nelson Kazaki. *Crescimento agrícola e emprego: Caso da região de Ribeirão Preto nos anos 70*. Dissertação de Mestrado, FEA-USP, 1982.
- VERA, Francisco e Eliseu Alves. "Urbanização Desafio à produtividade agrícola" *Conjuntura*, v.39 (3), março de 1985, p. 159-167

TURISMO, IMAGEM DO LUGAR E COMPETITIVIDADE NA GLOBALIZAÇÃO

Aldo Gomes Leandro
Departamento de Geografia USP

RESUMO:

A produção de imagens turísticas dos lugares atravessa um novo momento diante das novas estratégias de marketing e propaganda. A gestão de marcas é o seu aspecto mais recente face à crescente competitividade entre os lugares na globalização. Assim, este trabalho aborda a importância da imagem do lugar para as políticas do poder público.

PALAVRAS-CHAVE:

Turismo, imagem do lugar, marketing, globalização, políticas públicas.

ABSTRACT:

The production of touristic images of places lives a new moment facing the new marketing and advertising strategies. The management of brandings is its more recent aspect due to the increasing competitiveness between places within the globalization. In this way, this paper examines the importance of place's image to public policies.

KEY-WORDS:

Tourism, place image, marketing, globalization, public policies.

1- Introdução

Do mesmo modo que, com os produtos de síntese, a dependência da indústria em relação às matérias-primas vai diminuindo, dia a dia, cada vez mais, assim também diminui a dependência de nossas imagens relativamente à realidade exterior.

(Régis Debray, Vida e morte da imagem, p.298)

A atividade turística constitui uma associação de atividades que produzem comportamentos e espaços diferenciados para o seu consumo segmentado. O turismo é uma forma de condicionamento, de utilização do espaço através de uma relação vertical que os geógrafos denominam "turistificação". É um processo de imersão, a nível imaginário e simbólico, comercial e material, de um espaço conquistado para a atividade dos lazeres (Cazes, 1992:64 e Dewailly & Flament, 1993:145 apud Lazzarotti, 1994:638). No entanto, como bem exposto por Miossec (1977), o espaço turístico é antes de tudo uma imagem.

No processo de globalização, o espaço turístico inclui-se na complexa trama de relações onde a competitividade entre os lugares é um dos exemplos. Segundo Santos (1995:35), a competitividade elege como discurso o lugar, que no início do século representava o progresso e no pós-guerra o desenvolvimento.

Nesse contexto, as transformações da imagem na sociedade de consumo de massa devem-se ao desenvolvimento e aplicação de técnicas de marketing difundidas pela mídia de uma forma geral, veiculando imagens que extrapolam fronteiras e lugares. O mundo transforma-se cada vez mais em imagem e esta em produto.

2 A gestão das marcas

A gestão de marcas apresenta-se como o mais recente campo de atuação do marketing e busca o desenvolvimento e manutenção de um determinado conjunto de valores e atributos para a construção de uma "imagem de marca" que

apresente-se coerente, apropriada e atrativa ao consumidor. As marcas atravessam uma modificação em sua natureza, constituindo-se atualmente numa significativa manifestação da economia moderna. A imagem de marca constitui um conjunto de atributos e associações que os consumidores reconhecem e conectam com o nome da marca. Face aos avanços tecnológicos, os aspectos funcionais ou tangíveis (hard) do produto como performance, preço, garantia, serviços ou tecnologia cedem importância aos aspectos intangíveis ou emocionais (soft) como masculinidade, entusiasmo, confiança, diversão, eficiência, etc. Os aspectos "soft" proporcionam (face ao mercado competitivo) um maior reconhecimento das diferenças entre as marcas mais importantes de uma categoria pelo consumidor, pois causam mais impacto em seu comportamento. A imagem de marca é construída através de informações veiculadas pelos meios de comunicação, experiências no uso do produto, embalagem, identidade da empresa, promoção de vendas, propaganda, publicidade, relações públicas. Dentre estas, a propaganda e a publicidade exercem grande influência pois possibilitam um maior controle sobre as mensagens bem como pelo poder de penetração e convencimento sobre os consumidores e o público em geral (Pinho, 1994).

Em virtude da complexidade do produto turístico que representa diversas atividades de prestação de serviços e de venda do produto, o marketing turístico não pode ser equiparado diretamente ao marketing em geral ou global. A *heterogeneidade* da demanda é atendida por empresas promotoras de uma combinação de prestação de serviços e bens materiais (a exemplo dos "pacotes" que incluem serviços complementares como transporte, alimentação, alojamento, entretenimento, etc). Além destes fatores, soma-se à *sazonalidade* da demanda, vinculada a períodos específicos para o consumo como férias ou fins de semana -, a sua *flexibilidade* em relação a fixação espacial da oferta (infra-estrutura, bens histórico-culturais e ambiente natural). Podemos citar, também, a sua alta *elasticidade*, inclusive porque pode substituir o consumo turístico (viagem) pela compra de um bem tangível pois sua decisão envolve diferentes motivações (Baptistella Filho, 1982:45-7).

No entanto, nos últimos anos verificam-se investimentos cada vez maiores do setor turístico em novos recursos técnicos proporcionados pelo marketing e propaganda. O marketing turístico

constitui um conjunto formado pelo marketing das grandes agrupações como o Estado, Departamento ou Subsetor Turístico e o marketing de empresas turísticas individuais - hotel, transportadora, agência de viagens, etc. O marketing turístico é utilizado pelo Estado para potenciar a imagem de um país ou zona, enquanto para a empresa é utilizado para vender um produto específico. Estas perspectivas não são opostas e sim complementares. As empresas não se incumbem de um marketing global do espaço turístico em virtude do alto custo, escassez de meios técnicos e profissionais, de informação estatística e empresarial e também pelo receio a interesses econômicos locais que impeçam suas ações, etc (Figuerola, 1988).

Nos últimos anos, proliferam-se imagens turísticas dos lugares em revistas de lazer e viagens, em encartes especiais de jornais, em anúncios na televisão, em materiais promocionais de empresas diretamente envolvidas nas atividades turísticas operadoras, agências de viagens, etc.

3 A imagem turística dos lugares

Bramwell&Rawding (1996) apresentam um interessante estudo sobre a produção das imagens turísticas dos lugares, tomando como exemplo cinco antigas cidades industriais da Inglaterra como Birmingham, Bradford, Manchester, Sheffield e Stonke-Sur-Trent. A globalização apresenta-se através do rápido crescimento da mobilidade espacial do capital e de pessoas bem como pelos avanços tecnológicos nos sistemas de comunicação, aguçando a competitividade entre os lugares pois estes tornaram-se facilmente substituíveis. A propensão a viagens de longa distância ampliou as opções por destinações. Muitas vezes, as organizações de marketing das destinações empregam um considerável tempo criando imagens e veiculando-as através da mídia para atingir os consumidores. Assim, são intencionalmente criadas e comercializadas imagens do lugar. Estas imagens são criadas pelos investidores internos e órgãos governamentais para atrair turistas bem como para estimular autoconfiança e orgulho entre a população local, contrariando percepções negativas e construindo percepções únicas. O marketing do lugar transforma uma área qualquer em *lugar-produto* (place product) que é desenvolvido e promovido para ir de encontro às necessidades de usuários ou

consumidores identificados, proporcionando uma rentável maximização da funcionalização social e econômica do lugar de acordo com qualquer meta que tenha sido estabelecida. As preocupações comuns aos estudos sobre imagem do lugar dizem respeito geralmente às imagens recebidas pelas pessoas (turistas ou não). No entanto, face ao reduzido número de estudos sobre imagens turísticas projetadas pelos esquemas de marketing e propaganda, estas merecem uma análise mais aprofundada pois podem influenciar escolhas e comportamentos dos turistas e da comunidade local. As “imagens projetadas” constituem idéias e impressões de um lugar que estão sujeitas às considerações das pessoas. Elas podem ser criadas sem um planejamento deliberado ou através de um esforço de marketing do lugar, representando imagens induzidas.

As imagens do lugar projetadas podem ter o caráter de sua mensagem facilmente alterado. Já as imagens do lugar recebidas são uma relação entre as mensagens do lugar projetadas e as necessidades próprias dos consumidores, motivações, conhecimento prévio, experiência, preferências, etc. As pesquisas sobre imagem do lugar recebidas têm considerado a percepção dos turistas sobre os lugares visitados e se mudam as suas percepções existenciais e seu comportamento de viagem (Bramwell&Rawding, 1996:202).

Face ao acirramento da competitividade, os agentes turísticos dos lugares buscam construir imagens que apresentem benefícios únicos no intuito de obter uma vantagem competitiva sobre os demais. Os lugares podem incentivar particularidades em suas imagens denominadas “marcas” identificáveis pelo uso frequente de um nome específico, símbolo, logotipo ou padrão, ou a combinação destes. Procura-se induzir de forma sucinta e facilmente assimilada a elaboração da escolha pelos turistas. Apesar da concorrência entre os lugares a exemplo da rivalidade entre cidades, destacando os centros internacionais que buscam manter o *status*, observa-se também uma repetição das imagens que o marketing dos lugares projetam, muitas vezes quase idênticas. A integração de imagens em torno de uma “marca” pode contribuir para uma “harmonia” do planejamento, facilitando o estabelecimento de roteiros turísticos standardizados, captando assim um número maior de consumidores.

A possibilidade do consumo na economia moderna estimula a produção de imagens, que

apresentam tal característica. O consumo de imagens dá-se não somente pelo uso direto do lugar, mas também pela significação simbólica como estilo de vida. O esforço para obter ou manter a condição de *status* forçam os lugares a acirrar a competitividade e as organizações de marketing influenciam a concepção de marketing turístico das organizações públicas.

Outra tendência é a regulamentação de padrões de consumo mais individualizados, segmentados. Assim, a atividade turística especializa-se buscando atingir necessidades de mercados consumidores-alvo. A globalização do consumo impõe a standardização de padrões estéticos, influenciando mudanças culturais. Nas cidades, mudam as relações do cotidiano e as estratégias de revitalização urbanas pelos governos locais. A imagem turística muitas vezes apresenta produtos diversos que se articulam a significados atribuídos ao espaço geográfico e assim adquirem *status* (valor), influenciando a compra do consumidor. O estudo de Bozonnet(1991) sobre as imagens da montanha na França difundidas pela publicidade, caracteriza a articulação entre a imagem da montanha e seus atributos (altitude, pureza, etc.) a produtos diversos sob o signo de ascensão social(escalada da montanha); de beleza estética, de renovação do espírito e do corpo que a montanha pode proporcionar associada à beleza possibilitada pelo uso de um determinado cosmético, etc.

Segundo Santos (1995:93) *A informação, sobretudo ao serviço das forças econômicas hegemônicas e ao serviço do Estado, é o grande regedor das ações definidoras das novas realidades espaciais.* E retomando Régis Debray em seu *Cours de médiologie générale*(1991), segundo o qual a mídia e o espaço no trabalho dos midiólogos e dos geógrafos precisa assumir uma posição paralela, afirma: *O espaço é mídia nos dois sentidos. Ele é linguagem e também é o meio onde a vida é tornada possível. A percepção pela sociedade e pelo indivíduo do que é esse espaço, depende da forma de sua historização e esta resulta em grande parte dos progressos nos transportes e nas comunicações, na construção do tempo social* (Santos, 1995:41). O marketing amplia sua ação para a comercialização da imagem dos lugares, denominado de “marketing geográfico” por Ashworth&Voogd (1987) apud Ashworth&Voogd (1990:1), e que tem recebido uma atenção cada vez maior por parte do poder público e por pesquisadores.

A influência da mídia na produção de imagens e sua utilização como justificadora de novas realidades espaciais verifica-se no Brasil a partir das décadas de 60 e 70 com a consolidação da televisão brasileira como indústria. Em virtude do golpe militar na década de 60 e face à perseguição política, tornava-se necessária uma política cultural de formação da "identidade nacional" e instituição de uma "cultura brasileira" pelo governo. Uma nova configuração espacial se verificava via política de "desenvolvimentismo" - avanço industrial, progresso e "modernização". A realidade espacial do país passava por uma violenta transformação onde a pauperização das áreas rurais e a acelerada urbanização refletiam-se na migração em massa e nos problemas sociais urbanos. A produção de telenovelas assumiu um caráter de construção de uma "cultura brasileira" com destaque para a Rede Globo. As telenovelas de época e distantes da atual "realidade" do brasileiro são substituídas por aquelas totalmente ambientadas no Brasil, com destaque para a novela Beto Rockfeller (1969). As telenovelas, em virtude do aspecto de recepção e decodificação da realidade do campo estabeleceram trocas simbólicas com o imaginário urbano (Baltazar, 1996).

A partir do início da década de 90, com o avanço da política neoliberal no país, é implantada uma nova política industrial e de comércio exterior caracterizada pela abertura do mercado brasileiro visando "inserir" o Brasil na economia mundial. O rompimento da política de comércio em vigor desde 1975 que proibia a importação de automóveis, estimulou esforços publicitários que almejavam tornar as marcas estrangeiras familiares ao consumidor brasileiro (Pinho, 1994:87). Assim, as iniciativas do marketing para a utilização de imagens de marca proliferaram-se.

No Brasil, a tendência ao marketing turístico integrado, pautado na standardização de imagens turísticas dos lugares bem como na veiculação de imagens diferenciais, pode ser verificada em planos e projetos governamentais. Segundo o Sub-programa de Promoção e Divulgação do Prodetur(1992:7), *A Região Nordeste se caracteriza pela similitude geográfica e sócio cultural (relevo, clima, vegetação, temperatura da água do mar, ocupação humana). Tais semelhanças, todavia, encobrem particularidades inter e, até mesmo, intra estaduais que o turismo convém ressaltar. Se, por um lado, alguns elementos retificam a homogeneidade nordestina - o sol (verão quase todo o ano), as praias, o padrão de*

construções, a hospitalidade do povo - outros confirmam a heterogeneidade o clima ameno de muitos espaços serranos; os rios, presença marcante em certas localidades; o (ainda) verde da mata atlântica (...). A elaboração do Projeto Integrado de Marketing Turístico, principal ação recomendada neste sub-programa, possibilitará conhecer e explorar turisticamente essas diferenças.

4 Imagem do lugar ou do "não lugar"?

Ao impor padrões às imagens dos lugares, o marketing turístico celebra o não-lugar. Fruto de vivências, de uma prática espacial e de uma leitura desta, de uma representação da experiência, de um relato, o lugar é transformado em passagem quando uma junção vinda do outro é imposta, exterior ao lugar. A viagem é uma relação fictícia entre o olhar e a paisagem. O não-lugar, uma qualidade negativa do lugar, é uma ausência do lugar em si mesmo pois lhe é imputado um nome externo. O horizonte de toda viagem, soma de lugares é negação do lugar: *Muitos prospectos turísticos sugerem um tal desvio, um tal giro no olhar, propondo a antecipação ao amador de viagens a imagem de rostos curiosos ou contemplativos, solitários ou reunidos, que scrutam o infinito do oceano, a cadeia circular de montanhas nevadas ou a linha de fuga de um horizonte urbano repleto de arranha-céus: sua imagem, em suma, sua imagem antecipada, que só fala dele, mas porta um outro nome (Taiti, o Alpe de Huez, Nova York). O espaço do viajante seria, assim, o arquétipo do não-lugar (Augé, 1994:78-80).*

Dessa forma, o marketing turístico estimula o nosso olhar para o consumo (olhar econômico) pois, ávidos por belas paisagens, quanto mais olhamos menos as contemplamos. O predador preocupa-se com as suas belas vítimas (Debray, 1994:327-8) e assim esses consumidores de espaços contemporâneos são convidados a acreditar em palavras (Augé, 1994:79).

As políticas de turismo pautadas em modelos urbanísticos caracterizados como "enclaves" a exemplo de Cancún, no México (Nicolás, 1989) e no Brasil, pelos megaprojetos turísticos no litoral nordestino e megaempreendimentos no Centro-sul (Cruz, 1995) associados ao marketing, estimulam a estruturação dos lugares turísticos como roteiros, negando-lhes a identidade.

Se para Augé (1994:80) o espaço constitui

prática dos lugares e não do lugar, como espectador, o turista não se relaciona com ele. Como assinala Peixoto(1993), vivemos uma visibilidade anônima pois, ao olharmos uma paisagem não abandonamos a nossa visão face a esse campo de relações massivas. A visão se faz no meio entre as coisas, entre-coisas, entre-lugar, uma lógica do “e” uma conjunção “e...e...e....” Essa relação imputa entre o olhar e a paisagem a indiferença.

A imagem turística sobrepõe-se ao fato negando suas contradições evidentes. As práticas sociais caracterizadas pelo individualismo, consumismo e negação de valores éticos são cristalizadas pela segregação declarada em hotéis, resorts, balneários etc. e instituídas sob o signo da “liberdade de deslocamento” oferecida pelo turismo.

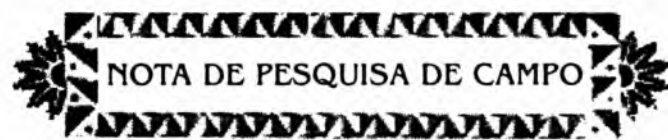
A produção turística constitui o resultado da ação de pelo menos três sistemas de atores, de imagens e de espaços Cazes (1992) apud Lazzarotti (1994:638). Cazes (1989:597-8) já levantava uma preocupação sobre a importância da leitura crítica da relação entre produção material e organização física dos territórios com a produção de imagens e paisagens turísticas. Isso aponta para a necessidade premente de ampliar pesquisas sobre a imagem turística. Esta, se vinculada a discursos

(hegemônicos) sobre o espaço geográfico podem justificar a reprodução de práticas espaciais que legitimam a competitividade entre os lugares e, dessa forma, o avanço dos efeitos perversos da globalização. O desenvolvimento dos sistemas de transporte e a possibilidade de utilizar qualquer coisa como atração turística torna o turismo uma atividade de fácil penetração e modificação de padrões culturais locais. No entanto, outras reflexões devem ser aprofundadas: se a problemática de equacionamento dos efeitos impactantes do turismo coloca-se no seu planejamento físico-territorial, no estudo do marketing e da propaganda dos lugares no turismo também é bastante complexa e envolvem questões éticas, culturais e simbólicas que não se limitam ao mero estudo do comportamento do turista. Abrangem, também, os efeitos sobre as comunidades locais. Colocam-se, inclusive, discussões de cunho técnico e jurídico das responsabilidades e delegações dos conteúdos e das estratégias utilizadas pelo marketing e pela propaganda no sentido de resguardar o direito do cidadão. Por trás da imagem do “exótico” pode esconder-se o deplorável a exemplo do turismo em favelas, o turismo em áreas de conflito, o turismo sexual (Leandro,1996:5).

Bibliografia

- ASHWORTH, G. & VOOGD, H(1990). Can be places sold for tourism? In ASHWORTH, G. & GOODALL, B(Orgs). *Marketing tourism places*. London, New York: Routledge.
- AUGÉ,M(1994). *Não-lugares*. São Paulo: Papirus.
- BAPTISTELLA FILHO(1982). *Formulação para um programa de marketing de turismo social para o trabalhador*. Tese de doutorado. São Paulo: FEA/USP.
- BALTAZAR, A(1996). Imagens rurais na telenovela brasileira. *Cadernos Ceru, série 2, n.º 7* p.67-81.
- BOZONNET, J. P(1991). Homo montivagus saisi la publicité. *Revue de Géographie Alpine, n.º4*.
- BRAMWELL, B. & RAWDING,L(1996). Tourism marketing images of industrial cities. *Annals of Tourism Research, 23(1):* 201-21.
- CAZES,G(1987). La géographie du tourisme: réflexion sur les objectifs et les pratiques en France. *Annales de Géographie, Paris, 96(537):*595-600.
- CRUZ, R. A. C(1995). *Turismo e impacto em ambientes costeiros: Projeto Parque das Dunas-Via Costeira, Natal(RN)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH/USP.
- DEBRAY, R(1994). *Vida e morte da imagem*. Petrópolis: Vozes.
- EMBRATUR / SUDENE / BNB / CTI-NE. *Prodetur* (1992).
- FIGUEROLA, M(1988). Marketing de los servicios de las empresas turísticas. *Estudios Turísticos, Madrid,(100):*75-101.

- LAZZAROTTI, O (1994). La géographie dans la controverse touristique. *Annales de Géographie*. Paris, (580): 627-650.
- LEANDRO, A. G (1996). *Imagem e turismo: identidade ou ideologia?* Inédito.
- MIOSSEC, J.M (1977). L'image touristique comme introduction à la géographie du tourisme. *Annales de Géographie*. Paris, 58(773): 55-68. jan./fev.
- NICOLÁS, D.H (Org.) (1989). *Teoría y práxis del espacio turístico*. México: Xochimilco.
- PEIXOTO, Nelson Brissac (1993). Passagens da imagem: pintura, fotografia, cinema, arquitetura. In *A imagem máquina*. Rio de Janeiro: Ed. 34. p.237-52.
- PINHO, J (1994). *O composto de comunicação e a marca: um estudo da contribuição da propaganda e da publicidade ao processo de construção da imagem de marca*. Tese de Doutorado. São Paulo, ECA/USP.
- SANTOS, M (1995). *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec.



NOTA DE PESQUISA DE CAMPO

OS CAMINHOS DA PESQUISA DE CAMPO EM GEOGRAFIA

Rita de Cássia Ariza da Cruz
Departamento de Geografia - USP

Introdução

No amplo universo de pesquisa em Geografia, investigações de cunho puramente teórico-metodológico somam-se àquelas cujo caráter se define pela análise de um dado fenômeno, uma dada realidade, em uma dada porção do espaço.

Em ambos os casos, o trabalho de gabinete (reflexão, leitura, redação) consome grande parte do tempo de investigação e constitui parte substancial do processo de pesquisa. Em ambos os casos, por outro lado, o trabalho de campo constitui, igualmente, estratégia importante de análise, muitas vezes imprescindível.

A pesquisa de campo representa uma possibilidade concreta de contato direto entre pesquisador e realidade estudada, o que permite a apreensão de aspectos dificilmente vislumbrados através somente do trabalho em gabinete.

Além disso, há que se ressaltar outros aspectos, como:

a realidade muda muito rapidamente e toda bibliografia produzida sobre um dado fenômeno ou lugar pode se defasar, conseqüentemente, com esta mesma velocidade;

a visão que se tem de um dado fenômeno ou espaço estudado é sempre carregada de uma certa carga de subjetividade, fruto do contexto sócio-cultural, histórico, econômico, político, religioso em que se insere o observador. Assim, a forma como um autor vê e descreve tal fenômeno ou lugar não coincide, necessariamente, com o modo como uma outra pessoa vê este mesmo fenômeno ou lugar;

a ausência ou insuficiência de dados/informações sobre o(s) tema(s) estudado(s) pode ocorrer com frequência. Em muitos casos, portanto, o pesquisador, de forma a viabilizar seu trabalho de investigação, é levado a construir ou aprimorar

esta base de dados, através da pesquisa direta em campo;

muitas vezes, dados/informações procurados somente são encontrados na localidade/região onde se insere o fenômeno/lugar estudado que, não necessariamente, corresponde ao lugar de residência do pesquisador.

Uma frase do Prof. Yázigi ¹ repetidamente transmitida a seus orientandos, revela, com clareza, a importância da pesquisa de campo em Geografia:

Nada substitui o trabalho de campo.

Objetivando expor e colocar em discussão uma metodologia de pesquisa de campo em Geografia, este texto encontra-se dividido em duas partes: na primeira, são abordados os processos de planejamento e de realização de um trabalho de campo; na segunda, é relatada uma experiência recente de pesquisa de campo no litoral nordestino, atrelada à minha tese de doutoramento em Geografia Humana pelo Departamento de Geografia da USP.

A preparação de um trabalho de campo

O planejamento prévio de um trabalho de campo é condição *sine qua non* para que o mesmo seja bem sucedido e este planejamento deve contemplar, entre outros aspectos, aqueles expostos a seguir:

- Definição de objetivos

Quando um pesquisador decide realizar uma

¹ Eduardo Yázigi é professor do Depto. de Geografia da Universidade de São Paulo.

pesquisa de campo deve ter claros os objetivos que o conduzirão ao longo do trabalho, pois é em função desses objetivos que são definidas as atividades a serem desenvolvidas.

O trabalho de campo, atrelado que está a uma pesquisa (trabalho de graduação, dissertação de mestrado, tese de doutoramento...) deve ter objetivos, naturalmente, consonantes com os objetivos desta pesquisa. Se tenho, por exemplo, como *objetivo geral* em uma dada investigação (seja ela em que nível for) avaliar repercussões ambientais do processo de urbanização na Região Metropolitana de Salvador, os objetivos do(s) trabalho(s) de campo que eu vier a realizar devem ser decorrentes deste objetivo geral.

Além de um ou mais objetivos gerais, a realização do trabalho de campo tem, também, correntemente, *objetivos específicos*. É através dos objetivos específicos que se define, com precisão, os dados/informações que se deseja buscar através da pesquisa de campo.

Os objetivos específicos são desdobramentos dos objetivos gerais que norteiam o processo de investigação e, de sua clareza, depende, também, o bom andamento da pesquisa de campo.

Ao se estabelecer objetivos gerais e específicos de uma pesquisa são levantadas, conseqüentemente, uma ou mais *hipóteses* que, juntamente com os objetivos, norteiam o trabalho de investigação.

Uma hipótese, cabe ressaltar, é sempre algo sobre o que não se tem certeza e, portanto, não há sentido em se realizar um trabalho de pesquisa tendo como meta “comprovar” que tal ou qual hipótese é verdadeira. Em assim sendo, a hipótese deixa de ser hipótese para se constituir em objetivo.

É muito comum, porém, encontrar este tipo de equívoco metodológico na pesquisa de campo. Por que se deveria ir a campo para comprovar algo que já se conhece previamente? Isto seria trabalho, talvez, para jornalistas, e não para um pesquisador.

- Preparação de um plano/roteiro

Definidos os objetivos gerais e específicos e levantadas as hipóteses, o passo seguinte é a preparação de um plano ou roteiro de trabalho.

O plano de trabalho de campo nada mais é do que o planejamento detalhado das atividades a serem realizadas. Este plano/roteiro cumpre papel

fundamental para o bom andamento da investigação, já que, além de trazer os objetivos que norteiam a pesquisa de campo, dele devem constar, também, uma listagem dessas atividades, bem como um cronograma de realização das mesmas.

Durante a realização da pesquisa de campo o plano/roteiro de trabalho constitui uma espécie de ‘guia de orientação’ ao qual o pesquisador deve estar sempre atento, de forma a “não se perder” dos objetivos que norteiam sua investigação.

- Elaboração de um cronograma

Uma pesquisa de campo pode abranger desde algumas horas até meses ininterruptos de trabalho e, em ambos os casos, a elaboração de um cronograma pode ser fundamental.

O cronograma é estabelecido em função de diversas variáveis, dentre as quais:

- tempo aproximado que se calcula como necessário para a coleta dos dados/informações procurados;
- características/condições do(s) lugar(es) onde se dará/darão as atividades de pesquisa de campo (condições naturais e sócio-ambientais);
- disponibilidade de tempo do pesquisador;
- necessidade/disponibilidade de recursos para a realização da pesquisa de campo;
- imprevisibilidades.

Considerando o exposto acima, o cronograma de trabalho de campo deve ter alguma flexibilidade, pois sua rigidez é, facilmente, desbancada pelos imprevistos, passíveis de acontecer durante todo o processo de investigação.

Tais variáveis evidenciam, ainda, a intrínseca relação entre *plano de trabalho e cronograma*: um influencia diretamente o outro e a ponderação entre os mesmos é dada em função dos objetivos preestabelecidos.

A realização do trabalho de campo: enfrentando dificuldades, criando soluções

Uma pesquisa de campo bem planejada é um passo concreto no sentido do sucesso de sua realização. (Entenda-se, neste caso, como sucesso, a satisfação dos objetivos previamente estabelecidos).

Nem tudo, porém, pode ser previsto pelo

planejamento de uma pesquisa de campo: imprevistos ocorrem com frequência.

No caso, por exemplo, da realização de uma cobertura fotográfica ou videográfica em uma dada área, condições meteorológicas podem ser determinantes. Se se deseja realizá-la sob a luz do sol, mas dias chuvosos se sucedem, será necessário aguardar um dia com tempo apropriado.

O levantamento de dados/informações nas mais diversas instituições está sujeito ao horário de funcionamento destas e a eventuais entraves burocráticos para o acesso à documentação. Em caso de realização de entrevistas, problemas das mais diversas naturezas podem impedir que estas sejam realizadas nos dias/horários agendados. Daí a necessidade de flexibilização do cronograma, de forma a ajustá-lo a situações novas, impossíveis de serem previstas com antecedência.

As eventuais dificuldades que aparecem durante a realização do trabalho de campo exigem do pesquisador criatividade para superá-las, na busca de soluções apropriadas.

A impossibilidade definitiva de realização de uma dada atividade prevista no plano de pesquisa de campo pode comprometer o resultado de todo o trabalho. Isto exigirá do pesquisador sua substituição por outra atividade, equivalente ou não, capaz de levá-lo a atingir os mesmos objetivos preestabelecidos.

Imagine-se, por exemplo, o caso de um pesquisador, em meio à realização de uma pesquisa de campo, em uma localidade muito distante de seu local de moradia habitual, e que, entre as atividades por ele a serem desenvolvidas, inclui-se o levantamento de fontes primárias, em um dado acervo público.

Quando o pesquisador chega a esta localidade, descobre que este acervo acaba de ser fechado para atendimento ao público, por motivo de reformas e que somente deverá reabrir após alguns meses.

Se o pesquisador não pode aguardar a reabertura do acervo, terá que procurar outras formas para acessar esta documentação. Uma possibilidade é a consulta a outros acervos, públicos ou privados, eventualmente existentes nesta localidade e/ou região. Em caso de o pesquisador estar buscando uma publicação rara ou única de um dado acervo, uma outra possibilidade é o envio posterior de um ofício à respectiva instituição, solicitando o fornecimento de cópia(s) do(s) referido(s)

documento(s), já que durante o trabalho de campo, por motivos alheios à sua vontade, não foi possível copiar esta documentação.

Não se trata, portanto, de criar soluções ao estilo *Macgiver*, personagem conhecido de filmes de aventura. Um embasamento teórico-metodológico consistente e o conhecimento prévio do fenômeno/fato/lugar estudado permitem encontrar as soluções necessárias às dificuldades surgidas, com maior precisão e facilidade.

Uma pesquisa de campo ao longo do litoral nordestino

Como parte do processo de investigação de minha pesquisa em nível de doutoramento, intitulada *Políticas de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo no Nordeste do Brasil: 1975-1995*, está prevista a realização de dois trabalhos de campo.

Tendo esta pesquisa como objetivo geral avaliar repercussões de políticas de turismo recentes sobre a construção do espaço turístico-litorâneo nordestino, o trabalho de campo é, neste caso, imprescindível.

O primeiro dos trabalhos de campo previstos foi realizado entre os meses de dezembro/96 e janeiro/97 e, a seguir, exponho o Plano de Trabalho que norteou sua realização. Este plano está subdividido em Objetivos Gerais e Específicos, Hipóteses, Atividades e Cronograma.

- **Objetivos Gerais**

levantamento de fontes primárias (dados em geral e documentação oficial), concernentes aos objetivos específicos estabelecidos no Projeto de Pesquisa, produzidas no âmbito regional;

levantamento de fontes secundárias (textos técnicos, livros, dissertações e teses) produzidas na região;

levantamento de documentação cartográfica de todo o litoral nordestino e das áreas específicas de implantação de megaprojetos e de projetos atrelados ao PRODETUR;

realização de cobertura fotográfica das áreas de implantação desses projetos, a ser utilizada como recurso iconográfico para análise posterior em gabinete;

realização de entrevistas com profissionais (técnicos, professores, ambientalistas etc.)

atuantes nas áreas de planejamento urbano e do turismo.

- **Objetivos específicos**

Dos objetivos gerais, desdobram-se os seguintes objetivos específicos:

levantamento de dados/informações sobre cada megaprojeto implantado e/ou em implantação no litoral nordestino (PRODETURIS, CE; Projeto Parque das Dunas-Via Costeira, RN; Projeto Costa do Sol, PB; Projeto Costa Dourada, PE e AL; Projeto Orla, SE; Projeto Linha Verde, BA);

levantamento de dados/informações sobre projetos atrelados ao PRODETUR/NE, gerenciados pela SUDENE e pela CTI/NE;

levantamento de dados/informações sobre a evolução do turismo nas escalas regional e estadual no período de 1975 a 1995 (período abrangido por esta pesquisa);

levantamento de dados/informações que subsidiem a avaliação de implicações desses projetos sobre o meio sócio-ambiental, considerando-se características específicas das respectivas áreas de implantação (em escala local) e da região como um todo (análise das repercussões em escala regional).

- **Hipóteses**

As hipóteses que nortearão o trabalho de campo são aquelas levantadas no Projeto de Pesquisa:

as políticas de turismo recentes do Nordeste, a partir da concentração da infra-estrutura, estão contribuindo para a incrementação do fenômeno de segregação espacial da atividade turística;

estas políticas pouco têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida das populações das áreas litorâneas por elas atingidas;

a política de megaprojetos, apesar do discurso ambientalista que a permeia, tem gerado impactos ambientais negativos nas áreas por ela atingidas;

- **Atividades**

Para alcançar os objetivos anteriormente listados estão previstas as seguintes atividades:

consulta a órgãos/instituições municipais (no caso de municípios abrangidos pelos referidos projetos) e estaduais de turismo (Secretarias de

Turismo e órgãos afins);

consulta a órgãos/instituições municipais (no caso de municípios abrangidos pelos referidos projetos) e estaduais de planejamento urbano;

consulta à CTI-NE - Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (sede em Recife), instituição de caráter regional, atuante no processo de desenvolvimento do turismo na região;

consulta à SUDENE (escritórios localizados nos estados), órgão federal, atuante no processo de desenvolvimento do turismo na região;

consulta às Universidades Federais, Estaduais e privadas.

Os governos dos municípios nordestinos têm tido pouca ou nenhuma participação no gerenciamento do processo de desenvolvimento do turismo regional, já que as decisões e a gestão propriamente dita deste processo têm sido centralizadas pelos respectivos governos estaduais.

Desta forma, a pesquisa junto às instituições/órgãos citados deve iniciar-se por aqueles da esfera estadual, a partir dos quais se poderá levantar os municípios abrangidos pelos respectivos projetos e sua eventual participação na concepção e implantação desses projetos.

Embora haja em cada estado nordestino um megaprojeto ou um projeto atrelado ao PRODETUR/NE (há casos em que há sobreposição entre estes), há quatro estados em que passos muito tímidos foram tomados até o momento no sentido da concretização desses projetos. Esses estados são: Maranhão, Piauí, Sergipe e Paraíba. Fatores econômicos, políticos e conjunturais explicam tal constatação e, neste caso, o levantamento de dados nesses estados deve partir, também, dessas premissas.

- **Cronograma**

Considerando que cada estado nordestino encontra-se em um diferente estágio dentro do processo de desenvolvimento do turismo regional, e que é difícil de se prever o grau de facilidade e/ou dificuldade a ser encontrado para o levantamento de dados/informações anteriormente descritos, estabeleci uma média de permanência em cada estado, de cinco dias úteis.

No caso dos estados do Maranhão, Piauí, Paraíba e Sergipe, em que projetos turísticos encontram-se em fase embrionária, pode acontecer

de em menos do que cinco dias serem levantados todos os dados/informações procurados. No caso dos outros estados, em que estes projetos encontram-se em adiantado processo de implantação, cinco dias podem ser insuficientes, devendo ocorrer, portanto, a prorrogação de minha estada.

Desta forma, este trabalho de campo tem como orientação o seguinte cronograma:

Estados	Período de realização do trabalho de campo
Maranhão	02 a 06/12/96
Piauí	09 a 13/12/96
Ceará	16 a 20/12/96
Rio Grande do Norte	30/12/96 a 03/01/97
Paraíba	06 a 10/01/97
Pernambuco	13 a 17/01/97
Alagoas	20 a 24/01/97
Sergipe	27 a 31/01/97
Bahia	03 a 07/02/97

Os finais de semana devem ser utilizados para deslocamento entre uma e outra localidade e, ainda, para realização de cobertura fotográfica e/ou videográfica, já que outras atividades, como consulta a órgãos públicos, ficam inviabilizadas neste dias.

O levantamento de nomes de pessoas a serem entrevistadas em cada localidade deve ser feito com antecedência e, quando possível, as entrevistas devem ser agendadas previamente. Isto agiliza o trabalho de campo e ajuda a evitar eventuais desencontros.

Endereços e telefones de instituições/órgãos a serem consultados devem ser levantados, também, com antecedência, de forma que as consultas possam ser previamente agendadas. Este contato anterior, via telefone, permite, igualmente, agilizar o trabalho de campo e evitar contratemplos.

Considerações Finais

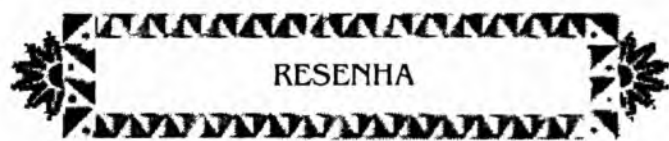
Uma das dificuldades que encontrei, por exemplo, ao longo deste trabalho de campo, diz respeito ao horário de funcionamento de órgãos/instituições públicas, estaduais e municipais. Diferentemente do que ocorre em São Paulo, grande parte das repartições públicas no Nordeste do Brasil têm um horário de atendimento ao público reduzido a meio período: em algumas localidades este atendimento se dá apenas na parte da tarde, em outras, somente de manhã.

Desta forma, logo no início do trabalho de campo, no estado do Maranhão, tive que me reprogramar, de forma a maximizar o aproveitamento do horário de atendimento ao público das instituições/órgãos que eu deveria consultar. Caso contrário, dificilmente eu conseguiria realizar todo o trabalho sem grandes alterações no cronograma.

Embora não tenha sido possível obedecer ao cronograma de forma estrita, pude concluir o trabalho dentro do período previsto. Além disso, a pesquisa de campo foi bastante produtiva, já que pude ter acesso à documentação textual e cartográfica que necessitava, realizar diversas entrevistas (algumas programadas, outras não), proceder a primeira cobertura fotográfica da área de estudo e observar e viver, durante este tempo de realização do trabalho de campo, a realidade dessas localidades que me proponho estudar.

Cabe colocar, por fim, que a pesquisa de campo é, sempre, por demais enriquecedora, não somente no que concerne ao trabalho de investigação propriamente dito mas, inclusive, no que diz respeito ao plano pessoal.

O trabalho de campo pode ser um caminho certo para o amadurecimento intelectual do pesquisador e, contribui, portanto, para o fortalecimento de sua pesquisa e de suas atividades acadêmicas, de modo geral.



A GEOGRAFIA E A CONQUISTA DA MAIORIDADE CIENTÍFICA

(SANTOS, Milton. *Obra Revisitada*; Ed. Hucitec; São Paulo; 1996)

Jaime T. Oliva

Por ocasião das homenagens prestadas ao professor Milton Santos no ano de 1996 com o encontro "O mundo do cidadão Um cidadão do mundo" foram lançados dois livros que reuniam artigos de autores diversos abordando sua vida e obra. Um deles, organizado pela Prof^a. Ana Fani Alessandri Carlos, é uma coletânea de trabalhos escritos na sua maioria por ex-alunos do Prof. Milton. Trata-se de *Ensaio de Geografia Contemporânea. Milton Santos: Obra Revisitada*¹ A idéia foi prestar uma homenagem que fizesse justiça à postura intelectual do homenageado. Para tanto, encomendou-se aos autores dos textos que discutissem criticamente sua produção científica. Este objetivo foi razoavelmente atingido. Mas, outros resultados, talvez inesperados, serviram para destacar uma face preciosa do trabalho de Milton Santos. Sua atuação como professor.

Ao todo a coletânea constitui-se de 35 artigos distribuídos em 4 partes (Uma nova Geografia se delineia; Para uma epistemologia da cidade; Do espaço ao meio técnico-científico informacional; Um mundo globalizado) que funcionam como um roteiro do percurso intelectual do autor revisitado. Foram motivos dos artigos livros marcantes do professor (*O espaço dividido, O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo, O espaço do cidadão* e outros) e conceitos que se consagraram e são decisivos na sua elaboração (o meio técnico-científico informacional, formação sócio espacial, a Geografia como filosofia das técnicas, por exemplo). Assim, o resultado é um cenário que contém a evolução do pensamento do professor Milton como fio condutor, mas que se abre em cada segmento para os temas

que serviram a esta evolução.

Independente da qualidade dos artigos, antes de tudo é preciso destacar que no contexto da Geografia brasileira este livro visto numa perspectiva histórica é um prodígio. Merece ser considerado como um passo significativo na conquista de maioria científica desta disciplina. Exagero? Só para quem ainda não se deu conta da fragilidade teórica com a qual a Geografia até recentemente era praticada. Um trabalho como este era impensável há 15 anos. Pelo menos não com tantos autores jovens, quase todos de uma só universidade e praticamente de uma mesma geração. E é evidente que o Prof. Milton tem um papel decisivo nesta história. Uma boa parte dos participantes do livro são ou foram seus orientandos, outros foram seus alunos na graduação ou na pós-graduação. Não será somente isso que explica a nova qualidade encontrada no livro, mas este fato tem um peso inegável.

Não se compreende a preocupação com o rigor dos textos, a tentativa dolorosa do pensamento teórico - mesmo quando apenas interpretando-o -, a busca incomum de outros autores não geógrafos, de filósofos, que nota-se neste livro e que de uns anos para cá vem invadindo vigorosamente a Geografia, sem a verificação da influência dos professores e pesquisadores que produzem e reproduzem os conhecimentos. A renovação crítica da Geografia é um fenômeno mais abrangente do que o papel exercido por seus protagonistas, mas, obviamente não se explica sem análise das produções e atuações individuais.

Decerto que não há dificuldades em detectar-se a influência em novas gerações de autores, professores e pesquisadores do pensamento de um autor importante. Difícil é

1 - CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.); *Ensaio de Geografia Contemporânea*.

demonstrar com clareza a influência, em geral bem mais fluída, diluída e mesmo inconsciente, da postura intelectual de um professor. Mas, no caso de Milton Santos pode ser afirmado com certeza que trata-se de um professor que vem formando, além de sua própria obra, uma enorme quantidade de geógrafos e não geógrafos. E isto não é fácil atualmente, e foi mais difícil ainda quando do seu ingresso na Universidade de São Paulo. A coletânea em questão expressa o sucesso do seu trabalho.

A obra de Milton Santos não é de fácil tratamento. Não permite a urgência do entendimento. Um antigo e esquecido economista russo dos tempos heróicos da revolução socialista, Evgéné Preobrajensky, ao analisar a obra de Karl Marx referia-se ao produtor de conhecimentos no campo social como alguém que não dispõe de um laboratório para experimentos, como os que lidam com fenômenos naturais. Mas, isto não dispensava a necessidade do experimento, do teste, da construção e reconstrução de conceitos e teorias que buscassem ir apreendendo a realidade. Assim, na impossibilidade e inexistência de laboratórios concretos para os cientistas sociais, restava a eles a imaginação, ou melhor a abstração como laboratório. Esta isola fatos e mecanismos, detecta essências, cria conceitos, propõe narrativas teóricas, checa-as com a realidade, reformula-as e assim vai-se adiante. Com um laboratório desses fez-se a obra de Milton Santos.

Este geógrafo é um produtor infindável de conceitos. Seu pensamento é teorizante em tempo integral. Sua quase obsessão em criação de sistemas, sem o quais a realidade não pode ser observada, faz da leitura e análise de seus textos uma travessia que exige concentração, a prática da abstração, o cuidado com a lógica que sustenta as idéias e os enunciados. Quando os assuntos são a construção ontológica do espaço geográfico e epistemologia da Geografia, somem as referências empíricas mais imediatas e os exercícios da leitura e do entendimento são mais exigentes ainda. Com um material desta natureza os autores tiveram que lidar no livro.

Evidente que o livro é desigual e desequilibrado em muitos aspectos. Percebe-se na leitura a natureza distinta das intenções dos autores. De imediato destacam-se dois grupos de textos. Um deles, mais numeroso, trabalha diretamente livros e conceitos de Milton Santos, sem afastar-se de seus conteúdos, numa tentativa de tradução e

interpretação. Na maioria dos casos o sucesso é apenas relativo, pois os autores ficam excessivamente presos ao texto do professor e aos autores com os quais ele trabalha. A obra de Milton Santos não é fechada, idiossincrática ou forjada numa subjetividade incomunicável. Pelo contrário. Mas, seus comentadores, no caso, quase a encerram num casulo por não ousarem usar também suas próprias referências, o que permitiria abrir a obra, aplicando-a às suas próprias preocupações e enunciando-a com linguagem própria.

Trabalhar e usar toda a terminologia conceitual do autor, não significa utilizá-la como jargão, que não exige explicação. Ademais as múltiplas traduções possíveis só farão enriquecer e abrir para novas elaborações este veio teórico. E também aumentarão sua penetração e influência em outros ambientes. Nem todos os textos deste grupo padeceram do problema apontado, este é o caso, por exemplo, do texto de Perla Zusman. E nem sempre aqueles textos que ficaram no mesmo espectro lingüístico, com o mesmo rol de autores do professor, não foram esclarecedores e além. Maria Laura Silveira no seu artigo "Uma teoria geográfica da sociedade: razão global e razão local" demonstra isto, com um domínio notável da produção do autor.

Já o outro grupo de textos, que é menor, dialoga com a obra de Milton Santos, tentando empregá-la ou utilizar algumas referências, no desenvolvimento de suas próprias abordagens de temas relacionados à questão ambiental, à urbanização e à globalização. Neste caso, o saudável foi notar o uso de alguns aspectos teóricos ou mesmo aqueles excertos inspiradores típicos do texto e da verve de Milton Santos. Por exemplo, a já célebre assertiva sobre o consumidor mais-que-perfeito que querem travestir de cidadão. Mesmo assim, não é possível afirmar-se que esta abordagem de fora, que dialoga e tenta aplicar a obra do autor foi bem sucedida neste livro. E aqui resulta a maior fraqueza do livro enquanto conjunto. A análise crítica que problematiza, que relaciona o pensamento do autor aos debates contemporâneos, que relaciona seu pensamento atual (ou a forma atual) às formas anteriores de sua elaboração, aparece timidamente.

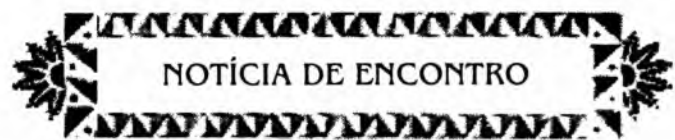
Por outro lado, ressalta-se a utilidade prática que este livro terá, o que não é de importância menor. Todos os textos são bem cuidados, rigorosos na sua construção, com indicações orientadoras e esclarecedoras das publicações do Prof. Milton Santos. Além disso, não parece faltar quase nada

(pelo menos em termos quantitativos) dos principais tópicos e esquemas teóricos desenvolvido ao longo dos anos. Estão presentes suas elaborações sobre o espaço geográfico (embora pouco ultrapassando as definições dadas), a caracterização deste espaço como meio técnico-científico informacional e como espaços racionalizados, algumas discussões sobre espaço e tempo, uma presença constante da técnica como elemento central seja no urbano, nas relações globais e em especial, referências constantes às outras racionalidades que escapam da racionalidade instrumental dominante, da modernidade reduzida. É a temática dos pobres, portadores em potencial do novo, da superação.

É recorrente em vários textos a aparente descoberta recente dos pobres e da força lugar como fontes do novo e da resistência. Talvez, isto gere uma imagem de novidade enganosa ao leitor. Têm-se a impressão, que esta fala de Milton Santos que

vem se popularizando, é uma resposta recente. É bom lembrar que esta "novidade" já não é tão nova assim, e guarda coerência com elaborações anteriores, importantes e muito bem fundamentadas como a idéia do circuito inferior da economia urbana, que é uma conquista dos pobres. Quando se pergunta, perplexo, o que os pobres podem fazer? A resposta é já fizeram e muito. Leiam o *Espaço Dividido*. Quanto à força do lugar é necessário atentar para as complicações desta discussão, que pode confundir velhos nacionalismos e discursos patrióticos com esta elaboração que é uma conquista da Geografia.

Por fim, este livro testemunha e documenta uma outra conquista importante de Milton Santos que sempre fez questão de dizer que a discussão essencial não era sobre a Geografia e sim sobre o espaço geográfico. Seus alunos assim compreenderam e é nisto que mergulham.



NOTÍCIA DE ENCONTRO

VI ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA

Jorge José Araujo da Silva

Foi realizado no mês de abril, no período de 17 a 21, o VI Encontro de Geógrafos da América Latina, na Universidade de Buenos Aires, cujo tema central foi "Territórios em redefinição, lugar e mundo na América Latina".

Inicialmente, chamou-nos a atenção as diferenças, em termos de composição paisagística da Argentina com relação a nosso país. Observamos uma horizontalização do relevo, entremeado de seqüências de arroios, com atividade humana atrelada a esta planitude.

Os "bons ares" da capital portenha nos permitiu conhecer o que pode ter sido o grandioso apogeu desta cidade até a década de sessenta. Percebemos que houve aí uma certa estagnação quanto à modernização dos equipamentos urbanos, não observando congestionamentos nem aglomerações prediais comuns em cidades subdesenvolvidas.

Buenos Aires é uma metrópole onde predomina um ordenamento no qual a exceção são os nichos de pobreza, comuns a qualquer "organização" humana. Não nos enganemos, no entanto, pois sabemos que aquela província é mais um exemplo do capital concentrado e que, além divisa, nas regiões da Patagônia e do Noroeste do país, pobreza e estagnação são fenômenos concretos. Vale citar as palavras de um certo portenho simpático: "*Aqui não há mais classe média. Estamos todos pobres e mais humanos*" fazendo referência à dolarização do país e aos 'antigos brigões' do Distrito Federal argentino, que inquietavam até mesmo seus vizinhos patriotas com sua arrogância de "europeus da América Latina".

Entre as características mais evidentes do lugar, cabe ressaltar: os portenhos recebem dólares em qualquer esquina; demonstram uma evidente antipatia com os bolivianos; os rapazes beijam-se nas cumprimentações; os ônibus não têm cobradores, pois que estes foram substituídos por

máquinas alemãs; e o quase secular *subte* (metrô) ainda tem vagões e escadas rolantes de madeira. É notória, também, a grande quantidade de táxis e quadras de tênis que se espalham pelos bairros de Buenos Aires.

Saindo das impressões das ruas e voltando à UBA-Universidade de Buenos Aires, o congresso nos proporcionou um valioso encontro com renomados representantes da Geografia latino-americana, tais como o Dr. Luís A. Yanes, que fez a conferência de abertura do evento, o Dr. Angel Bassols Batalla, e os brasileiros Dr.^a Bertha Becker, Dr. Manoel Correia de Andrade e Dr. Milton Santos, que fez a conferência de encerramento. Além dos latino-americanos, grandiosa foi a contribuição dos conferencistas Drs. David Harvey; Horácio Capel, Paul Claval, Maria Dolores G. Ramón e Edward Soja, que trouxeram de 'outras latitudes' importantes somatórios à geografia latino-americana.

Outra questão que muito nos impressionou foi a grande quantidade de brasileiros participantes do encontro, bem como de suas respectivas publicações. Para se ter uma idéia da efetiva participação do Brasil no encontro, temos: entre 10 (dez) conferências proferidas, 3 (três) foram de brasileiros; de 11 (onze) painéis, 2 (dois) tiveram moderadores brasileiros e, entre 61 (sessenta e um) debatedores, 12 (doze) eram brasileiros; dos 34 (trinta e quatro) *posters* apresentados, 21 (vinte e um) eram de brasileiros; dos 241 (duzentos e quarenta e um) simpósios, 81 (oitenta e um) foram de brasileiros e dos 481 (quatrocentos e oitenta e um) trabalhos apresentados na sessão de temas livres, 294 (duzentos e noventa e quatro) eram de brasileiros. Num total de 777 (setecentas e setenta e sete) publicações, 390 (trezentas e noventa) foram de brasileiros. Ou seja, mais da metade das apresentações deste encontro foram publicações de brasileiros.

Diante de tão representativa participação

brasileira, notamos que os membros da organização do evento esforçavam-se para passar informações em “portunhol” e foi comum a ocorrência de debates e sessões diversas em português, que era, também, oficialmente, uma das línguas do evento.

O roteiro ou programa do Encontro foi muito extenso e, conseqüentemente, complicado. Tornou-se difícil, assim, localizar as salas desejadas e mobilizar-se de uma sala para outra em busca da sessão a que se pretendia assistir.

Interessante foi a forma de comunicação dos presidentes das sessões de temas livres e mesas redondas com os expositores, utilizando um cartão amarelo para indicar que restavam somente cinco minutos de apresentação, e vermelho para indicar que o tempo estava esgotado.

Providencial foi a realização das conferências de abertura e encerramento na Faculdade de Direito, devido à inexistência de espaço apropriado da UBA-Filosofia, local do encontro. O coquetel de abertura muito agradável- foi, igualmente realizado aí. As atividades do programa social foram bem organizadas e, através delas, pudemos contemplar gêneros do tradicional, passando pelo clássico ao pop jovem da cultura argentina.

De forma geral, podemos dizer que o Encontro serviu como uma espécie de termômetro para uma possível medição dos níveis e avaliação das diretrizes que a geografia latino-americana vem percorrendo, através de estudos em torno do objeto

da Geografia, do geoprocessamento, dos sistemas de bases cartográficas, do ambiente natural, dos discursos sobre a globalização e o MERCOSUL, das geografias urbanas, agrárias e do turismo, bem como de outros temas.

Sentimos falta de opção para alojamentos e também de referências para hospedagem segura e de custo acessível. Em contrapartida, tivemos um serviço de café e água mineral em todas as pausas do encontro, como também nos quiosques e restaurantes ao redor da UBA.

Além da riqueza de informações das quais se pôde desfrutar durante o Encontro, pudemos, também, contar com o valoroso convívio com os colegas geógrafos e apreciar, ainda que por um breve período, a beleza da arquitetura e tradições portenhas, como apresentações de tango em plena feira de antiguidades em *San Telmo*, a feira típica do *Caminito* e seu colorido casario, nos estádios de futebol, o distrito de Tigre com a foz do rio Paraná e passeio no trem da costa, com uma parada em *San Isidro*, a Casa Rosada, os charmosos cafés e o obelisco da avenida *Noeve de Júlio*, a mais larga do mundo.

Merece também ser mencionada uma manifestação que ainda acontece na *Plaza de Mayo*, realizada por mães que perderam seus filhos durante a ditadura militar - são as “mães de maio” - que todos as quintas-feiras, reunidas, ainda protestam essas perdas e a situação política vigente na época.

TESES E DISSERTAÇÕES
DE MESTRADO DEFENDIDAS

A indústria cimenteira no Brasil

Roberto Melero

Este trabalho analisa o desenvolvimento industrial brasileiro baseado nas relações cíclicas, sejam elas geradas na economias centrais (Ciclos de Kondratieff ou Ciclo Longo, com duração aproximada de 50 anos e alavancadas por inovações tecnológicas) ou geradas no próprio país (Ciclos de Julgar ou Ciclos Médios, com duração de 10 anos e gerados por medidas político-institucionais). Influenciado pelos ciclos econômicos, o Brasil passa por um vigoroso processo de industrialização baseado em política de substituição industrial de importações.

Neste processo de industrialização, foi analisado o caso particular do ramo cimenteiro, desde a sua instalação, passando pela sua consolidação até chegar aos dias atuais. Nesta análise, ficou claro que o ramo é dominado por um número reduzido de grandes produtores, que acaba gerando um mercado oligopolizado. Este ramo está bem distribuído pelo território nacional, pois existem fábricas em quase todas as unidades da federação. Ficou claro também a enorme dependência que o ramo apresenta em relação ao quadro natural (reservas de calcário), pois como o preço unitário do saco de cimento é relativamente baixo, o frete acaba tendo um peso muito elevado no preço final do produto, por isso as fábricas procuram instalar-se próximas às reservas de calcário que são classificadas pelo DNPM como abundantes.

O espaço ribeirinho migrações nordestinas para os seringais da Amazônia

Maria das Graças S. Nascimento Silva

Esta pesquisa procura compreender a produção do espaço na área rural do município de Porto Velho, denominada de área ribeirinha, a partir de duas correntes migratórias para os seringais da Amazônia, em especial, Rondônia. A primeira corrente migratória ocorreu no final do século XIX, com milhares de nordestinos que se deslocavam para os seringais; a segunda ocorreu em toda a década de 40. Para esta pesquisa, trabalhamos com o período de 1943 a 1945, a chamada "Batalha da Borracha", criada pelo governo Getúlio Vargas, trouxe para Amazônia um total aproximado de 50.000 pessoas de diversos Estados da federação,

denominados de "Soldados da Borracha" Estes, por sua vez, vão influenciar na produção do espaço ribeirinho no período da Segunda Guerra Mundial, também conhecido como o "período do segundo boom da borracha" É a partir dessas migrações que se originaram as centenas de localidades existentes hoje na área ribeirinha do município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Grandes projetos de investimentos no Mato Grosso do Sul

Aparecida Lopes de Oliveira

Analisa os grandes projetos de investimentos no Estado de Mato Grosso do Sul e busca compreender a natureza das transformações verificadas na economia sul-matogrossense, em virtude do processo de modernização, diversificação, a partir da década de oitenta.

Consta de quatro capítulos, enfocando preferencialmente os ciclos econômicos.

De povoado a cidade: A transição do rural ao urbano em Rondonópolis

Júlio César Suzuki

Esta pesquisa procurou desvendar o processo de urbanização de Rondonópolis-MT, procurando superar o reducionismo das análises demográficas, ao incorporar a expansão da propriedade privada na transição do rural ao urbano e de povoado a cidade.

Esse trabalho indica que o processo de urbanização é marcado por rupturas, heranças do passado e germes do futuro. Dessa forma, possui múltiplas temporalidades, tempos históricos que coexistem em um mesmo tempo cronológico.

A pesquisa busca desvendar a determinação da urbanização de Rondonópolis, analisando a ocupação de Mato Grosso no que concerne aos sentidos e direções que toma, sobretudo, da porção Centro-leste. E defende a idéia de que a transformação dos povoados em cidade está vinculada à transição do rural ao urbano, sendo que tal transição se dá em paralelo à ampliação e (re)criação de condições necessárias ao desenvolvimento de atividades extrativas e produtivas.

Dessa forma, procura defender a idéia de **que a transformação** de um simples povoado a uma **cidade integrada**, ao movimento econômico do **mundo se funda** na transição do rural ao urbano e **no desenvolvimento** do mercado de terras urbanas, **sendo que não é só** o lugar que se transforma, **mas também** o modo de vida dos moradores de Rondonópolis.

Os caminhos da indústria da confecção no país: Londrina (Paraná)

José Barreira

Este trabalho procura interpretar o processo da dispersão geográfica em geral da Indústria da Confecção. Tomou-se como estudo de caso esta ocorrência em Londrina, no Norte do Paraná.

A diversidade na organização espacial no Paraná é tratada como motor de Políticas Industriais diferenciadas. Os símbolos das "vocações regionais" tomadas como reivindicações tanto pelo Capital quanto pelo Trabalho.

A despeito da impressão sobre a aparente facilidade que representa conduzir este ramo industrial, em função da grande quantidade e rapidez com que novas unidades fabris vêm surgindo, a sua sobrevivência se apresenta extremamente frágil, com taxa de mortalidade acima dos demais ramos industriais.

Aprofundou-se a sistematização de elementos de gestão das pequenas empresas: estratégia, administração e operacionalidade, combinados com comportamento organizacional, recursos humanos, suprimento, produção, Marketing e finanças. As dificuldades de enfrentamentos pelas pequenas indústrias em geral de Londrina.

Aqui são tratadas diversas dificuldades no ramo da indústria da confecção como: as limitadas possibilidades de elevada modernização (microeletrônica); a produtividade, uma das razões da concentração financeira nesse ramo; reflexões sobre a natureza da sua mão-de-obra qualificada versus especializada, bem como as relações existentes entre produção de roupas por subcontratos e o consumo final.

Por fim, a continuidade e a importância da Indústria da Confecção local são tratadas num capítulo sobre a Política de Desenvolvimento Industrial de Londrina.

Perspectivas econômicas da reciclagem do lixo no município de São Paulo Sabetai Calderoni

A reciclagem do lixo constitui questão de interesse planetário, tendo em vista os riscos de exaustão de matérias-primas e energia, bem como seus custos crescentes de obtenção, ao que somam os prejuízos decorrentes da poluição do solo, do subsolo, do ar e da água, acarretados pelos resíduos, os quais, ademais, requerem áreas (aterros) cada vez maiores, mais caras e mais raras, para sua disposição final.

Esta pesquisa procura responder se a reciclagem do lixo é ou não economicamente viável, tomando como objeto o município de São Paulo, e uma abordagem interdisciplinar que contempla, sobretudo, aspectos ligados à ciência ambiental, à geografia, à economia, e à ciência política. São abrangidos os seguintes materiais recicláveis presentes no lixo: lata de alumínio, vidro, papel, plástico e lata de aço.

O ponto de vista adotado para a mensuração dessa viabilidade é do conjunto da sociedade e não apenas o de agentes específicos que participam desse processo (Prefeitura, Governos Federal e Estadual, indústrias, sucateiros, carrinheiros e catadores de lixo). O trabalho também contempla a dimensão política do fenômeno em estudo, pela mensuração dos ganhos atribuídos a cada um desses agentes.

A primeira dificuldade com que se defrontou a pesquisa foi a da inexistência de um quadro de referência que permitisse a realização dessa mensuração, razão pela qual é, de início, proposta metodologia apta a suprir tal deficiência.

A indisponibilidade de informações sobre os índices de reciclagem referentes ao município de São Paulo e volumes de produção de cada um dos recicláveis constituiu-se na principal dificuldade encontrada. Esta foi suprida, em parte por estimativas, em parte por dados agregados existentes para o Brasil como um todo. Isto permitiu que alguns resultados importantes pudessem também ser obtidos a nível nacional.

Como resultado principal, em grandezas referentes a 1996, concluiu-se que a reciclagem do lixo é economicamente viável, podendo proporcionar ganhos superiores a R\$ 1 bilhão anuais, no caso do município de São Paulo e acima de R\$ 3,7 bilhões,

no caso do Brasil como um todo. A economia de matérias-primas monta a mais de R\$ 620 milhões e a de energia elétrica a mais de R\$ 250 milhões para município de São Paulo, onde é da ordem de R\$ 90 milhões a economia decorrente dos custos evitados (coleta, transporte e aterros) pela Prefeitura em função da reciclagem do lixo.

Entre os principais agentes, a indústria auferiu a maior parte dos ganhos, cerca de 70% do total relativo ao município de São Paulo, onde são também gerados centenas de milhares de empregos para carrinheiros e catadores.

Do território desejado ao lugar possível

Maria do Céu de Lima

Essa pesquisa tem como objetivo fundamental analisar o processo de produção social do espaço urbano em Vitória da Conquista (BA), com ênfase na discussão da apropriação no/do espaço. Entender esse processo implica considerar, em sua diversidade, a realidade sócio-econômica, política e cultural vivenciada pela sociedade de Vitória da Conquista, que também traduz a dinâmica da sociedade capitalista contemporânea. No desenvolver da pesquisa foi necessário estabelecer uma mediação, e esta se deu com a escolha do "movimento de ocupação coletiva de terra urbana". A análise mostrou que na base do processo de ocupação de terra urbana em Vitória da Conquista está a reprodução contraditória do espaço urbano. Dimensão relevante como ponto de partida para a compreensão dessa produção espacial foi a reflexão sobre o acesso ao solo urbano, a possibilidade de uso, enquanto necessidade premente para a vida. Como o espaço produzido pela sociedade capitalista é apropriado privativamente, o uso subordina-se à troca pela mediação do mercado. A produção da cidade se dá, portanto, no embate entre os interesses divergentes dos diferentes grupos e sob a interveção do Poder Público Municipal Conquistense. Essa pesquisa apontou a constante luta pela sobrevivência, diferenciadas formas de compreensão e participação na luta pela terra urbana e pelo direito à cidade; e, de modo especial, que o uso do espaço conquistado se deu no lugar possível e traz a marca da segregação sócio-espacial. O que justifica a continuidade da luta pelo território desejado.

Indivíduo e cotidiano:

A formação do habitat

Cecília Cardoso T. de Almeida

Tomamos a discussão da noção de habitat a partir da qual o estudo da vida cotidiana, tendo como motor e "depositário" o indivíduo. Portanto, a formação, constituição e o desenvolvimento do indivíduo, dentro das necessidades, regras e exigências postas pelo movimento da própria história. Isto posto, tais elementos que compõem e produzem estas realidades serão trazidas para o debate geográfico, na perspectiva de resgatar e articular a análise do papel dos indivíduos, na construção de seu espaço-temporalidade, isto é, o habitat.

Geografias: Caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil

Sérgio Nunes Pereira

A presente dissertação tem como objetivo acompanhar as trajetórias de saberes geográficos desenvolvidos por engenheiros, militares e membros das sociedades geográficas no período compreendido entre 1838 e 1922.

Pretende-se analisar o saber geográfico das seguintes instituições: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Clube de Engenharia, Comissões Geológicas, Observatório Astronômico; assim como determinados corpos de tropa do exército brasileiro. Como hipótese central de trabalho, assumiu-se que o saber geográfico constitui um objeto legítimo de estudo, capaz de fornecer pistas importantes para se escrever a história da geografia no Brasil.

Capacidade de uso da terra na bacia hidrográfica do Rio Arareau

Mauro Cumpster Nerlany

A área de estudo compreende a bacia hidrográfica do Rio Arareau, no Município de Rondonópolis - MT, abrangendo cerca de 68.461 hectares, onde observa-se a presença do uso intensivo da pecuária com pastagens cultivadas e com uma agricultura de subsistência voltada ao abastecimento interno das propriedades. Apresenta, portanto, uma homogeneidade no aspecto da

produção.

A bacia abrange 16% da área total do Município e parte da área urbana, abrigando 42,5% da população de Rondonópolis. Apresenta um relevo na maioria plano a suave ondulado, com 87,8% da área com declividades entre 2^ª e 6^ª e altitudes que variam desde os 200 metros, na foz do Rio Arareau, até mais de 600 metros nos relevos residuais situados na porção norte da bacia. As pastagens dão a feição predominante ocupando 78,6% da área da bacia, que apresenta também 14,2% ou 7.724 hectares de cobertura vegetal.

A área apresenta grande potencial para o aproveitamento agrícola, porém cuidados especiais de conservação são necessários, pois situam-se pontos críticos de ordem ambiental dentro dos limites da bacia.

Trata-se de um trabalho de natureza cartográfica, onde foram elaboradas as cartas: uso da terra, clinográfica, solos e a carta de capacidade de uso da terra, utilizando-se técnicas cartográficas para a definição das classes de capacidade de uso da terra da bacia hidrográfica.

A Geografia e a Nacionalidade Brasileira, uma interpretação fundada nas idéias de Ignácio Rangel

Raquel Maria do Amaral Pereira

Neste trabalho, o tema da formação nacional brasileira, que constitui assunto abordado frequentemente em estudos de diferentes áreas, retomado com base no paradigma de formação sócio-espacial, aliado às idéias de I. Rangel e ao resgate da Geografia como união entre o histórico e o geográfico.

Partindo da organização do território colonial, são analisados os fundamentos da nacionalidade, assinalando as determinações básicas de cada período histórico, bem como as inflexões responsáveis pelos rumos da construção nacional brasileira.

A aplicação deste instrumental teórico revela a dinâmica de um processo ao longo do qual o Brasil,

inicialmente enquanto espaço colonial português e, posteriormente como um país independente, a partir de bases naturais e humanas próprias, reage às determinações externas, definindo a sua peculiaridade.

Fica demonstrada a força explicativa da teoria rangeliana da dualidade que combina as relações de produção existentes no interior da formação brasileira com aquelas do centro do sistema, pois permite, na análise da evolução do processo formador da nação, visualizar suas rupturas e continuidades. As raízes coloniais e o caráter tardio do desenvolvimento brasileiro determinam os rumos da formação nacional que se concretiza estimulada por parte participação estatal e pela ação da elite dirigente.

Campo Grande: Entre o sagrado e o profano Cleonice Gardim

A cidade de Campo Grande, surgida na década de setenta do século passado, trouxe consigo alguns elementos de época que se ligavam aos aspectos religiosos da vida.

Desta forma, fundam os pioneiros o povoado que é ofertado a um santo protetor que lhe deu o nome: Povoado de Santo Antônio de Campo Grande. A sagração ao referido santo se fez através de uma capela; mas também pela própria oferta das terras do lugar ao mesmo.

Com as primeiras normatizações, a partir da criação da vila, esta passou a receber transformações em sua estrutura física, onde absorve o traçado retilíneo e quadriculado do planejamento.

A uniformização do traçado então recaiu sobre a capela, provocando o seu desalojamento no espaço urbano.

O constante deslocamento da matriz reflete a relação conflituosa entre Estado e Igreja na cidade.

O presente trabalho explora a redefinição do espaço urbano de Campo Grande a partir da emergência de praças e ruas, seguida de um processo de profanação dos mesmos.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista GEOUSP destina-se prioritariamente, à publicação da produção acadêmica produzida pelos alunos de pós-graduação do Departamento de Geografia da FFLCH-USP.

Os trabalhos enviados à secretaria da revista deverão atender ao seguinte padrão :

1. O original deverá ser digitado em " word for windows ", de preferência o "windows 95" em letra número 09, espaço simples, devendo ser encaminhado com uma cópia e o disquete e devidamente revisto pelo Autor ;
2. Os artigos deverão ter, no máximo 18 laudas (tamanho A4) ; as notas de pesquisa, no máximo 10 laudas; as resenhas, no máximo 3 laudas e as notícias de encontro duas laudas;
3. Os artigos deverão conter um resumo em português e em francês, de no máximo 10 linhas ; e três palavras chaves;
4. As figuras, mapas e fotos deverão apresentar boa resolução visual;
5. As citações devem aparecer em notas de rodapé ou no final do texto;
6. A bibliografia deve apresentar o seguinte padrão : a) Livro - Sobrenome, nome do Autor, Título do livro, Local de publicação, Editora Ano da publicação. b) Artigo de revista Sobrenome, nome do Autor, Título do artigo, Título do periódico, Número do volume, Editor Data do volume c) Artigo em coletânea sobrenome, nome do Autor, Título do trabalho, in sobrenome do organizador, nome título da coletânea, local da publicação, Editora, Data;
7. Os textos encaminhados à GEOUSP serão apreciados por um membro da Comissão da revista;
8. Os autores deverão receber 3 exemplares da revista que contiver seu artigo, cujos direitos autorais pertencerão ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP;
9. Os trabalhos encaminhados à secretaria da revista deverão ainda conter a data de elaboração do artigo bem como endereço completo do Autor;
10. Solicita-se o uso de negrito toda vez que for necessário ressaltar palavra(s) ou frase(s) do texto, ao invés de sublinhados.

Endereços para correspondência

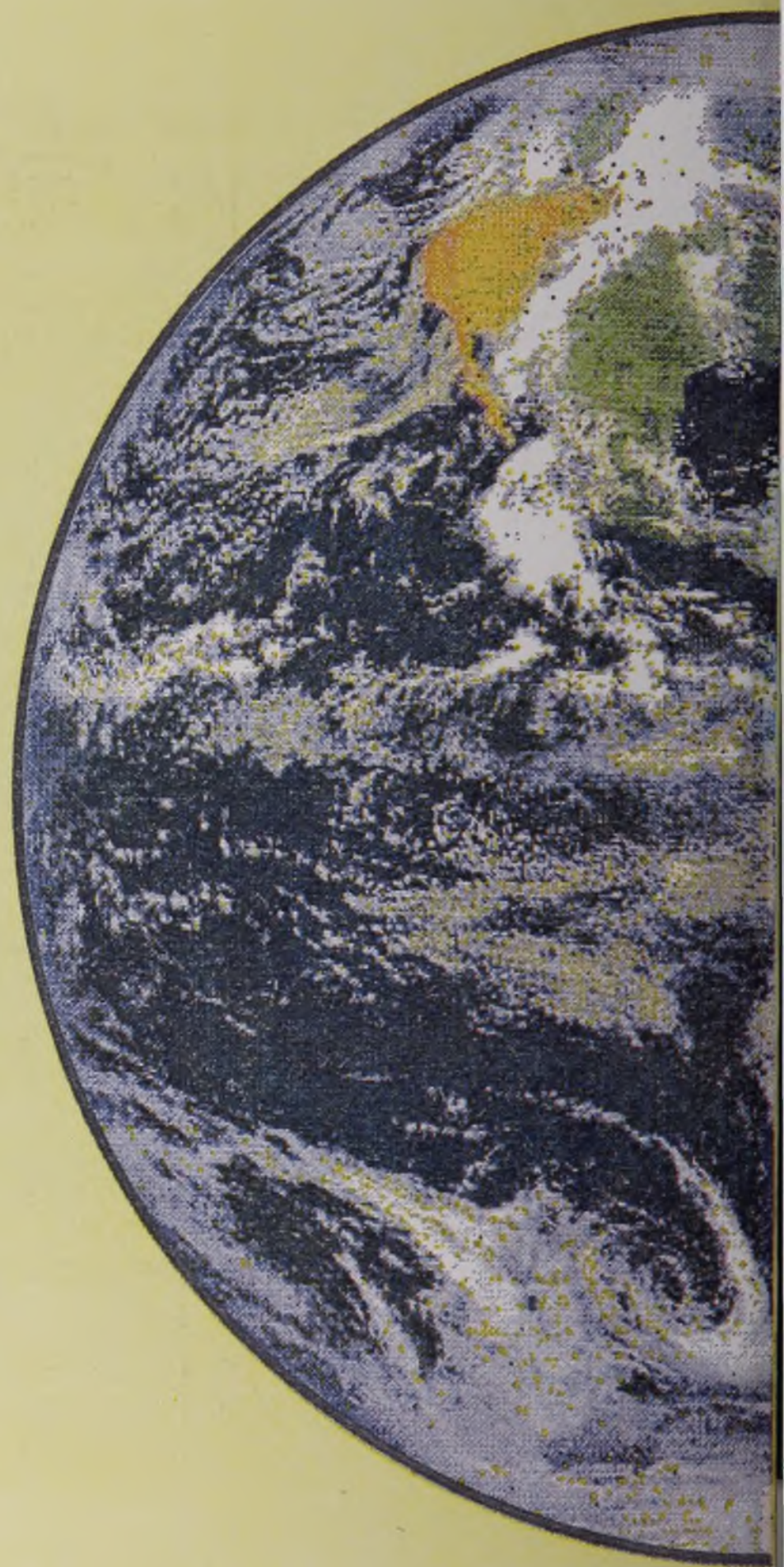
Comissão Editorial

Geosp - Revista da pós-graduação do
Departamento de Geografia FFLCH/USP
CP 8105 CEP 05508-900 São Paulo SP Brasil
Fax: (011) 818 31 59
e-mail: geofflch@usp.br

Compras e Assinaturas

Humanitas Publicações FFLCH/USP
Rua do Lago, 717 - Cidade Universitária
CEP 05508-900 São Paulo SP Brasil
Tel: (011) 818 45 93 Fax: (011) 211 62 81
e-mail: publch@edu.usp.br

<i>Título</i>	Geosp
<i>Capa e projeto gráfico</i>	Eduardo Yázigi
<i>Execução gráfica</i>	Marcelo Vieira Martins
<i>Arte-final</i>	Erbert Antão da Silva
<i>Divulgação</i>	Humanitas Livraria - FFLCH/USP
<i>Mancha</i>	16,5 x 19,5
<i>Formato</i>	20,0 x 24,0
<i>Tipologia</i>	Bangkok
<i>Papel</i>	off-set 75 g/m ² e cartão branco 240g/m ²
<i>Impressão da capa</i>	04 cores
<i>Impressão e acabamento</i>	Seção Gráfica - FFLCH/USP
<i>Número de páginas</i>	116
<i>Tiragem</i>	500



USP

 *Humanitas*
PUBLICAÇÕES
FPLCH